



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Relatório de Atividades

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP)

Ano de referência

2013

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Deputados membros da CTASP	08
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Quantidade de Estudos Técnicos por mês	13
Gráfico 02 – Percentual de Matérias deliberadas com Estudos Técnicos	13
Gráfico 03 - Quantidade de Audiências Públicas realizadas por mês	14
Gráfico 04 - Quantidade de Seminários realizados por mês	14
Gráfico 05 - Quantidade de Matérias deliberadas e Documentos cientificados por tipo	15
Gráfico 06 – Percentual de Matérias aprovadas e rejeitadas	15
Gráfico 07 – Quantidade de Matérias relatadas por Deputado Relator	17

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Deputados membros da CTASP.....	08
Quadro 02 – Colaboradores integrantes da CTASP	09
Quadro 03 – Relação de Mensagens deliberadas em ordem numérica	18
Quadro 04 – Relação de Emendas deliberadas.....	29
Quadro 05 – Relação de Projetos de Lei deliberados em ordem numérica.....	35
Quadro 06 – Relação de Projetos de Lei Complementar deliberados em ordem numérica	38
Quadro 07 – Relação de Projetos de Indicação deliberados em ordem numérica.....	40
Quadro 08 – Relação de Requerimentos deliberados em ordem numérica.....	61
Quadro 09 – Relação de Ofícios cientificados em ordem numérica	64
Quadro 10 – Relação de Relatórios cientificados em ordem numérica.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Quantidade de matérias deliberadas e científicas por Reunião Ordinária	10
Tabela 02 – Quantidade de matérias deliberadas por Reunião Extraordinária.....	11
Tabela 03 – Quantidade de matérias deliberadas por Autoria.....	16
Tabela 04 – Quantidade de matérias relatadas por Tipo e por Relator.....	17
Tabela 05 – Síntese das atividades desenvolvidas pela CTASP em 2013	65

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALCE - Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

CTASP - Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

DEM - Democratas

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

P.I - Projeto de Indicação

P.L.O - Projeto de Lei Ordinária

P.L.C - Projeto de Lei Complementar

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PROS - Partido Republicano da Ordem Social

PSD - Partido Social Democrático

PT - Partido dos Trabalhadores

ÍNDICE

LISTA DE FIGURAS	01
LISTA DE GRÁFICOS	02
LISTA DE QUADROS	03
LISTA DE TABELAS	04
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	05
1 APRESENTAÇÃO	07
2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	09
2.1 Reuniões Ordinárias	09
2.2 Reuniões Extraordinárias	10
2.3 Estudos Técnicos	12
2.4 Audiências Públicas	13
2.5 Seminários	13
3 PROPOSIÇÕES E DOCUMENTOS	15
3.1 Síntese dos dados.....	15
3.2 Matérias deliberadas	18
3.2.1 Mensagens	18
3.2.2 Emendas	29
3.2.3 Projetos de Lei Ordinária	35
3.2.4 Projetos de Lei Complementar	38
3.2.5 Projetos de Indicação.....	40
3.2.6 Requerimentos	58
3.3 Documentos cientificados	61
3.3.1 Ofícios	61
3.3.2 Relatórios.....	61
4 RESUMO GERAL DAS ATIVIDADES	65
REFERÊNCIAS	66
ANEXOS	67

1 - APRESENTAÇÃO

Em um total de 18 (dezoito), as Comissões Técnicas Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALCE) subsistem através das Legislaturas, sendo formadas por cinco a nove deputados, tendo entre suas atribuições:

- i. Realizar audiências públicas e seminários com entidades da sociedade civil nas diversas regiões do Estado;
- ii. Convocar secretários de Estado para subsidiar o Processo Legislativo ou prestar informações sobre os assuntos inerentes às suas atribuições;
- iii. Receber reclamações, representações ou queixa de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade pública, de concessionário de serviço público;
- iv. Acompanhar a elaboração da proposta orçamentária;
- v. Acompanhar e apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) atua nos seguintes campos:

- i. Matérias atinentes às relações de trabalho;
- ii. Organização Político-administrativa do Estado;
- iii. Matérias relativas ao serviço público da administração estadual direta e indireta, inclusive fundacional;
- iv. Regime jurídico dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos;
- v. Regime jurídico-administrativo dos bens públicos;
- vi. Prestação de serviços públicos em geral e seu regime jurídico.

No biênio 2013-2014, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, composta por 05 (cinco) Deputados titulares e seus respectivos suplentes é representada pelos seguintes Parlamentares conforme Quadro I a seguir:

Deputados Titulares	Deputados Suplentes
Mirian Sobreira (Presidente) – PROS	Carlomano Marques – PMDB
Ferreira Aragão (Vice-Presidente) – PDT	Sineval Roque – PROS
Teo Menezes – DEM	Rachel Marques – PT
Dr. Sarto – PROS	Lula Morais – Pcdob
Gony Arruda – PSD	Professor Teodoro - PSD

Quadro 01 – Deputados membros da CTASP



Figura 01 - Deputados membros da CTASP

Durante o ano de 2013, 11 (onze) colaboradores fizeram parte do corpo funcional da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público conforme Quadro 02 a seguir:

Colaborador(a) (Função na Comissão)	Cargo
Édipo Henrique Pessoa de Oliveira (Secretário)	Analista Legislativo - Administração
Dulcinéia Luz Catunda (Assessora)	Consultor Técnico Legislativo
Lúcia Maria Timbó Dias (Assessora)	Consultor Técnico Legislativo
Nivonete Ribeiro Pinto Timbó (Assessora)	Agente de Administração
Patrícia Saraiva Leão Nóbrega (Assessora)	Assessora Técnica - GT
Sônia Maria Xerez Peixoto (Assessora)	Consultor Técnico Legislativo
Talita de Castro Tobaruela (Assessora)	Analista Legislativo - Direito
Vânia Maria Viana Leite (Assessora)	Consultor Técnico Administrativo
Patrícia Helena Cavalcante Lima (Secretária)*	Consultor Técnico Legislativo
Lizy Manayra Santos Oliveira (Estagiária)*	-
Samuel Levy Gonçalves (Estagiário)**	-

Quadro 02 – Colaboradores integrantes da CTASP

*Colaboradoras que desempenharam atividades até Março/2013.

**Colaborador que desempenhou atividades a partir de Agosto/2013.

Em sintonia com a Lei Estadual Nº 15.175 de 28/06/2012 que trata do Sistema Estadual de Acesso à Informação, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará apresenta o presente relatório visando proporcionar a transparência das atividades desenvolvidas por esta Comissão no âmbito do Poder Legislativo Cearense.

2 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1 – Reuniões Ordinárias

As Comissões Técnicas Permanentes reúnem-se em caráter ordinário, uma vez por semana, em horário diferente ao destinado às Sessões Ordinárias da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

As reuniões ordinárias da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público ocorrem às quartas-feiras, às 15h, no Complexo das Comissões Técnicas Deputado Aquiles Peres Mota.

A seguir são apresentadas as quantidades de matérias deliberadas e documentos cientificados nas 16 (dezesseis) Reuniões Ordinárias da Comissão ocorridas no período:

REUNIÃO ORDINÁRIA	PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA	PROJETOS DE INDICAÇÃO	REQUERIMENTOS	OFÍCIOS	RELATÓRIOS
1ª	3	6	6	0	0
2ª	0	6	0	0	0
3ª	2	30	2	1	1
4ª	1	4	0	0	0
5ª	0	1	2	0	0
6ª	3	5	0	0	0
7ª	0	4	0	0	0
8ª	0	3	0	0	0
9ª	3	12	3	0	0
10ª	1	20	6	0	0
11ª	2	0	3	0	0
12ª	0	2	0	1	0
13ª	0	8	1	0	0
14ª	7	27	2	0	0
15ª	1	25	0	0	0
16ª	2	4	0	0	0
TOTAL	25	157	25	2	1

Tabela 01 – Quantidade de matérias deliberadas e cientificadas por Reunião Ordinária

2.2 – Reuniões Extraordinárias

As Comissões Técnicas Permanentes reúnem-se em caráter extraordinário quando convocadas pelos respectivos Presidentes, de ofício ou a requerimento de no mínimo 1/3 (um terço) de seus membros. A seguir são apresentadas as quantidades das matérias deliberadas nas 45 (quarenta e cinco) Reuniões Extraordinárias da Comissão ocorridas no período:

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	MENSAGENS	P.L	P.L.C	P.I	REQUERIMENTOS	EMENDAS
1ª	5	0	0	0	1	0
2ª	2	0	0	0	0	0
3ª	2	0	0	0	0	0
4ª	1	0	0	0	0	0
5ª	0	0	1	0	0	0
6ª	5	0	0	0	0	2
7ª	0	0	0	0	0	1
8ª	2	0	0	0	0	0
9ª	3	0	0	0	0	0
10ª	2	0	0	0	0	0
11ª	3	0	0	0	0	2
12ª	3	0	0	0	0	0
13ª	2	0	0	0	0	0
14ª	2	0	0	0	0	0
15ª	2	0	0	0	0	0
16ª	1	0	0	1	0	0
17ª	2	0	0	0	0	0
18ª	0	0	0	9	0	0
19ª	1	0	1	0	0	2
20ª	0	0	0	0	2	0
21ª	0	0	0	0	1	0
22ª	1	1	0	0	0	1
23ª	1	0	0	0	0	0
24ª	0	0	0	0	0	0
25ª	0	0	1	0	0	1
26ª	7	0	0	0	0	0
27ª	2	0	0	0	0	0
28ª	0	0	1	1	0	2
29ª	2	0	0	0	0	0
30ª	0	0	2	0	0	0
31ª	4	0	0	0	0	0
32ª	2	0	1	0	0	0
33ª	0	0	1	0	0	0

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	MENSAGENS	P.L	P.L.C	P.I	REQUERIMENTOS	EMENDAS
34ª	1	0	0	0	0	7
35ª	0	0	1	0	0	2
36ª	2	0	0	0	0	2
37ª	3	0	0	0	0	0
38ª	3	0	0	0	0	2
39ª	1	1	0	0	0	0
40ª	5	0	0	0	0	17
41ª	3	0	0	0	0	0
42ª	0	1	0	0	0	0
43ª	2	0	0	0	0	1
44ª	8	1	1	0	0	17
45ª	4	4	1	0	0	1
TOTAL	89	8	11	11	4	60

Tabela 02 – Quantidade de matérias deliberadas por Reunião Extraordinária

2.3 – Estudos Técnicos

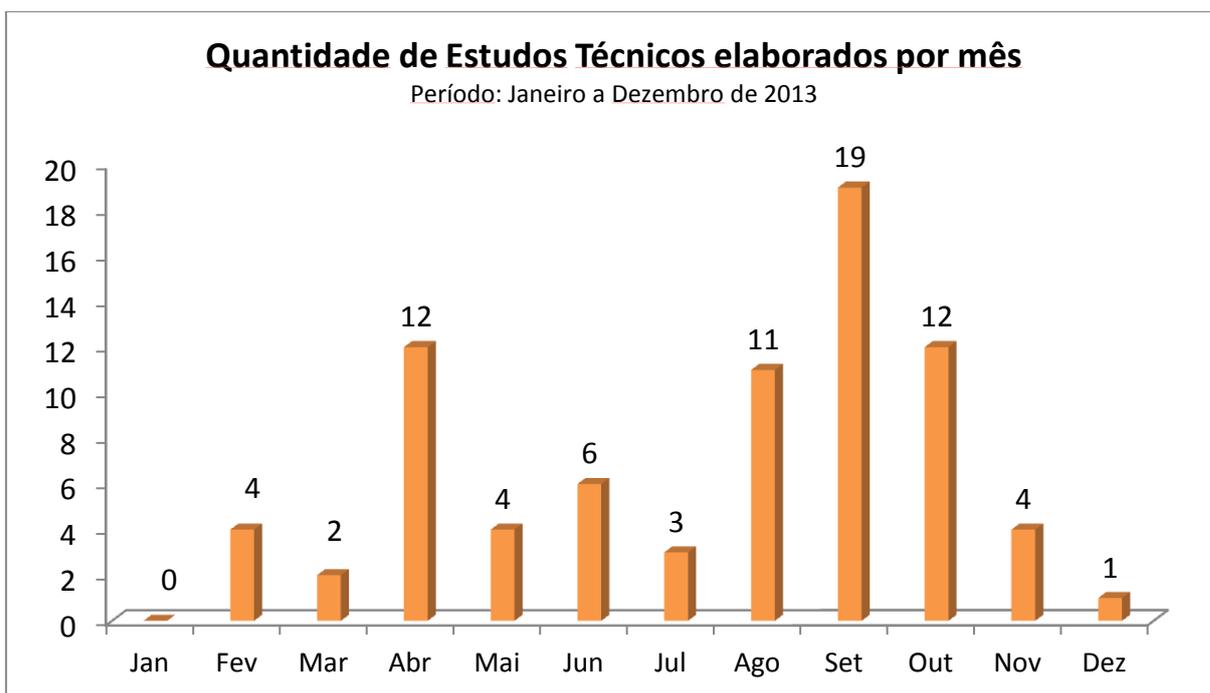


Gráfico 01 – Quantidade de Estudos Técnicos elaborados por mês

Total: 78 (setenta e oito) Estudos Técnicos de Projetos de Indicação elaborados.

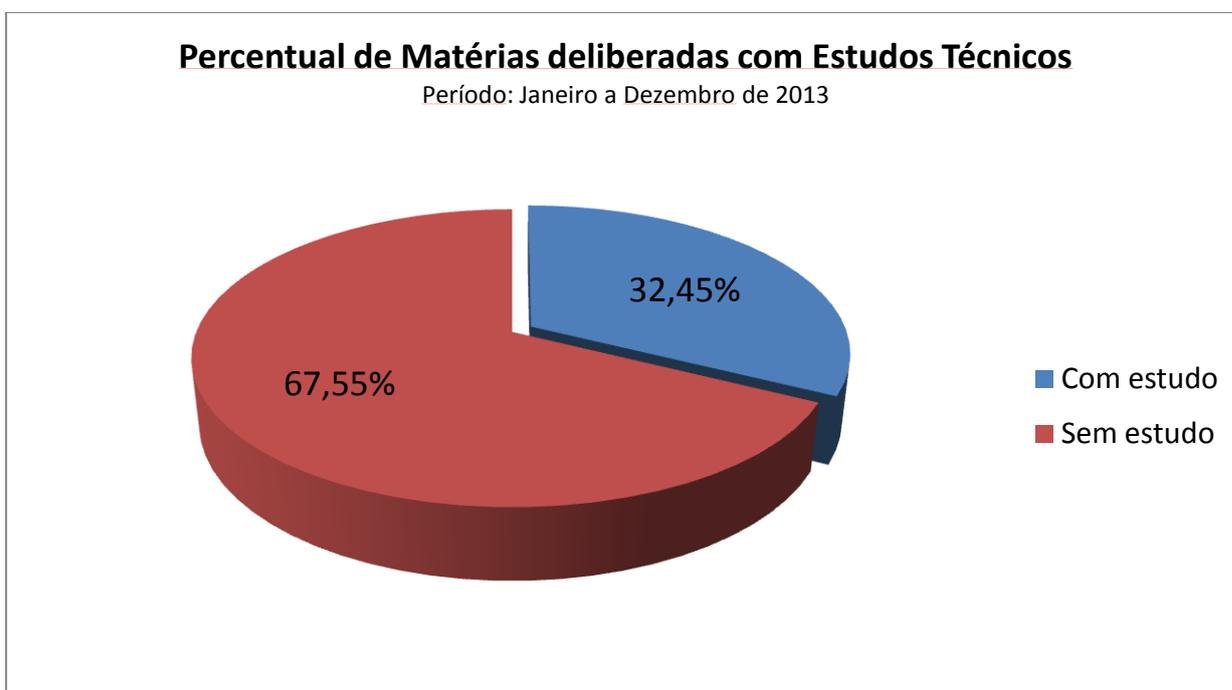


Gráfico 02 – Percentual de Matérias deliberadas com Estudos Técnicos

61 Matérias deliberadas com Estudo: 61 Projetos de Indicação

127 Matérias deliberadas sem Estudo: 24 Projetos de Lei Ordinária e 103 Projetos de Indicação

2.4 – Audiências Públicas

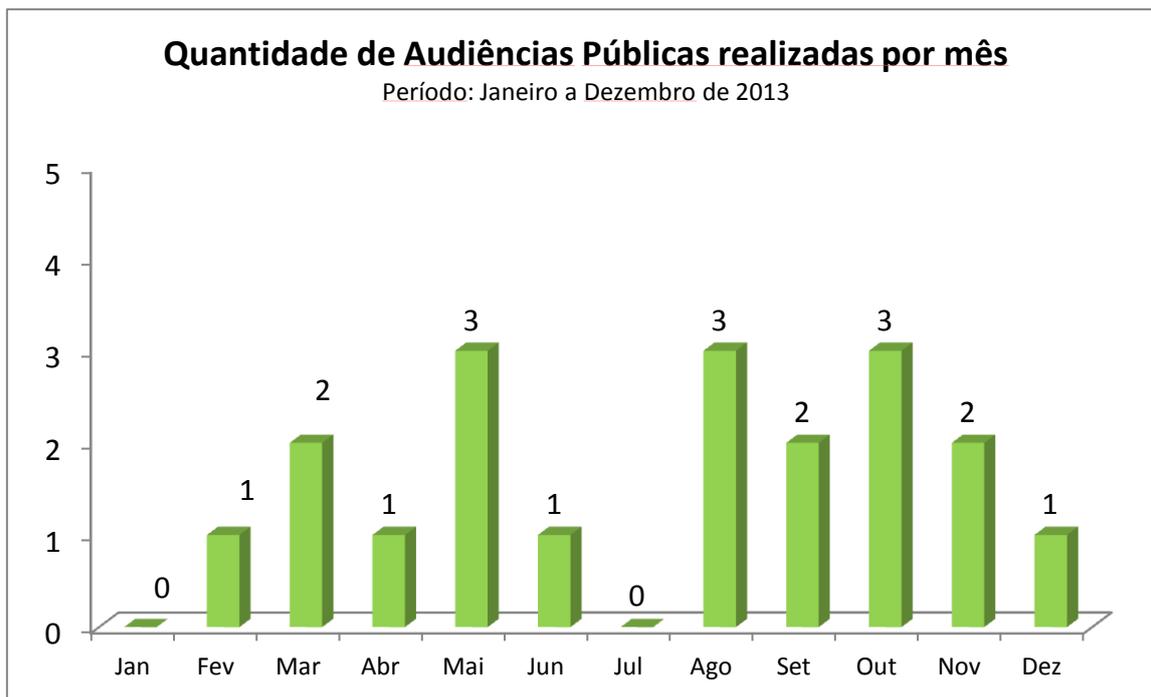


Gráfico 03 – Quantidade de Audiências Públicas realizadas por mês

Total: 19 (dezenove) Audiências Públicas realizadas

2.5 – Seminários

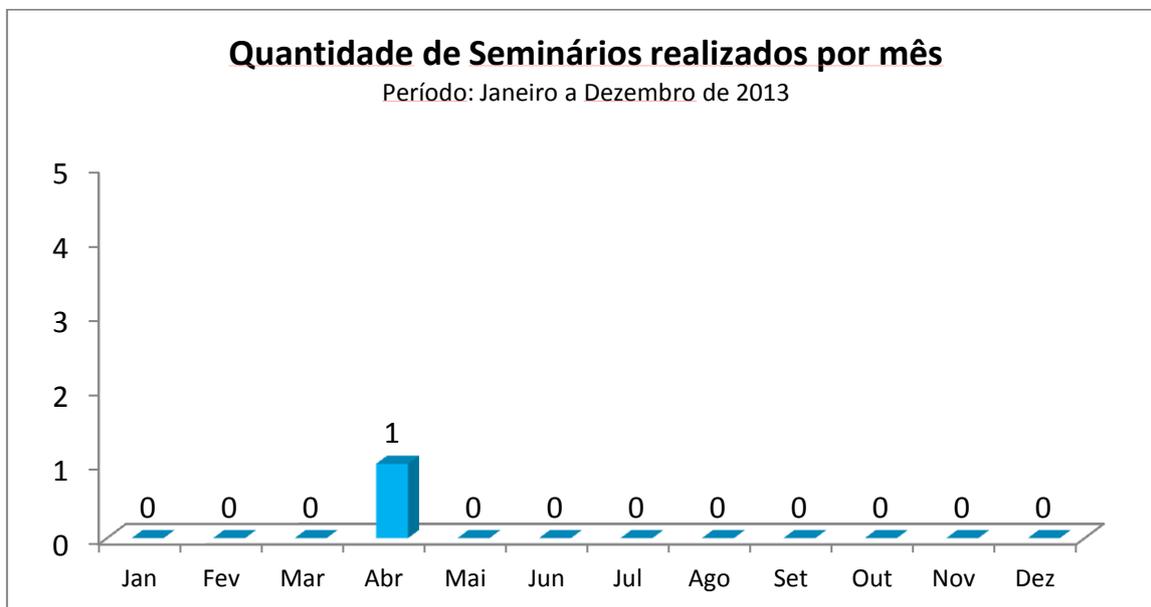


Gráfico 04 – Quantidade de Seminários realizados por mês

Total: 01 (um) Seminário realizado

As informações sobre as Audiências Públicas e Seminários constam nos Anexos do presente Relatório.

3 – PROPOSIÇÕES E DOCUMENTOS

3.1 Síntese dos dados

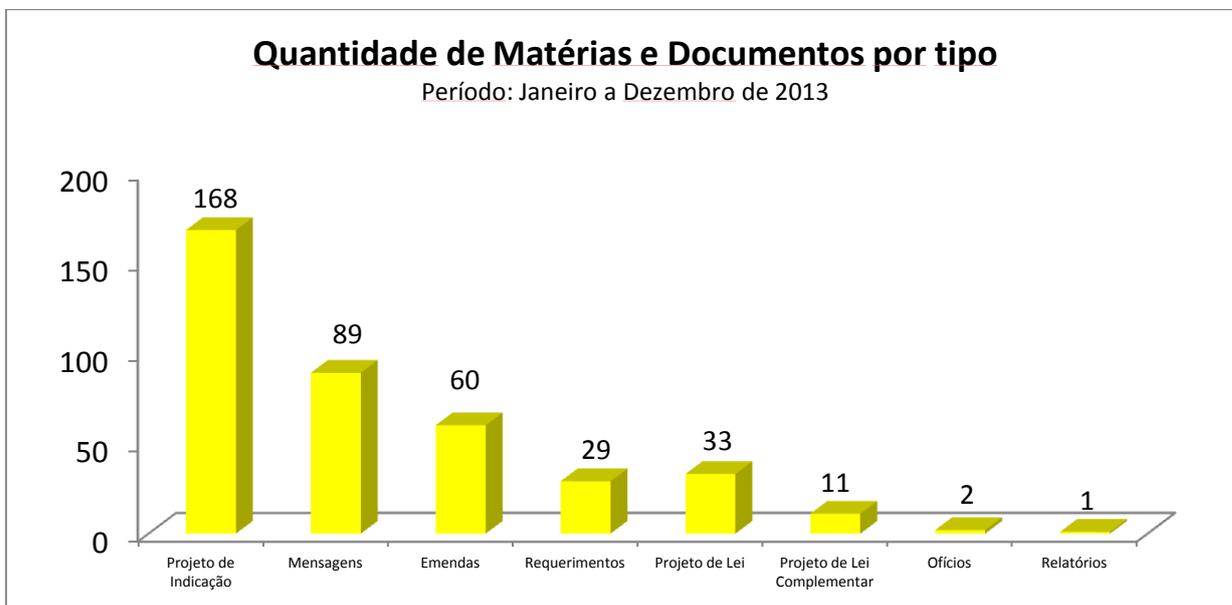


Gráfico 05 – Quantidade de Matérias deliberadas e Documentos cientificados por tipo

Total: 318 (trezentos e dezoito) proposições deliberadas e 03 (três) documentos cientificados

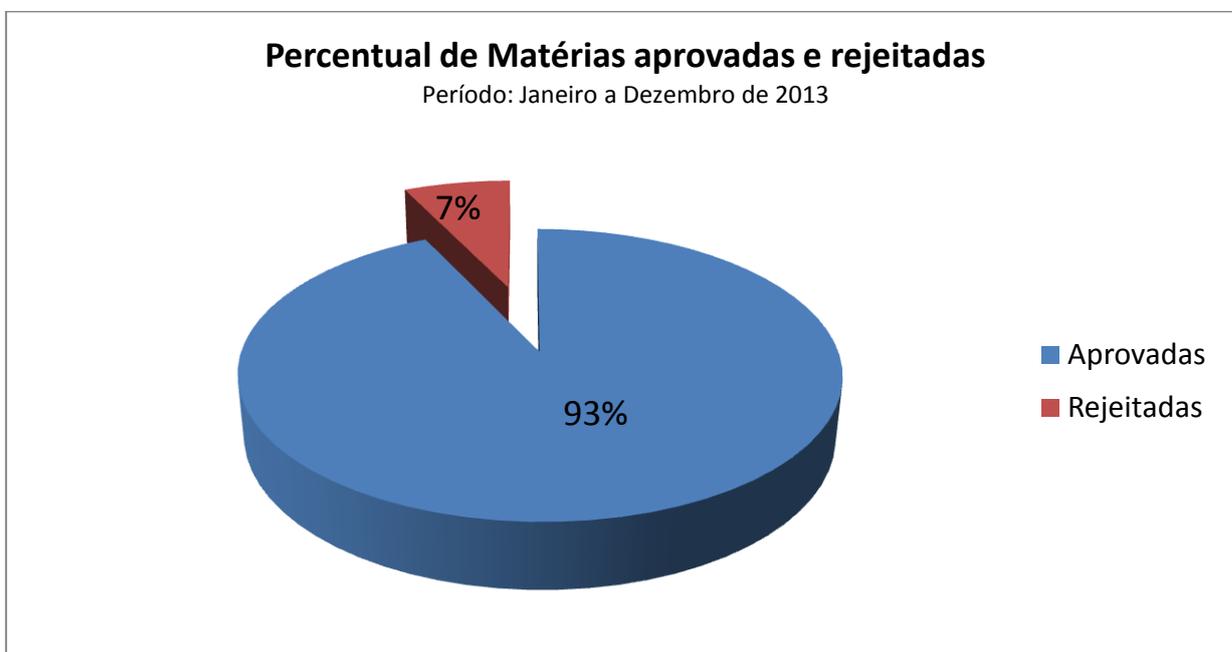


Gráfico 06 – Percentual de Matérias aprovadas e rejeitadas

Total de matérias aprovadas: 315 (trezentos e quinze) matérias

Total de matérias rejeitadas: 24 (vinte e quatro) matérias

AUTORIA	MENSAGENS	P.L	P.L.C	P.I	EMENDAS	REQUERIMENTOS	TOTAL
Ana Paula Cruz	-	0	0	3	0	0	3
Antônio Carlos	-	0	0	1	0	1	2
Bethrose	-	1	0	9	0	0	10
Carlomano Marques	-	0	0	1	0	0	1
Dedé Teixeira	-	0	0	1	1	2	4
Delegado Cavalcante	-	0	0	1	0	0	1
Daniel Oliveira	-	0	0	2	0	0	2
Dr. Sarto	-	0	0	1	4	1	6
Dra. Silvana	-	0	0	5	0	0	5
Eliane Novais	-	0	0	18	1	4	23
Ely Aguiar	-	0	0	2	0	0	2
Fernanda Pessoa	-	3	0	37	0	1	41
Fernando Hugo	-	1	0	2	0	0	3
Ferreira Aragão	-	3	0	16	0	1	20
Heitor Férrer	-	0	0	0	14	0	14
Hermínio Resende	-	0	0	0	2	1	3
Idemar Citó	-	0	0	1	0	0	1
Inês Arruda	-	4	0	9	0	0	13
José Albuquerque	-	0	0	0	1	0	1
Júlio César Filho	-	1	0	6	0	0	7
Lula Moraes	-	0	0	2	1	2	5
Mauro Filho	-	0	0	0	3	0	3
Mesa Diretora - ALEC	-	2	0	0	0	0	2
Mirian Sobreira	-	0	0	4	0	11	15
Nenen Coelho	-	1	0	1	0	0	2
Osmar Baquit	-	0	0	1	0	0	1
Paulo Facó	-	1	0	0	0	0	1
Professor Teodoro	-	1	0	6	0	0	7
Rachel Marques	-	1	0	7	0	4	12
Roberto Mesquita	-	0	0	2	2	0	4
Rogério Aguiar	-	1	0	1	0	0	2
Ronaldo Martins	-	2	0	7	4	1	14
Sérgio Aguiar	-	0	0	1	3	0	4
Sineval Roque	-	0	0	1	0	0	1
Tin Gomes	-	0	0	1	5	0	6
Tomaz Holanda	-	0	0	4	0	0	4
Vanderley Pedrosa	-	0	0	1	0	0	1
Wellington Landim	-	2	0	10	0	0	12

AUTORIA	MENSAGENS	P.L	P.L.C	P.I	EMENDAS	REQUERIMENTOS	TOTAL
Ministério Público	2	-	1	-	-	0	3
Poder Executivo	60	-	8	-	-	0	68
Tribunal de Contas do Estado	4	-	0	-	-	0	4
Tribunal de Contas dos Municípios	3	-	0	-	-	0	3
Tribunal de Justiça	3	-	0	-	-	0	3
TOTAL	72	24	9	164	41	29	339

Tabela 03 – Quantidade de matérias deliberadas por Autoria

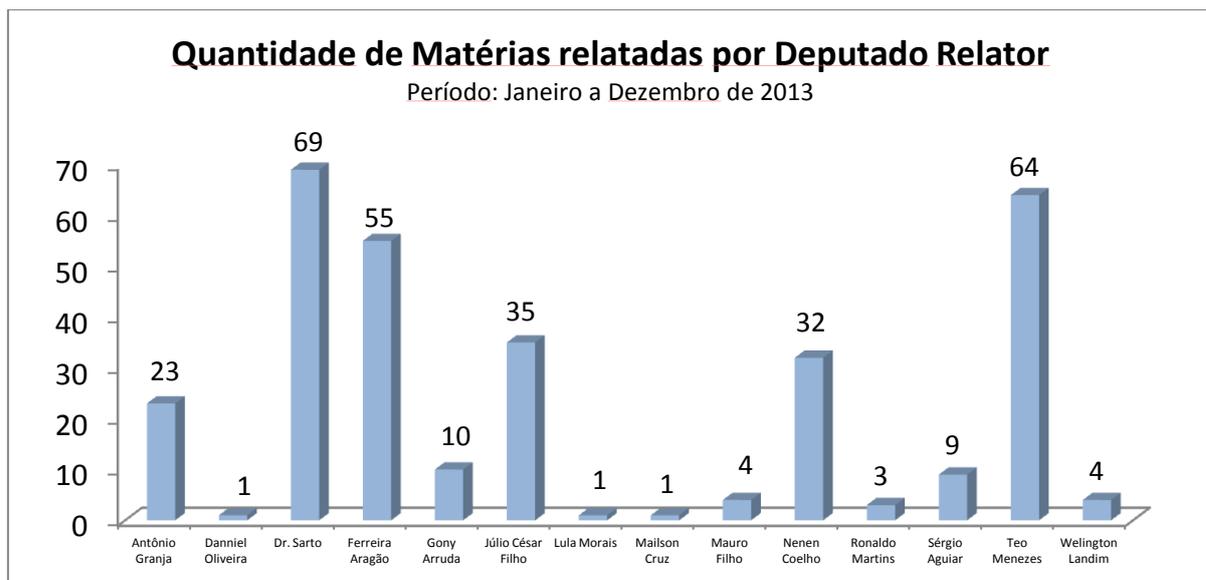


Gráfico 08 – Quantidade de Matérias relatadas por Deputado Relator

DEP. RELATOR	MENSAGENS	P.L	P.L.C	P.I	EMENDAS	TOTAL
Antônio Granja	10	1	2	0	10	23
Dannel Oliveira	1	0	0	0	0	1
Dr. Sarto	41	2	5	16	5	69
Ferreira Aragão	0	8	0	47	0	55
Gony Arruda	0	1	0	9	0	10
Júlio César Filho	9	0	2	1	23	35
Lula Moraes	1	0	0	0	0	1
Mailson Cruz	1	0	0	0	0	1
Mauro Filho	2	0	0	0	2	4
Nenen Coelho	2	1	0	29	0	32
Ronaldo Martins	2	0	0	1	0	3
Sérgio Aguiar	0	3	0	6	0	9
Teo Menezes	0	9	0	55	0	64
Wellington Landim	3	0	0	0	1	4
TOTAL	72	25	9	164	41	311

Tabela 04 – Quantidade de matérias relatadas por Tipo e por Relator

3.2 – Matérias deliberadas

3.2.1 – Mensagens

Mensagem	Autoria	Deputado Relator	Parecer do Relator	Deliberação da Comissão	Reunião
Mensagem Nº 01/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 01/2013) - "Altera a Lei n.º 14.527, de 8 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a revisão dos subsídios dos membros do Poder Judiciário do Estado do Ceará".	Tribunal de Justiça	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 20/02/2013	1ª R. Ext.
Mensagem Nº 02/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 01/2013) - "Dispõe sobre a revisão dos subsídios dos membros do Ministério Público do Estado do Ceará, de acordo com as disposições do inciso XI, do art. 37, c/c 0 §2º do art. 127 da Constituição Federal".	Ministério Público	Antônio Granja	Favorável	Aprovada em 20/02/2013	1ª R. Ext.
Mensagem Nº 03/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.457/2013) - "Altera dispositivos da Lei N.º 13.875, de 7 de fevereiro de 2007 e alterações subsequentes, cria o Centro de Educação à distância do Estado do Ceará, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 27/02/2013	2ª R. Ext.
Mensagem Nº 04/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 01/2013) - "Dispõe sobre a revisão dos subsídios dos Conselheiros, Procuradores e Auditores do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará - TCM".	Tribunal de Contas dos Municípios	Daniel Oliveira	Favorável	Aprovada em 20/02/2013	1ª R. Ext.
Mensagem Nº 05/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 01/2013) - "Dispõe sobre a revisão do subsídio dos Membros do Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE e do subsídio dos Procuradores de Contas do Ministério Público Especial e dos Auditores e dá outras providências".	Tribunal de Contas do Estado	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 20/02/2013	1ª R. Ext.
Mensagem Nº 06/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.458/2013) - "Dispõe sobre a criação e extinção de Cargos de Direção e Assessoramento Superior no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 20/02/2013	1ª R. Ext.

Mensagem Nº 07/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.459/2013) - "Dispõe sobre a criação de Cargos de Direção e Assessoramento Superior, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências".	Poder Executivo	Antônio Granja	Favorável	Aprovada em 27/02/2013	2ª R. Ext.
Mensagem Nº 11/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.464/2013) - "Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro I, do Poder Executivo, para lotação na Junta Comercial do Estado do Ceará, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 13/03/2013	3ª R. Ext.
Mensagem Nº 12/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 02/2013) - "Promove alterações na Lei Estadual nº13.783, de 26 de junho de 2006, que trata do Plano de Cargos e Carreira de Controle Externo do Quadro IV - Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências".	Tribunal de Contas do Estado	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 13/03/2013	3ª R. Ext.
Mensagem Nº 13/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.465/2013) - "Autoriza a transferência de recursos para execução de Programas em parceria com Pessoas Jurídicas do Setor Privado ou Pessoas Físicas, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 22/03/2013	4ª R. Ext.
Mensagem Nº 15/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.468/2013) - "Institui, no âmbito do Estado do Ceará, por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN-CE, o Programa de Educação e Defesa da Vida dos Condutores de Motocicletas e Motonetas que exercem atividade remunerada - PROMOTOS, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 17/04/2013	6ª R. Ext.
Mensagem Nº 16/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.469/2013) - "Autoriza o Poder Executivo a Executar Programa de Apoio ao Trabalho de Remoção das Famílias Ocupantes de Terreno objeto da Lei n.º 15.141, de 23 de abril de 2012, onde serão construídos residenciais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 17/04/2013	6ª R. Ext.
Mensagem Nº 18/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.471/2013) - "Altera dispositivos da Lei N.º 9.499, de 20 de julho de 1971, que dispõe sobre a criação da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, e dá outras providências".	Poder Executivo	Welington Landim	Favorável	Aprovada em 17/04/2013	6ª R. Ext.

Mensagem Nº 19/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.472/2013) - "Autoriza a transferência de recursos para a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC, inscrita sob o CNPJ n.º 05.330.436/0001-62, o Instituto Brasileiro do Direito a Vida dos Animais e Meio Ambiente - IBDVAMA, inscrito sob o CNPJ n.º 06.178.059/0001-50, a Associação Cultural dos Artesãos, Artistas e Produtores Rurais de Jaguaruana - ACAAP, inscrito sob o CNPJ n.º 12.607.106/0001-37 e o Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento - IBRAD, inscrito sob o CNPJ n.º 03.666.859/0001-22, e dá outras providências."	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 24/04/2013	8ª R. Ext.
Mensagem Nº 20/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.473/2013) - " Dispõe sobre a finalidade, atribuições e composição do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, e dá outras providências."	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 24/04/2013	8ª R. Ext.
Mensagem Nº 21/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.474/2013) - "Autoriza a transferência de recursos para execução de programas em parceria com pessoas jurídicas do setor privado ou pessoas físicas, e dá outras providências".	Poder Executivo	Antônio Granja	Favorável	Aprovada em 08/05/2013	9ª R. Ext.
Mensagem Nº 22/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.475/2013) - "Autoriza a transferência de recursos para execução dos Programas da Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA em parceria com pessoas jurídicas do setor privado ou pessoas físicas, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 17/04/2013	6ª R. Ext.
Mensagem Nº 23/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.476/2013) - " Dispõe sobre a aplicabilidade do Art. 6º, caput e paragrafo único da Lei n.º 15.292, de 08 de janeiro de 2013, e dá outras providências ".	Poder Executivo	Welington Landim	Favorável	Aprovada em 17/04/2013	6ª R. Ext.
Mensagem Nº 25/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.478/2013) - "Altera dispositivos da Lei n.º 12.781, de 30 de dezembro de 1997, que institui o Programa Estadual de Incentivo as Organizações Sociais, dispõe sobre a qualificação destas entidades, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 08/05/2013	9ª R. Ext.
Mensagem Nº 26/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 03/2013) - "Promove a Criação de Cargos em Comissão no Quadro - IV - Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências".	Tribunal de Contas do Estado	Ronaldo Martins	Favorável	Aprovada em 15/05/2013	10ª R. Ext.

Mensagem Nº 27/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.479/2013) - "Altera a Lei n.º 13.778, de 6 de junho de 2006, que institui o Plano de Cargos e Carreiras do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização - TAF, da Secretaria da Fazenda, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 08/05/2013	9ª R. Ext.
Mensagem Nº 29/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.481/2013) - "Autoriza a transferência de recursos para execução de programas em parceria com pessoas jurídicas do setor privado ou pessoas físicas, e dá outras providências".	Poder Executivo	Antônio Granja	Favorável	Aprovada em 15/05/2013	10ª R. Ext.
Mensagem Nº 31/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.483/2013) - "Altera dispositivos da Lei n.º 13.875, de 07 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão do Poder Executivo e dá outras providências".	Poder Executivo	Júlio César Filho	Favorável	Aprovada em 22/05/2013	11ª R. Ext.
Mensagem Nº 32/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.484/2013) - "Autoriza a transferência de recursos para a execução de programas em parceria com pessoas jurídicas do setor privado ou pessoas físicas e dá outras providências".	Poder Executivo	Antônio Granja	Favorável	Aprovada em 22/05/2013	11ª R. Ext.
Mensagem Nº 33/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.485/2013) - "Dispõe sobre a extinção e criação de Cargos de Direção e Assessoramento Superior, no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá outras providências".	Poder Executivo	Antônio Granja	Favorável	Aprovada em 22/05/2013	11ª R. Ext.
Mensagem Nº 35/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.487/2013) - "Altera o art. 25 da Lei N.º 13.778, de 6 de junho de 2006, que trata do plano de cargos e carreiras, do grupo ocupacional tributação, arrecadação e fiscalização - TAF, da Secretaria da Fazenda, e dá outras providências".	Poder Executivo	Júlio César Filho	Favorável	Aprovada em 28/05/2013	12ª R. Ext.
Mensagem Nº 39/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.491/2013) - "Dispõe sobre a comunicação eletrônica por meio do Domicílio Tributário Eletrônico (de), no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, e dá outras providências".	Poder Executivo	Júlio César Filho	Favorável	Aprovada em 28/05/2013	12ª R. Ext.
Mensagem Nº 40/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.492/2013) - "Altera dispositivos da Lei N.º 14.869, de 25 de janeiro de 2011, e dá outras providências".	Poder Executivo	Júlio César Filho	Favorável	Aprovada em 28/05/2013	12ª R. Ext.

Mensagem Nº 44/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.496/2013) - "Autoriza a transferência de recursos financeiros para execução de programa em parceria com pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 12/06/2013	13ª R. Ext.
Mensagem Nº 45/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.497/2013) - "Dispõe sobre a criação de cargo no âmbito do Poder Executivo Estadual".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 12/06/2013	13ª R. Ext.
Mensagem Nº 47/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.498/2013) - "Altera dispositivo da Lei n.º 13.496, de 2 de julho de 2004, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no âmbito da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (ADAGRI), e dá outras providências".	Poder Executivo	Nenen Coelho	Favorável	Aprovada em 03/07/2013	14ª R. Ext.
Mensagem Nº 48/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 02/2013) - "Altera os dispositivos da Lei n.º 12.483, de 3 de agosto de 1995, que indica reestrutura órgãos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e dá outras providências".	Tribunal de Justiça	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 04/07/2013	15ª R. Ext.
Mensagem Nº 49/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 03/2013) - "Reduz os valores de atos notariais e parcelas do FERMOJU referentes ao registro de imóveis dos programas habitacionais da Companhia de Habitação do Ceará - COHAB-CE".	Tribunal de Justiça	Welington Landim	Favorável	Aprovada em 04/07/2013	15ª R. Ext.
Mensagem Nº 50/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.499/2013) - "Dispõe sobre a criação dos empregos em comissão da Companhia de Gás do Ceará (CEGÁS), e dá outras providências".	Poder Executivo	Nenen Coelho	Favorável	Aprovada em 03/07/2013	14ª R. Ext.
Mensagem Nº 51/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.500/2013) - "Acrescenta o parágrafo único ao art.111 da lei nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007, e dá outras providências".	Poder Executivo	Mailson Cruz	Favorável	Aprovada em 10/07/2013	16ª R. Ext.

Mensagem Nº 54/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.504/2013) - "Dispõe sobre a anistia de créditos tributários relacionados com o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre as prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), com o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), e com o imposto de transmissão causa mortis e doações (ITCD), inscritos ou não em dívida ativa do estado, na forma que especifica, e dá outras providências".	Poder Executivo	Ronaldo Martins	Favorável	Aprovada em 17/07/2013	17ª R. Ext.
Mensagem Nº 55/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.505/2013) – “Altera dispositivos da lei n.º 12.781, de 30 de dezembro de 1997, que institui o programa estadual de incentivo as organizações sociais, que dispõe sobre a qualificação destas entidades e dá outras providências”	Poder Executivo	Antônio Granja	Favorável	Aprovada em 07/08/2013	19ª R. Ext.
Mensagem Nº 56/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.506/2013) - "Altera dispositivos da lei n.º 10.367, de 7 de dezembro de 1979, que cria o fundo de desenvolvimento industrial do Estado do Ceará (fdi), da lei n.º 12.670, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe acerca do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (icms), e da lei n.º 14.237, de 10 de novembro de 2008, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações praticadas pelos contribuintes atacadistas e varejistas que indica, e dá outras providências".	Poder Executivo	Lula Moraes	Favorável	Aprovada em 17/07/2013	17ª R. Ext.
Mensagem Nº 57/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.507/2013) - "Altera o caput do Art. 1º da Lei Nº 14.560, de 21 de dezembro de 2009, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 21/08//2013	22ª R. Ext.
Mensagem Nº 58/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.508/2013) - "Altera dispositivos da Lei n.º 14.217, de 03 de outubro de 2008, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 28/08/2013	23ª R. Ext.

Mensagem Nº 59/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.509/2013) - "Autoriza a transferência de recursos para o Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Ceará, inscrito sob CNPJ n.º 00.359.743/0001-52, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 04/09/2013	26ª R. Ext.
Mensagem Nº 60/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.510/2013) - "Ratifica o Memorando de Entendimento a que se refere e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 04/09/2013	26ª R. Ext.
Mensagem Nº 61/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.511/2013) - "Autoriza a transferência de recursos para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, inscrita sob o CNPJ n.º 00.348.003/0001-04, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 04/09/2013	26ª R. Ext.
Mensagem Nº 62/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.512/2013) - "Autoriza a permuta de bem público, de dominialidade do Estado do Ceará, com bem privado, em razão do interesse público, autoriza a cessão de uso do mesmo bem, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 04/09/2013	26ª R. Ext.
Mensagem Nº 63/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.513/2013) - "Autoriza a transferência de recursos para execução de programas em parceria com pessoas jurídicas do setor privado ou pessoas físicas, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 04/09/2013	26ª R. Ext.
Mensagem Nº 65/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.515/2013) - "Autoriza a transferência de recursos para execução do projeto de promoção para o protagonismo das comunidades quilombolas do Estado do Ceará em parcerias com diversas associações, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 04/09/2013	26ª R. Ext.
Mensagem Nº 66/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.516/2013) - "Altera o caput do Art. 1º da Lei n.º 15.132, de 28 de março de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 04/09/2013	26ª R. Ext.
Mensagem Nº 67/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.517/2013) - "Autoriza a transferência de recursos para Associação dos Índios Tapebas - ACIPA, inscrita sob o CNPJ n.º 07.794.225/0001-06, e dá outras providências".	Poder Executivo	Júlio César Filho	Favorável	Aprovada em 18/09/2013	27ª R. Ext.

Mensagem Nº 68/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.518/2013) - "Autoriza o Estado a custear despesas para participação de alunos da Rede Pública Estadual de Ensino em eventos científicos e culturais e dá outras providências".	Poder Executivo	Antônio Granja	Favorável	Aprovada em 18/09/2013	27ª R. Ext.
Mensagem Nº 69/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.521/2013) - "Altera dispositivos da Lei N.º 13.743, de 29 de março 2006, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 02/10/2013	29ª R. Ext.
Mensagem Nº 71/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.523/2013) - "Altera a redação dos artigos 1º, 4º e 10 da Lei N.º 15.243, de 06 de dezembro de 2012, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 02/10/2013	29ª R. Ext.
Mensagem Nº 73/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 03/2013) - "Institui o auxílio-creche no âmbito do Ministério Público do Estado de Ceará, e dá outras providências".	Ministério Público	Júlio César Filho	Favorável	Aprovada em 07/11/2013	36ª R. Ext.
Mensagem Nº 74/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.529/2013) - "Autoriza a concessão de subvenções econômicas no âmbito dos projetos de biodiesel e recuperação da cajucultura, ambos da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 24/10/2013	32ª R. Ext.
Mensagem Nº 75/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.530/2013) - "Dispõe sobre a ampliação definitiva e temporária da carga horária de trabalho dos professores integrantes do grupo ocupacional Magistério da Educação Básica (MAG), da Secretaria da Educação, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 16/10/2013	31ª R. Ext.
Mensagem Nº 76/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.532/2013) - "Altera dispositivos da Lei nº 12.786 de 30 de dezembro de 1997, que institui a agência reguladora dos serviços públicos delegados do Estado do Ceará - ARCE, e dá outras providências".	Poder Executivo	Antônio Granja	Favorável	Aprovada em 20/11/2013	38ª R. Ext.
Mensagem Nº 77/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.533/2013) - "Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 16/10/2013	31ª R. Ext.

Mensagem Nº 80/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.536/2013) - "Dispõe sobre o Direito de Porte de Armas de Fogo pelos Agentes Penitenciários do Estado do Ceará, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 16/10/2013	31ª R. Ext.
Mensagem Nº 81/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.537/2013) - "Autoriza a abertura de Crédito Especial à Secretaria das Cidades e ao Fundo Estadual de Saúde e dá outras Providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 16/10/2013	31ª R. Ext.
Mensagem Nº 82/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.539/2013) - "Altera dispositivos da Lei Nº 13.480, de 26 de maio de 2004, que dispõe sobre a transferência de parcela dos depósitos judiciais, em recursos monetários, da conta única de depósitos judiciais do Poder Judiciário para a conta única do Tesouro Estadual, sobre a gestão desses recursos e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 24/10/2013	32ª R. Ext.
Mensagem Nº 83/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.540/2013) - "Dispõe sobre a concessão de redução da base de cálculo do ICMS nas saídas de aeronaves, peças e acessórios e outras mercadorias que específica, e dá outras providências".	Poder Executivo	Antônio Granja	Favorável	Aprovada em 06/11/2013	34ª R. Ext.
Mensagem Nº 84/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 03/2013) - "Dispõe sobre alterações na Lei n.º 12.160/93, de 04 de agosto de 1993 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará".	Tribunal de Contas dos Municípios	Júlio César Filho	Favorável	Aprovada em 07/11/2013	36ª R. Ext.
Mensagem Nº 85/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 04/2013) - "Altera o caput do art. 77 da Lei n.º 12.509, de 06 de dezembro de 1995 - Lei orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará e dá outras providências".	Tribunal de Contas do Estado	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 12/11/2013	37ª R. Ext.
Mensagem Nº 86/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.542/2013) - "Altera dispositivos da lei nº 13.729, de 11 de janeiro de 2006, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 12/11/2013	37ª R. Ext.

Mensagem Nº 87/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.543/2013) - "Dispõe sobre o direito às indenizações e benefícios previstos na Lei Nº 15.056, de 06 de dezembro de 2011, alterada pela Lei nº 15.194, de 19 de julho de 2012, e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 12/11/2013	37ª R. Ext.
Mensagem Nº 88/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.544/2013) - "Altera dispositivos da lei nº 12.670, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe acerca do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, e de comunicação – ICMS".	Poder Executivo	Mauro Filho	Favorável	Aprovada em 20/11/2013	38ª R. Ext.
Mensagem Nº 89/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.545/2013) - " Dispõe sobre o provimento de cargos de soldado, do quadro de efetivo de praças da polícia militar do Ceará, na forma que determina, e dá outras providências".	Poder Executivo	Júlio César Filho	Favorável	Aprovada em 20/11/2013	38ª R. Ext.
Mensagem Nº 90/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.546/2013) - "Dispõe sobre a Contribuição de Melhoria, cobrada em razão de valorização imobiliária, decorrente da realização de obras públicas".	Poder Executivo	Júlio César Filho	Favorável	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.
Mensagem Nº 91/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.547/2013) - "Dispõe sobre a criação de vagas no cargo provimento efetiva de agente penitenciário no Quadro I - do Poder Executivo, para lotação na Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS), e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 04/12/2013	39ª R. Ext.
Mensagem Nº 92/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.548/2013) - "Autoriza o Poder Executivo a destinar contribuição em favor da Academia Cearense de Letras e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.
Mensagem Nº 93/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.550/2013) - "Altera os anexos I e II da Lei N.º 15.267, de 28 de dezembro de 2012, que fixa o quadro de empregos públicos da Empresa Administradora da Zona de Processamento de Exportação de PECÉM/CE - EMAZP".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.
Mensagem Nº 94/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 04/2013) - "Dispõe sobre alterações na Lei n.º 14.255, de 27 de novembro de 2008, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos	Tribunal de Contas dos	Mauro Filho	Favorável	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.

Servidores do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, e dá outras providências".	Municípios - TCM				
Mensagem Nº 95/2013 (Oriunda da Mensagem Nº 7.551/2013) - "Autoriza a transferência de recursos para a sociedade cearense de jornalismo científico e cultural, inscrita sob o CNPJ Nº 06.108.400/0001-00".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.

Quadro 03 – Relação de Mensagens deliberadas em ordem numérica

3.2.2 – Emendas

Emenda	Deputado(a) Autor(a)	Deputado Relator	Parecer do Relator	Deliberação da Comissão	Reunião
Emenda Aditiva Nº 01/2013 à Mensagem Nº 7.468/2013 - "Acrescenta-se Inciso de identificação IV ao artigo 3º do projeto de lei acima evidenciado, o qual terá a seguinte redação: Pessoa física habilitada para conduzir veículo na Categoria “A”, devidamente registrada no Departamento Estadual de Trânsito do Ceará – Detran/Ce, que comprove sua inscrição junto às entidades representativas de classe do segmento de Mototaxistas e Motofretistas, cooperativas, associações, sindicatos ou federações, no âmbito do Estado do Ceará”.	Dedé Teixeira	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 17/04/2013	6ª R. Ext.
Emenda Modificativa Nº 01/2013 à Mensagem Nº 7.471/2013 - "Altera o art. 1º, renumerando o §3º e altera o art. 3º do projeto de lei referente a mensagem nº 7471, de 12 de abril de 2013”.	Eliane Novais	Wellington Landim	Contrário	Rejeitada em 17/04/2013	6ª R. Ext.
Emenda Modificativa Nº 02/2013 à Mensagem Nº 7.471/2013 - "Altera os artigos 1º e 3º do Projeto de Lei oriundo da Mensagem Nº 7.471, de 12 de abril de 2013”.	Lula Moraes	Dr. Sarto	Favorável	Aprovada em 23/04/2013	7ª R. Ext.
Emenda Modificativa Nº 01/2013 à Mensagem Nº 7.483/2013 - "Modifica o parágrafo 3º do Art. 15A do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem Nº 7483/13”.	Heitor Férrer	Júlio César Filho	Contrário	Rejeitada em 22/05/2013	11ª R. Ext.
Emenda Aditiva Nº 02/2013 à Mensagem Nº 7.483/2013 - "Acrescenta o parágrafo 10 ao Art. 15A do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem Nº 7483/13”.	Heitor Férrer	Júlio César Filho	Contrário	Rejeitada em 22/05/2013	11ª R. Ext.
Emenda Modificativa Nº 01/2013 ao Projeto de Lei Complementar Nº 03/2013 (Oriundo da Mensagem Nº 7.503/2013) – “Altera a redação do art. 24 do projeto de lei que acompanha a mensagem nº 7503/2013”	Dr. Sarto	Júlio César Filho	Favorável	Aprovada em 07/08/2013	19ª R. Ext.
Emenda Modificativa Nº 02/2013 ao Projeto de Lei Complementar Nº 03/2013 (Oriundo da Mensagem Nº 7.503/2013) – “Altera a redação do art. 23 do projeto de lei que acompanha a mensagem nº 7503/2013”	José Albuquerque	Júlio César Filho	Favorável	Aprovada em 07/08/2013	19ª R. Ext.

Emenda Modificativa Nº 01/2013 ao Projeto de Lei Nº 333/2011	Roberto Mesquita	Antônio Granja	Favorável	Aprovada em 21/08/2013	22ª R. Ext.
Emenda Aditiva Nº 01/2013 ao Projeto de Lei Complementar Nº 01/2013 que acompanha a Mensagem Nº 7.460/2013 - "Acrescenta o §4º ao art. 7º do projeto de Lei Complementar nº 01/2013, que acompanha a mensagem nº 7.460/2013".	Roberto Mesquita	Dr. Sarto	Contrário	Rejeitada em 03/09/2013, com voto contrário da Dep. Fernanda Pessoa	25ª R. Ext.
Emenda Modificativa Nº 01/2013 ao Projeto de Lei Complementar Nº 06/2013 que acompanha a Mensagem Nº 7.520/2013 - "Modifica o Art. 4º do Projeto de Lei Complementar que acompanha a Mensagem Nº 7.520/2013".	Heitor Férrer	Dr. Sarto	Contrário	Rejeitada em 25/09/2013	28ª R. Ext.
Emenda Aditiva Nº 02/2013 ao Projeto de Lei Complementar Nº 06/2013 que acompanha a Mensagem Nº 7.520/2013 - "Acrescenta Inciso III ao Art. 10 do Projeto de Lei Complementar que acompanha a Mensagem Nº 7.520/2013".	Heitor Férrer	Dr. Sarto	Contrário	Rejeitada em 25/09/2013	28ª R. Ext.
Emenda Aditiva Nº 01/2013 à Mensagem Nº 7.540/2013 - "Acrescenta parágrafo ao art. 5º do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 7.540, de 18 de outubro de 2013, que dispõe sobre a concessão de redução da base de cálculo do ICMS nas saídas de aeronaves, peças e acessórios e outras mercadorias que especifica, e dá outras providências".	Hermínio Resende	Antônio Granja	Contrário	Rejeitada em 06/11/2013	34ª R. Ext.
Emenda Aditiva Nº 02/2013 à Mensagem Nº 7.540/2013 - "Acrescenta o art. 6º, renumerando os demais, do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 7.540, de 18 de outubro de 2013, que dispõe sobre a concessão de redução da base de cálculo do ICMS nas saídas de aeronaves, peças e acessórios, e dá outras providências".	Hermínio Resende	Antônio Granja	Contrário	Rejeitada em 06/11/2013	34ª R. Ext.
Emenda Modificativa Nº 03/2013 à Mensagem Nº 7.540/2013 - "Modifica o inciso I do artigo 1º do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 7.540/2013".	Heitor Férrer	Antônio Granja	Contrário	Rejeitada em 06/11/2013	34ª R. Ext.

Emenda Supressiva Nº 04/2013 à Mensagem Nº 7.540/2013 - "Suprime as alíneas “b”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i” e “j” do inciso I, e os incisos II, III e V, todos do art. 1º do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 7.540/2013".	Heitor Férrer	Antônio Granja	Contrário	Rejeitada em 06/11/2013	34ª R. Ext.
Emenda de Redação Nº 05/2013 à Mensagem Nº 7.540/2013 - "Altera a ementa da Mensagem Nº83/2013, oriunda da Mensagem nº 7.540, de 18 de outubro de 2013, que dispõe sobre a concessão de redução da base de cálculo d ICMS nas saídas de aeronaves, peças e acessórios e outras mercadorias que específica e dá outras providências".	Mauro Filho	Antônio Granja	Favorável	Aprovada em 06/11/2013	34ª R. Ext.
Emenda Modificativa Nº 06/2013 à Mensagem Nº 7.540/2013 - "Altera o inciso X do art. 1º da Mensagem nº 83/2013, oriunda da Mensagem nº 7.540, de 18 de outubro d 2013, que dispõe sobre a concessão de redução da base de cálculo d ICMS nas saídas de aeronaves, peças e acessórios e outras mercadorias que específica e dá outras providências".	Mauro Filho	Antônio Granja	Favorável	Aprovada em 06/11/2013	34ª R. Ext.
Emenda Aditiva Nº 07/2013 à Mensagem Nº 7.540/2013 - "Altera o parágrafo único do art. 5º da Mensagem nº 83/2013, oriunda da Mensagem nº 7.540, de 18 de outubro d 2013, que dispõe sobre a concessão de redução da base de cálculo d ICMS nas saídas de aeronaves, peças e acessórios e outras mercadorias que específica e dá outras providências".	Mauro Filho	Antônio Granja	Favorável	Aprovada em 06/11/2013	34ª R. Ext.
Emenda Aditiva Nº 01/2013 ao Projeto de Lei Complementar Nº 12/2013 - "Encaminhado pela mensagem nº 7.541/2013, que dispõe sobre o Fundo de Inovação Tecnológica do Estado do Ceará".	Tin Gomes	Júlio César Filho	Favorável	Aprovada em 06/11/2013	35ª R. Ext.
Emenda Aditiva Nº 02/2013 ao Projeto de Lei Complementar Nº 12/2013 - "Encaminhado pela mensagem nº 7.541/2013, que dispõe sobre o Fundo de Inovação Tecnológica do Estado do Ceará".	Tin Gomes	Júlio César Filho	Favorável	Aprovada em 06/11/2013	35ª R. Ext.
Emenda Aditiva Nº 01/2013 à Mensagem Nº 03/2013 de Autoria do Tribunal de Contas dos Municípios - "Acrescenta dispositivos na Proposição Nº 84/13, oriundo da mensagem nº 03 do Tribunal de	Sérgio Aguiar	Júlio César Filho	Favorável	Aprovada em 07/11/2013	36ª R. Ext.

Contas dos Municípios, que dispõe sobre alterações na Lei nº 12.160/93, de 04 de agosto de 1993, Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará".					
Emenda de Redação Nº 02/2013 à Mensagem Nº 03/2013 de Autoria do Tribunal de Contas dos Municípios. – “Altera dispositivo na Proposição Nº 84/13, oriundo da Mensagem Nº 03 do Tribunal de Contas dos Municípios, que dispõe sobre as alterações na Lei nº 12.160/93, de 04 de agosto de 1993, Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará”.	Sérgio Aguiar	Júlio César Filho	Favorável	Aprovada em 07/11/2013	36ª R. Ext.
Emenda Aditiva Nº 02/2013 à Mensagem Nº 7.532/2013 - "Altera dispositivo da Proposição Nº 76/2013, oriundo da Mensagem 7.532/2013 de 11 de outubro de 2013, que Institui a Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE), e dá outras providências".	Sérgio Aguiar	Antônio Granja	Contrário	Rejeitada em 20/11/2013	38ª R. Ext.
Emenda Modificativa Nº 03/2013 à Mensagem Nº 7.532/2013 - "Modifica o § 2º do Art. 22, objeto do Art. 2º do Projeto de Lei que acompanha 7.532/2013".	Dr. Sarto	Antônio Granja	Favorável	Aprovada em 20/11/2013	38ª R. Ext.
Emenda Aditiva Nº 01/2013 à Mensagem Nº 7.546/2013 - "Acrescenta o inciso V ao Art. 5º do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem Nº 7.546/13".	Heitor Férrer	Júlio César Filho	Contrário	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.
Emenda Modificativa Nº 02/2013 à Mensagem Nº 7.546/2013 - "Modifica o Art. 6º do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem Nº 7546/13".	Heitor Férrer	Júlio César Filho	Contrário	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.
Emenda Aditiva Nº 03/2013 à Mensagem Nº 7.546/2013 - "Acrescenta o inciso V ao Art. 12 do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem Nº 7.546/13".	Heitor Férrer	Júlio César Filho	Contrário	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.
Emenda Aditiva Nº 04/2013 à Mensagem Nº 7.546/2013 - "Acrescenta parágrafo ao Art. 25 do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem Nº 7.546/13".	Heitor Férrer	Júlio César Filho	Contrário	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.
Emenda Aditiva Nº 05/2013 à Mensagem Nº 7.546/2013 - "Acrescenta	Heitor Férrer	Júlio	Contrário	Aprovada em	40ª R. Ext.

o inciso VI ao Art. 5º do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem Nº 7.546/13".		César Filho		11/12/2013	
Emenda Modificativa Nº 06/2013 à Mensagem Nº 7.546/2013 - "Modifica os incisos I, II, III e IV do ao Art. 11 do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem Nº 7.546/13".	Heitor Férrer	Júlio César Filho	Contrário	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.
Emenda Supressiva Nº 07/2013 à Mensagem Nº 7.546/2013 - "Suprime os incisos IV, V e IX do Art. 2º do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem Nº. 7.546, na forma que indica".	Ronaldo Martins	Júlio César Filho	Contrário	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.
Emenda Modificativa Nº 08/2013 à Mensagem Nº 7.546/2013 - "Modifica a redação do § 3º, Art. 3º, do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem Nº. 7.546, na forma que indica".	Ronaldo Martins	Júlio César Filho	Contrário	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.
Emenda Modificativa Nº 09/2013 à Mensagem Nº 7.546/2013 - "Modifica a redação do Art. 5º, do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem Nº. 7.546, na forma que indica".	Ronaldo Martins	Júlio César Filho	Contrário	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.
Emenda Modificativa Nº 10/2013 à Mensagem Nº 7.546/2013 - "Modifica a redação do <i>caput</i> do Art. 6º, do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem Nº. 7.546, na forma que indica".	Ronaldo Martins	Júlio César Filho	Contrário	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.
Emenda Aditiva Nº 11/2013 à Mensagem Nº 7.546/2013 - "Acrescenta redação ao Art. 6º, do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem Nº. 7.546, na forma que indica".	Tin Gomes	Júlio César Filho	Contrário	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.
Emenda Supressiva Nº 12/2013 à Mensagem Nº 7.546/2013 - "Suprime o Parágrafo Único do Art.12 do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem Nº. 7.546, na forma que indica".	Tin Gomes	Júlio César Filho	Contrário	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.
Emenda Supressiva Nº 13/2013 à Mensagem Nº 7.546/2013 - "Suprime o Artigo 13 do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem Nº. 7.546, na forma que indica".	Tin Gomes	Júlio César Filho	Contrário	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.
Emenda Modificativa Nº 14/2013 à Mensagem Nº 7.546/2013 - "Modifica o Art. 6º e seu Parágrafo Único, acrescentando os incisos I e II ao mesmo artigo, do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem Nº. 7.546, de autoria do Poder Executivo".	Dr. Sarto	Júlio César Filho	Favorável	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.

Emenda Aditiva Nº 15/2013 à Mensagem Nº 7.546/2013 - "Acrescenta o inciso III ao Art. 6º do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem Nº 7.546/13, de autoria do Poder Executivo".	Dr. Sarto	Júlio César Filho	Favorável	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.
Emenda Aditiva Nº 01/2013 à Mensagem Nº 04/2013 de Autoria do Tribunal de Contas dos Municípios - "Acrescenta Artigo ao Projeto de Lei que acompanha a Mensagem Nº 04/13 do Tribunal de Contas dos Municípios - TCM".	Heitor Férrer	Mauro Filho	Favorável	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.
Emenda Modificativa Nº 02/2013 à Mensagem Nº 04/2013 de Autoria do Tribunal de Contas dos Municípios - "Modifica o Artigo 5º do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem Nº 04/13 do Tribunal de Contas dos Municípios - TCM".	Heitor Férrer	Mauro Filho	Emenda retirada pelo Autor	Aprovada em 11/12/2013	40ª R. Ext.

Quadro 04 – Relação de Emendas deliberadas

3.2.3 – Projetos de Lei Ordinária

Projeto de Lei Ordinária	Deputado(a) Autor(a)	Deputado Relator	Parecer do Relator	Deliberação da Comissão	Reunião
Projeto de Lei Nº 211/2011 - “Dispõe sobre o uso de equipamentos de comunicação, eletrônicos e outros aparelhos similares nos estabelecimentos de ensino do Estado, durante o horário das aulas.”	Prof. Teodoro	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 05/06/2013	6ª R. Ord.
Projeto de Lei Nº 264/2011 - “Dispõe sobre a fixação de cartazes e placas que informam aos consumidores sobre desconto na antecipação de pagamento de dívidas”	Ferreira Aragão	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 05/06/2013	6ª R. Ord.
Projeto de Lei Nº 279/2011 - "Dispõe sobre concessão de vantagem aos servidores público da Assembleia Legislativa e dá outras providências".	Fernando Hugo	Sérgio Aguiar	Favorável	Aprovado em 27/02/2013	1ª R. Ord.
- Projeto de Lei Nº 310/2011 - “Dispõe sobre a divulgação do art. 290 da Lei Federal Nº 6.015, de 31 de Dezembro de 1973, no interior das Corretoras de Imóveis situadas no âmbito do Estado do Ceará”.	Ferreira Aragão	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 21/08/2013	9ª R. Ord.
Projeto de Lei Nº 333/2011 - "Dispõe sobre concessão de vantagem aos servidores público da Assembleia Legislativa e dá outras providências".	Mesa Diretora	Antônio Granja	Favorável	Aprovado em 21/08/2013	22ª R. Ext.
Projeto de Lei Nº 39/2012 - "Dispõe sobre normas de proteção aos consumidores que se utilizem de serviços de manobra e guarda de veículos em estacionamentos públicos e privados no Estado do Ceará, na forma que indica".	Ronaldo Martins	Sérgio Aguiar	Favorável	Aprovado em 27/02/2013	1ª R. Ord.
Projeto de Lei Nº 70/2012 - "Dispõe sobre a afixação de cartazes em Hospitais Públicos e Delegacias de Polícia do Estado do Ceará, contendo o telefone e o endereço da instituição AA Alcoólicos Anônimos da cidade onde esteja localizado o hospital e a delegacia".	Ferreira Aragão	Sérgio Aguiar	Favorável	Aprovado em 27/02/2013	1ª R. Ord.
Projeto de Lei Nº 95/2012 - “Dispõe sobre a proibição do uso de recursos públicos para contratação de artistas que, em suas músicas, danças, coreografias e as demais formas de manifestação cultural, desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres à situação de constrangimento”.	Rachel Marques	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R.Ord.

Projeto de Lei Nº 105/2012 - “Estabelece normas de apresentação para alimentos orgânicos, a serem observadas pelos supermercados e hipermercados localizados no âmbito do Estado do Ceará.”	Paulo Facó	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 21/08/2013	9ª R. Ord.
Projeto de Lei Nº 127/2012 - “Estabelece proibição quanto à aplicação pigmentação artificial permanente da pele ou inserção de piercing em menores de 18 anos de idade, na forma que especifica”.	Ronaldo Martins	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R.Ord.
Projeto de Lei Nº 133/2012 - “Dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição em local visível de material explicativo em lojas que comercializam aparelhos celulares sobre as formas de desativação dos mesmos em casos de roubo ou furto no Estado do Ceará”.	Wellington Landim	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R.Ord.
Projeto de Lei Nº 19/2013 - “Determina a proibição de uso de canetas laser em qualquer evento de caráter desportivo, ou quaisquer outros objetos similares, como sinalizadores em espetáculos desportivos e shows em ambiente fechado”.	Rogério Aguiar	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 15/05/2013	4ª R.Ord.
Projeto de Lei Nº 20/2013 - “Dispõe sobre a afixação de cartaz, em estabelecimento de saúde que realize atendimento médico-hospitalar emergencial, contendo a mensagem: Constitui crime a exigência de cheque-caução, nota promissória ou qualquer garantia, bem como a preenchimento prévio de formulários administrativos, como condições para o atendimento médico- hospitalar emergencial.”	Nenen Coelho	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 05/06/2013	6ª R. Ord.
Projeto de Lei Nº 26/2013 - “Dispõe sobre a publicação de advertência de que a exploração sexual de crianças e adolescentes é crime, nos jornais editados no Estado do Ceará.”	Bethrose	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R.Ord.
Projeto de Lei Nº 27/2013 - “Dispõe sobre a disponibilização de assentos preferências em instituições públicas e privadas que oferecem atendimento ao público.”	Fernanda Pessoa	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R.Ord.
Projeto de Lei Nº 32/2013 - “Disponibiliza assentos na primeira fila das escolas públicas e privadas para crianças portadoras de TDAH.”	Fernanda Pessoa	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 25/09/2013	11ª R. Ord.

Projeto de Lei Nº 54/2013 - “Dispõe sobre a obrigatoriedade da inscrição da frase: ‘Embalagem Reciclável - Descartar em Local Adequado, Rótulo de Propaganda dos Produtos em Garrafa Pet.’”	Júlio César Filho	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R.Ord.
Projeto de Lei Nº 60/2013 - “Dispõe sobre a divulgação de mensagem de advertência nas academias de ginástica sobre as consequências do uso de anabolizantes.”	Fernanda Pessoa	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de Lei Nº 69/2013 - “Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Conscientização e Prevenção à Alienação Parental, e dá outras providências.”	Inês Arruda	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 21/08/2013	9ª R. Ord.
Projeto de Lei Nº 106/2013 - “Reconhece como de relevante interesse para a segurança pública no Estado do Ceará, o Projeto Turminha do Ronda, desenvolvido pela Coordenadoria de Polícia Comunitária - CPCOM, da Polícia Militar do Ceará.”	Inês Arruda	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Lei Nº 126/2013 - “Obriga as instituições estaduais de ensino superior com sede no Estado do Ceará a afixar cartazes, em local visível, informativos aos alunos acerca da gratuidade da expedição do diploma de conclusão de curso.”	Wellington Landim	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 25/09/2013	11ª R. Ord.
Projeto de Lei Nº 145/2013 - "Dispõe sobre a divulgação da Central de Atendimento à Mulher, o ligue 180, no âmbito do Estado do Ceará".	Inês Arruda	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Lei Nº 193/2013 - "Dispõe sobre a obrigatoriedade da reserva de assento de acompanhante para portador de necessidades especiais em teatro, cinemas, casas de shows e espetáculos em geral no Estado do Ceará".	Leonardo Pinheiro	Gony Arruda	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Lei Nº 200/2013 - "Institui a campanha estadual de conscientização da população para a importância da mamografia".	Inês Arruda	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Lei Nº 257/2013 - "Altera a tabela de vencimentos dos servidores do Quadro II – Poder Legislativo, atendendo a determinação judicial, e dá outras providências".	Mesa Diretora	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	39ª R. Ext.

Quadro 05 – Relação de Projetos de Lei deliberados em ordem numérica

3.2.4 – Projetos de Lei Complementar

Projeto de Lei Complementar	Autoria	Deputado Relator	Parecer do Relator	Deliberação da Comissão	Reunião
Projeto de Lei Complementar Nº 01/2013 (Oriundo da Mensagem Nº 7.460/2013) - "Dispõe sobre o equacionamento do déficit atuarial do Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Cíveis e Militares, dos Agentes Públicos e dos Membros de Poder do Estado do Ceará – SUPSEC institui o regime de previdência complementar do Estado do Ceará e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 03/09/2013, com voto contrário da Deputada Fernanda Pessoa	25ª R. Ext.
Projeto de Lei Complementar Nº 02/2013 (Oriundo da Mensagem Nº 7.466/2013) - "Acresce o § 2º ao Art. 2º da Lei Complementar Nº 65, de 07 de janeiro de 2008, e dá outras providências".	Poder Executivo	Antônio Granja	Favorável	Aprovado em 10/04/2013	5ª R. Ext.
Projeto de Lei Complementar Nº 03/2013 (Oriundo da Mensagem Nº 7.503/2013) - "Altera dispositivos da lei complementar n.º 119, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre regras para a transferência de recursos pelos órgãos e entidades do poder executivo estadual por meio de convênios e instrumentos congêneres, e dá outras providências".	Poder Executivo	Júlio César Filho	Favorável	Aprovado em 07/08/2013	19ª R. Ext.
Projeto de Lei Complementar Nº 04/2013 (Oriundo da Mensagem Nº 02/2013) - "Altera, acrescenta e suprime dispositivos da Lei Complementar Estadual N.º 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará)".	Ministério Público	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 09/10/2013	30ª R. Ext.
Projeto de Lei Complementar Nº 06/2013 (Oriundo da Mensagem Nº 7.520/2013) - "Dispõe sobre a admissão por tempo determinado para atender á necessidade temporária de excepcional interesse público do Departamento de Arquitetura e Engenharia do Ceará (DAE), e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 25/09/2013	28ª R. Ext.

Projeto de Lei Complementar Nº 07/2013 (Oriundo da Mensagem Nº 7.525/2013) - "Acrescenta o § 5º ao art. 1º da Lei Complementar N.º 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 09/10/2013	30ª R. Ext.
Projeto de Lei Complementar Nº 08/2013 (Oriundo da Mensagem Nº 7.526/2013) - "Altera Dispositivos da Lei Complementar Nº 119, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre regras para transferências de recursos, convênios e instrumentos congêneres e dá outras providências".	Poder Executivo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 24/10/2013	32ª R. Ext.
Projeto de Lei Complementar Nº 10/2013 (Oriundo da Mensagem Nº 7.531/2013) - "Autoriza a suspensão da vigência de convênios e congêneres por ocasião da abertura do procedimento de tomada de contas especial, e dá outras providências".	Poder Executivo	Antônio Granja	Favorável	Aprovado em 31/10/2013	33ª R. Ext.
Projeto de Lei Complementar Nº 12/2013 (Oriundo da Mensagem Nº 7.541/2013) - "Dispõe sobre o Fundo de Inovação Tecnológica do Estado do Ceará - FIT, e dá outras providências".	Poder Executivo	Júlio César Filho	Favorável	Aprovado em 06/11/2013	35ª R. Ext.

Quadro 06 – Relação de Projetos de Lei Complementar deliberados em ordem numérica

3.2.5 – Projetos de Indicação

Projeto de Indicação	Deputado(a) Autor(a)	Deputado Relator	Parecer do Relator	Deliberação da Comissão	Reunião
Projeto de Indicação Nº 48/2012 - “Dispõe sobre o pagamento do IPVA dos veículos de propriedade de locadoras e dá outras providências”.	Fernanda Pessoa	Sergio Aguiar	Favorável	Aprovado em 27/02/2013	1ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 51/2012 - “Torna obrigatório o exame odontológico gratuito em alunos da pré-escola e do ensino fundamental da rede pública de ensino e dá outras providências”.	Rachel Marques	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 53/2012 - “Dispõe sobre a criação e a implantação de Unidade de Internação Psiquiátrica na Região do Cariri do Estado do Ceará”.	Ferreira Aragão	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 13/03/2013	2ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 54/2012 - “Dispõe sobre a criação de uma equipe de Assistência Biopsicossocial dentro das Escolas de Ensino Médio do Estado do Ceará com mais de 300 alunos.”	Dra. Silvana	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 59/2012 - “Dispõe sobre a implantação do Programa de Pais na Escola no Estado do Ceará.”	Fernanda Pessoa	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 60/2012 – “Dispõe sobre a prioridade à mulher vítima de violência doméstica, na realização de exames periciais e de corpo de delito no Estado do Ceará”.	Fernanda Pessoa	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 61/2012 - “Dispõe sobre a inclusão do profissional de Psicopedagogia no quadro de servidores da Secretaria da Educação do Estado do Ceará.”	Inês Arruda	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 62/2012 - “Dispõe sobre a proteção do trabalhador rural aos efeitos da exposição solar”	Fernanda Pessoa	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 13/03/2013	2ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 63/2012 - “Dispõe sobre a inclusão	Inês Arruda	Sergio Aguiar	Favorável	Aprovado em	1ª R. Ord.

do nutricionista no quadro de servidores da Secretaria da Educação do Estado do Ceará.”.				27/02/2013	
Projeto de Indicação Nº 64/2012 - “Acrescenta parágrafo ao art. 100 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, que dispõe sobre o Estatuto dos funcionários públicos do Estado do Ceará”.	Eliane Novais	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 13/03/2013	2ª R. Ord..
Projeto de Indicação Nº 65/2012 - “Acrescenta dispositivo a Seção II, do Capítulo VI, do Título IV à Lei n.º 9.826, de 14 de maio de 1974, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Ceará.”	Rachel Marques	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 09/10/2013	13ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 68/2012 - “Dispõe sobre a presença de profissional treinado em primeiros socorros nos eventos públicos”	Fernanda Pessoa	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 69/2012 “Dispõe sobre a reserva de assentos aos obesos mórbidos nos estabelecimentos comerciais e dá outras providências”.	Fernanda Pessoa	Sérgio Aguiar	Favorável	Aprovado em 27/02/2013	1ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 72/2012 - “Dispõe sobre a comercialização de ciclomotores e motocicletas no Estado do Ceará”.	Fernanda Pessoa	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 13/03/2013	2ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 73/2012 - “Dispõe sobre a inclusão de gratificação para bombeiros militares do Estado do Ceará”.	Fernanda Pessoa	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 27/02/2013	1ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 78/2012 - “Dispõe sobre a criação de uma Delegacia de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Dececa), no município de Iguatu, com jurisdição sobre os municípios integrantes de sua microrregião”.	Bethrose	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 79/2012 - “Dispõe sobre a criação de uma Delegacia de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Dececa), no município de Sobral, com jurisdição sobre os municípios integrantes de sua	Bethrose	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.

microrregião.”					
Projeto de Indicação Nº 80/2012 - “Dispõe sobre a criação do Centro de Ortopedia do Estado do Ceará (COEC)”.	Fernanda Pessoa	Sérgio Aguiar	Favorável	Aprovado em 27/02/2013	1ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 82/2012 - “Cria a bolsa-remuneração dos Conselheiros Comunitários de Defesa Social do Estado do Ceará, e dá outras providências”.	Fernanda Pessoa	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 86/2012 - “Institui a Política de Atenção à Saúde dos Portadores de Deficiência Auditiva no Estado do Ceará e dá outras providências”.	Fernanda Pessoa	Sérgio Aguiar	Favorável	Aprovado em 27/02/2013	1ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 88/2012 - “Dispõe sobre a implantação do Programa Escola Sustentável no Estado do Ceará”	Fernanda Pessoa	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 97/2012 - “Dispõe sobre a inclusão de gratificação para todos servidores públicos civis e dá outras providências.”	Fernanda Pessoa	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 104/2012 - “Dispõe sobre a regulamentação de transporte intermunicipal por taxistas no Estado do Ceará.”	Rachel Marques	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 05/06/2013	6ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 106/2012 - “Institui nas escolas públicas da educação básica do Estado do Ceará, assistência especializada às crianças e aos adolescentes vítimas de violência.”	Eliane Novais	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 107/2012 - “Estabelece incentivos fiscal para as empresas que vierem a contratar apenados e egressos no Estado do Ceará”.	Eliane Novais	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 13/03/2013	2ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 111/2012 - “Dispõe sobre a criação de programa de capacitação para os operadores de máquinas agrícolas adquiridas com recursos do Projeto São José”.	Eliane Novais	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 112/2012 - “Dispõe sobre a disponibilização de leitos de UTI nas unidades hospitalares da	Fernanda Pessoa	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.

rede privada.”					
Projeto de Indicação Nº 113/2012 - “Dispõe sobre a obrigatoriedade de previsão de contratação de mão de obra advinda do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará, nos contratos e convênios realizados pela Administração Pública direta e indireta, pertinentes a obras e serviços.”	Eliane Novais	Sérgio Aguiar	Favorável	Aprovado em 27/02/2013	1ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 114/2012 de autoria da Deputada Eliane Novais - “Altera e acrescenta dispositivos à Lei N.º 9.826, de 14 de maio de 1974, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Ceará.”	Eliane Novais	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 115/2012 - “Altera a redação do inciso ii do artigo 10 da lei n.º 13.729, de 11 de janeiro de 2006, com a redação da lei n.º 14.113, de 12 de maio de 2008.”	Roberto Mesquita	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 116/2012 - “Institui o auxílio-funeral para os doadores de órgãos ou tecidos no Estado do Ceará e dá outras providências”.	Fernanda Pessoa	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 13/03/2013	2ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 117/2012 - “Cria o Projeto Horta na Escola e dá outras providências”	Prof. Teodoro	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 120/2012 – “Fica criada no âmbito do Poder Executivo do Estado do Ceará a Secretaria da Agricultura Familiar do Estado do Ceará – SAF”	Delegado Cavalcante	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 17/07/2013	18ª R. Ext.
Projeto de Indicação Nº 123/2012 - “Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de cortina descartável para box nos Hospitais públicos e privados do Estado do Ceará.”	Fernanda Pessoa	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 124/2012 - “Institui medidas antipoluentes a serem adotadas pelas concessionárias de transporte público intermunicipal no Estado do Ceará”	Fernanda Pessoa	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 125/2012 - “Institui o Sistema Estadual de Internação Compulsória de Dependentes	Wellington Landim	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.

Químicos e dá outras providências”.					
Projeto de Indicação Nº 127/2012 - “Insere dispositivo da Lei n.º 14.786, de 13 de agosto de 2010, que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e remuneração do Quadro III - Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências”.	Lula Moraes	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 15/05/2013	4ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 128/2012 - “Fica instituído o Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Estado do Ceará.”	Professor Teodoro	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 21/08/2013	9ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 129/2012 - “Dispõe sobre a vistoria previa em trios elétricos e similares.”	Fernanda Pessoa	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 21/08/2013	9ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 131/2012 - “Dispõe sobre a criação, composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Estadual de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CECD-LGBT.”	Eliane Novais	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 09/10/2013	13ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 133/2012 “Dispõe sobre a Iluminação Pública nas Rodovias Estaduais nas proximidades dos perímetros urbanos.”	Fernanda Pessoa	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 05/06/2013	6ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 134/2012 - “Dispõe sobre a criação, no âmbito do Estado do Ceará, do programa de desarmamento infanto-juvenil e dá outras providências”.	Ferreira Aragão	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 05/06/2013	6ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 135/2012 - “Autoriza o Poder Executivo a instituir, no âmbito do Estado do Ceará, o Conselho de Defesa do Torcedor e dá outras providências”.	Ferreira Aragão	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 22/05/2013	5ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 137/2012 - “Institui o Fundo Estadual de Amparo a Mulheres Agredidas no Estado do Ceará (Feamace) e dá outras providências”	Eliane Novais, Fernanda Pessoa, Bethrose, Patrícia Saboya, Mirian Sobreira,	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.

	Rachel Marques, Inês Arruda e subscrito pelo Deputado Danniell Oliveira				
Projeto de Indicação Nº 03/2013 - “Dispõe sobre a reserva de ala específica para atendimento de dependentes químicos nos hospitais da Rede Estadual de Saúde”.	Ferreira Aragão	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 09/10/2013	13ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 04/2013 - “Dispõe sobre a implantação de Unidades do Corpo de Bombeiros nos municípios cearenses com população acima de 50.000 habitantes”.	Fernanda Pessoa	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 15/05/2013	4ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 05/2013 - “Dispõe sobre a formação de socorristas municipais no Estado do Ceará”.	Fernanda Pessoa	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 06/2013 - “Destina todos os recursos recebidos pelo Estado do Ceará oriundos dos Royalties da extração de petróleo para a Educação”	Lula Morais	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 07/2013 - “institui, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Ceará, o programa popular de qualificação profissional dos condutores de motocicletas e motonetas que exerçam atividades remuneradas (Promotos), e dá outras providências”	Dr. Sarto	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovada a retirada de pauta em 08/05/2013 solicitada pelo autor	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 08/2013 - “Dispõe sobre a licença-maternidade para mães cujos filhos sejam deficientes”.	Fernanda Pessoa	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 15/05/2013	4ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 09/2013 - "Cria a Medalha João Alfredo Franco".	Fernanda Pessoa	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 17/07/2013	18ª R. Ext.
Projeto de Indicação Nº 10/2013 - "Dispõe sobre a implantação de unidade geriátrica nas instituições hospitalares da Rede Pública Estadual do Ceará".	Eliane Novais	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.

Projeto de Indicação Nº 11/2013 - "Institui o serviço disque defesa do homossexual no Estado do Ceará".	Eliane Novais	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 12/2013 - "Dispõe sobre o uso de créditos oriundos de precatórios para a compra de bens imóveis e dá outras providências".	Eliane Novais	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 15/05/2013	4ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 13/2013 (Oriundo do Projeto de Lei n.º 28/2012) - "Torna obrigatória a inclusão dentro do currículo das residências médicas oferecidas pelo governo do Estado do Ceará, o cumprimento de um período mínimo de quatro meses de estágio curricular nos hospitais públicos regionais e filantrópicos do interior do Estado, de acordo com a especialização médica de sua formação."	Dra. Silvana	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 14/2013 - "Disponibiliza a internet sem fio, no sistema <i>wifi</i> , no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Estado do Ceará, Nível Fundamental e Médio e Escolas Profissionalizantes, e dá outras providências."	Rachel Marques	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 03/07/2013	7ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 16/2013 - "Institui a Política Estadual de Ressocialização do Indivíduo Ex-usuário de Drogas e dá outras providências".	Ferreira Aragão	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 17/2013 - "Institui o Programa Estadual de Incentivo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (PROEETE)".	Eliane Novais	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 10/07/2013	8ª R. Ord.
Projeto de indicação Nº 18/2013 - "Dispõe sobre a gratuidade das cirurgias de laqueadura em pacientes carentes."	Fernanda Pessoa	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 03/07/2013	7ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 19/2013 - "Dá preferência de tramitação aos procedimentos judiciais que tenham como objeto adoção de menores".	Rogério Aguiar	Gony Arruda	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 20/2013 - "Acrescenta o paragrafo único ao Art. 153 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974 que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado	Eliane Novais	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.

do Ceará.”					
Projeto de Indicação Nº 22/2013 - “Autoriza a criação de salas de música devidamente equipadas nas escolas da Rede Estadual de Ensino do Ceará.”	Ferreira Aragão	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 23/2013 - "Dispõe sobre a implantação de hospital da mulher em municípios cearenses com população acima de 200.000 habitantes".	Fernanda Pessoa	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 17/07/2013	18ª R. Ext.
Projeto de Indicação Nº 24/2013 - "Autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito do Estado do Ceará, os Conselhos Estaduais de Segurança Comunitária e dá outras providências".	Ferreira Aragão	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 17/07/2013	18ª R. Ext.
Projeto de Indicação Nº 25/2013 - "Dispõe sobre o atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, no âmbito da rede pública de saúde do Estado do Ceará".	Rachel Marques	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 17/07/2013	18ª R. Ext.
Projeto de Indicação Nº 26/2013 - "Estabelece a inutilização de armas de fogo, tipo revólveres calibres 38 e 32, pistolas e armas de fabricação caseira, e componentes apreendidos em operações criminosas, após a conclusão do inquérito e dos procedimentos periciais".	Ely Aguiar	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 27/2013 - "Cria o Fundo Estadual para o Tratamento do Autismo (FETA) e dá outras providências".	Fernanda Pessoa	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 17/07/2013	18ª R. Ext.
Projeto de Indicação Nº 29/2013 - "Institui o Programa Empresa Consciente, que dispõe sobre Concessão de Incentivos Fiscais como a redução de alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)".	Ferreira Aragão	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 17/07/2013	18ª R. Ext.
Projeto de Indicação Nº 30/2013 - “Dispõe sobre a criação do Disque Denúncia Idoso no Estado do Ceará”.	Mirian Sobreira	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 21/08/2013	9ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 31/2013 - “Dispõe sobre a	Professor	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em	15ª R. Ord.

obrigatoriedade de permanência, nas dependências das escolas, do aluno da rede pública de ensino durante todo o turno em que esteja matriculado, no caso de falta de professores”.	Teodoro			04/12/2013	
Projeto de Indicação Nº 32/2013 - “Indica ao Governo do Estado do Ceará a destinar recursos e adotar medidas cabíveis para implantar instalações de brinquedos adaptados para crianças portadoras de necessidades especiais em parques, praças e outros locais públicos destinados à prática de esportes e lazer.”	Ronaldo Martins	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 21/08/2013	9ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 33/2013 - "Prevê a criação da Câmara de Conciliação de Precatórios, nos termos do art. 97, §8º, Inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal e dá outras providências".	Wellington Landim	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 17/07/2013	18ª R. Ext.
Projeto de Indicação Nº 35/2013 (Oriundo do Projeto de Lei n.º 82/2012) - “Dispõe sobre a inclusão das disciplinas de Ética e Cidadania na grade curricular das escolas do Ensino Fundamental II e Ensino Médio do Estado do Ceará e dá outras providências.”	Dra. Silvana	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 36/2013 (Oriundo do projeto de lei n.º 109/2012) - “Dispõe sobre a ampliação da licença maternidade para servidoras cujos filhos recém-nascidos sejam deficientes visuais, auditivos, mentais, motores ou sofram de má formação congênita”.	Bethrose	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de indicação Nº 37/2013 - “Altera o artigo 2º da Lei nº 14.318, de 07/04/2009, modificada pela Lei nº 14.708 de 14/05/2010”.	Idemar Citó	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de indicação Nº 38/2013 - “Dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura de seguro de acidentes pessoais	Wellington Landim	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 03/07/2013	7ª R. Ord.

coletivos em eventos artísticos, desportivos, culturais e recreativos”.					
Projeto de indicação Nº 39/2013 - “Dispõe sobre a iniciativa das empresas do setor de construção civil em incentivar a alfabetização de seus trabalhadores e dá outras providências”.	Ana Paula Cruz	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 41/2013 (Oriundo do Projeto de Lei n.º 58/12) - “Cria a campanha: município dê ar puro ao seu povo, que permite o Governo do Estado do Ceará a firmar convênios com as prefeituras cearenses a plantarem, anualmente, árvores num número de no mínimo, 5% de cada população”.	Wellington Landim	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de indicação Nº 44/2013 - “Institui o programa moradia digna em tempo hábil, no âmbito do Estado do Ceará”.	Tomaz Holanda	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 03/07/2013	7ª R. Ord.
Projeto de indicação Nº 45/2013 - “Dispõe sobre a utilização de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos”.	Júlio César Filho	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 46/2013 - "Dispõe sobre a obrigatoriedade da destinação de vinte por cento das vagas de estagiário, nos órgãos públicos do Estado do Ceará, para estudantes oriundos do PROUNI".	Júlio César Filho	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 17/07/2013	18ª R. Ext.
Projeto de Indicação Nº 47/2013 “Institui a disciplina Noções de Defesa do Consumidor na grade curricular das escolas públicas da rede estadual de ensino do Estado do Ceará.”	Júlio César Filho	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 48/2013 “Dispõe sobre a criação das curadorias especiais dos fenômenos da fé (CEFFE) e dos roteiros turístico.”	Ely Aguiar	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 10/07/2013	8ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 51/2013 (oriundo do projeto de lei n.º 124/2012) - “Institui o Selo Empresa Destaque em Solidariedade, e dá outras providências”.	Prof. Teodoro	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 08/05/2013	3ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 052/2013 - “Dispõe sobre a criação	Ferreira Aragão	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em	9ª R. Ord.

do Programa Ambiental Mirim nas unidades da Polícia Ambiental da Corporação da Polícia Militar do Estado do Ceará, e dá outras providências.”				21/08/2013	
Projeto de Indicação Nº 55/2013 - “Fica criado o Programa Desarma Ceará no âmbito da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social.”	Fernanda Pessoa	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 56/2013 - “Institui o programa de distribuição de kits de material esportivo nas Escolas Públicas do Estado e dá outras providências.”	Inês Arruda	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 21/08/2013	9ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 57/2013 - “Institui o programa de distribuição de kits de higiene bucal nas Escolas Públicas do Estado e dá outras providências.”	Inês Arruda	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 21/08/2013	9ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 60/2013 - “Dispõe sobre o incremento na destinação de parte da arrecadação do fundo estadual de defesa social para manutenção das delegacias de polícia civil do Ceará.”	Fernanda Pessoa	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 10/07/2013	8ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 61/2013 - “Indica a criação do Centro de Apoio à Saúde Reprodutiva da Mulher no Hospital Regional do Cariri.”	Inês Arruda	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 62/2013 - “Dispõe sobre a criação do Centro de Apoio à Saúde Reprodutiva da Mulher no Município de Caucaia.”	Inês Arruda	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de Indicação 64/2013 - “Dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas da rede pública e privada de ensino do Estado do Ceará disponibilizar cadeiras adaptadas para estudantes portadores de deficiência física e dá outras providências”.	Bethrose	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 65/2013 - “Institui o Programa Estadual de Saúde Vocal do professor da rede pública estadual de ensino e dá outras providências.”	Bethrose	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 09/10/2013	13ª R. Ord.

Projeto de Indicação Nº 67/2013 - “Dispõe sobre a promoção de curso de capacitação de merendeiras no âmbito das Escolas Públicas do Estado do Ceará.”	Professor Teodoro	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 21/08/2013	9ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 68/2013 - “Dispõe sobre a disponibilização de 5% (por cento) das unidades destinadas a moradia popular construída através de programas de habitação popular patrocinado pelo Governo do Estado ou em parceiras para pessoas com idade igual ou acima de 60 (sessenta) anos, na forma que indica.”	Tomaz Holanda	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 70/2013 (Oriundo do Projeto de Lei N.º 67/2012) - “Dispõe sobre procedimentos para utilização de equipamentos e produtos destinados a emissão de raio laser no Estado do Ceará e dá outras providências.”	Carlomano Marques	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 05/06/2013	6ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 71/2013 (Oriundo do Projeto de Lei Nº 128/2012) - “Dispõe sobre a proibição de uso de jalecos e aventais pelos profissionais de saúde fora do ambiente de trabalho”.	Fernanda Pessoa	Nenen Coelho	Favorável	Aprovado em 05/06/2013, com voto contrário de Tomaz Holanda	6ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 72/2013 (Oriundo do Projeto de Lei Nº 136/2012) - “Dispõe sobre a identificação dos torcedores nos estádios de futebol no Estado do Ceará”.	Fernando Hugo	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 73/2013 (Oriundo do Projeto de Lei n.º 13/13) – “Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a instalação de sistema de vídeo-monitoramento de vias públicas”.	Ferreira Aragão	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 74/2013 (Oriundo do Projeto de Lei n.º 25/13) – “Cria o Programa de Preservação do Patrimônio Público Estadual e dá outras providências”.	Ferreira Aragão	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 75/2013 - “Proíbe o uso e a comercialização de madeiras nativas e ameaçadas de	Tomaz Holanda	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 21/08/2013	9ª R. Ord.

extinção, no âmbito do Estado do Ceará.”					
Projeto de Indicação Nº 76/2013 - “Dispõe sobre a implantação de Escolas de Artes Nordestinas nas macro-regiões do Estado do Ceará.”	Fernanda Pessoa	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 09/10/2013	13ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 77/2013 - “Determina a instalação de pontos do consumidor em locais com grande fluxo de consumidores”.	Wellington Landim	Gony Arruda	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 78/2013 - “Dispõe sobre o serviço de táxi intermunicipal no âmbito do Estado do Ceará.”	Rachel Marques	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 09/10/2013	13ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 79/2013 - “Institui a política estadual de prevenção, orientação e atendimento à gravidez na adolescência.”	Eliane Novais	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 80/2013 - “Dispõe sobre a construção de rampas destinadas à acessibilidade de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida nas vias e logradouros públicos do Estado do Ceará”.	Inês Arruda	Gony Arruda	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 81/2013 - “Institui a Campanha Permanente de Conscientização do uso Adequado dos Serviços de Emergência no Estado do Ceará.”	Wellington Landim	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 82/2013 - “Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Proteção aos Animais do Estado do Ceará.”	Ferreira Aragão	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 83/2013 - “Dispõe sobre a contratação de unidades hospitalares da rede particular com a finalidade de promover cirurgias de adenoide e outras.”	Fernanda Pessoa	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 84/2013 – “Dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho às pessoas portadoras de deficiência (habilitadas) nos contratos de terceirização de serviços públicos no Estado do Ceará”.	Eliane Novais	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 87/2013 - “Dispõe sobre a reserva de	Ronaldo Martins	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em	14ª R. Ord.

vagas para egressos do sistema penal e presos em regime de cumprimento de pena semiaberto na contratação de mão de obra para a realização de obras públicas, na forma que indica”.				20/11/2013	
Projeto de Indicação Nº 89/2013 - “Faculta à pessoa idosa e à pessoa com deficiência a vacinação em seu domicílio durante as campanhas realizadas no âmbito do estado, sempre que houver a impossibilidade de seu deslocamento até os postos de atendimento, e dá outras providencias.”	Ana Paula Cruz	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 90/2013 - “Dispõe sobre a criação do Selo Município Amigo do Trânsito no âmbito do Estado do Ceará.”	Nenen Coelho	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 91/2013 “Garante a realização de exames para o diagnóstico precoce do autismo, na forma que indica.”	Ronaldo Martins	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 21/08/2013	9ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 92/2013 “Dispõe sobre a realização de curso de prevenção de acidentes e primeiros socorros nas escolas públicas do Estado do Ceará.”	Wellington Landim	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 02/10/2013	12ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 94/2013 - “Dispõe sobre a realização de estudo e pesquisa voltada à saúde da mulher, no âmbito do Estado do Ceará”.	Inês Arruda	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 97/2013 “Indica a criação do Centro de Inclusão Tecnológica e Social no Município de Caucaia.”	Inês Arruda	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 99/2013 “Oriundo do Projeto de Lei N.º 301/11 - Dispõe sobre a proibição de fabricar, vender e comercializar armas de fogo de brinquedo, no território do Estado do Ceará e dá outras providências”.	Ronaldo Martins	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 100/2013 -“Dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção da letra do hino do Estado do Ceará nas capas ou contracapas de todas as obras técnicas,	Sineval Roque	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.

literárias e nos cadernos escolares impressos no estado e dá outras providências”.					
Projeto de Indicação Nº 101/2013 - “Cria o Programa Estadual de Vacinação Contra a Varicela.”	Fernanda Pessoa	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 102/2013 - “Dispõe sobre a instalação de hidrômetros individuais em condomínios residenciais e comerciais no estado do Ceará e dá outras providências.”	Mirian Sobreira	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 21/08/2013	9ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 104/2013 - "Concede isenção do pagamento de taxas estaduais relativas à primeira emissão e à renovação da carteira nacional de habilitação (CNH), às pessoas com deficiência e dá outras providências ”.	Osmar Baquit	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 09/10/2013	13ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 103/2013 - “Cria o programa metropolitano de combate à evasão escolar e garantia de acessibilidade à escola e dá outras providências”.	Ferreira Aragão	Gony Arruda	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 105/2013 - “Dispõe sobre a divulgação das oito marcas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM nos impressos do Governo Estadual”.	Mirian Sobreira	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 106/2013 - “Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicização das empresas multadas por poluição ambiental, na forma que indica”.	Ronaldo Martins	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 108/2013 - "Institui o Estatuto Estadual da Juventude do Ceará, o estabelecimento do sistema estadual de juventude, as formas de utilização do Fundo Estadual de Juventude e dá outras providências ”.	Rachel Marques	Júlio César Filho	Favorável	Aprovado em 25/09/2013	28ª R. Ext.
Projeto de Indicação Nº 109/2013 - “Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação prévia por parte das concessionárias de serviço público do Estado do Ceará sobre corte no fornecimento do serviço por falta de pagamento de	Ronaldo Martins	Gony Arruda	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.

débitos, na forma que indica”.					
Projeto de Indicação Nº 110/2013 “Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Economia Popular no âmbito do Estado do Ceará.”	Tomaz Holanda	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 09/10/2013	13ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 111/2013 “Dispõe sobre a emissão de nota fiscal eletrônica nos serviços de transporte intermunicipal de passageiros e dá outras providências.”	Fernanda Pessoa	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 112/2013 - “Propõe a alteração de dispositivos da Lei nº 12.023, de 20 de novembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); da Lei nº 12.670, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe acerca do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) aos portadores de deficiência na aquisição de veículo automotor por intermédio de representante legal”.	Professor Teodoro	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 113/2013 “Institui a gratuidade do sepultamento ou da cremação, aos doadores de órgãos, nos cemitérios e crematórios públicos, localizados no âmbito do Estado do Ceará”.	Wellington Landim	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 114/2013 “Institui o Programa Aluno Voluntário nas Escolas da Rede Pública de Ensino do Estado do Ceará.”	Wellington Landim	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 02/10/2013	12ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 115/2013 “Dispõe sobre a redução de alíquota do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) na aquisição de automóveis novos para os Oficiais de	Daniel Oliveira	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.

Justiça do Poder Judiciário Federal lotados no Estado do Ceará.”					
Projeto de Indicação Nº 116/2013 “Dispõe sobre reserva de vagas para egressos do sistema sócio-educativo nas contratações de prestação de serviços com fornecedores de mão de obra para a Administração Pública Estadual”.	Eliane Novais	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 117/2013 - “Dispõe sobre a construção de estacionamento para bicicletas nos órgãos públicos do Estado do Ceará”.	Júlio César Filho	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 118/2013 - “Inclui o Ensino de Educação no Trânsito como tema transversal nas Escolas Públicas Estaduais do Ceará”.	Júlio César Filho	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 119/2013 (Oriundo do Projeto de Lei nº 68/2013) – “Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exame para diagnosticar deficiência auditiva em recém-nascidos nos hospitais públicos do Estado do Ceará, e dá outras providências.”	Bethrose	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 21/08/2013	9ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 120/2013 - “Cria o Programa de Reinserção Social Atleta do Futuro”.	Fernanda Pessoa	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 121/2013 - “Estabelece a gratuidade da tarifa do transporte coletivo urbano aos estudantes do ensino fundamental e médio da Rede Pública Estadual”.	Bethrose	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 124/2013 (Oriundo do Projeto de Lei n.º 70/2013) “ Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processo seletivo de ingresso nos cursos das instituições estaduais de educação superior.”	Júlio César Filho	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 125/2013 - “Autoriza a abertura das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) e Liceus para o uso da comunidade, nos finais de semana e férias escolares, e dá outras providências”.	Antônio Carlos	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.

Projeto de Indicação Nº 127/2013 (Oriundo do Projeto de Lei Nº 06/13) - "Dispõe sobre o piso salarial do advogado empregado privado no âmbito do Território do Estado do Ceará".	Sérgio Aguiar	Ronaldo Martins	Favorável	Aprovado em 10/07/2013	15ª R. Ext.
Projeto de Indicação Nº 128/2013 - "Dispõe sobre a implantação do vale transporte para os estudantes no Transporte Coletivo Intermunicipal".	Fernanda Pessoa	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 129/2013 - "Dispõe sobre a reserva de cotas de meia-entrada em eventos realizados no Estado de Ceará para os inscritos em programas de inclusão social do Governo e dá outras providências".	Ferreira Aragão	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 130/2013 - "Institui, no âmbito do Estado do Ceará, o Programa Estadual de Prevenção e Tratamento do Pé Diabético".	Roberto Mesquita	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 131/2013 - "Torna obrigatória a presença de Assistente Social nas Delegacias Metropolitanas, Distritais e Especializadas".	Fernando Hugo	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 132/2013 - "Dispõe sobre a criação do espaço de acolhimento dos pais nas escolas de tempo integral".	Dra. Silvana	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 133/2013 - "Dispõe sobre a obrigatoriedade de apólice de seguro de responsabilidade civil profissional de empresas de engenharia, arquitetura e agronomia em obras, projetos e serviços contratados pelo Estado do Ceará".	Dedé Teixeira	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 134/2013 (Oriundo do Projeto de Lei n.º 97/2013) - "Dispõe sobre o fornecimento de merenda escolar adequada a estudantes portadores de diabetes na Rede Pública Estadual de Ensino."	Bethrose	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 18/09/2013	10ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 136/2013 - "Assegura as mulheres	Ana Paula Cruz	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em	15ª R. Ord.

com elevado risco de desenvolver câncer de mama o acesso ao teste de mapeamento genético através do Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado do Ceará”.				04/12/2013	
Projeto de Indicação Nº 139/2013 - “Altera o art. 51 da Lei n.º 12.124, de 06 de julho de 1993, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil de Carreira e dá outras providências”.	Dra. Silvana	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 140/2013 – “Dispõe sobre a criação da Delegacia Especializada de atendimento a grupos vulneráveis do Estado do Ceará”.	Eliane Novais	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 141/2013 - “Concede redução do imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS) a mototaxistas, motoboys e motofretistas na compra dos veículos de trabalho no Estado do Ceará”.	Ferreira Aragão	Gony Arruda	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 143/2013 - “Dispõe sobre a criação de auxílio-portador deficiência, a ser concedido aos servidores públicos do Estado do Ceará cujo filho(a) seja portador de deficiência física, sensorial ou mental incapacitante e permanente”.	Vanderley Pedrosa	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 144/2013 - “Dispõe sobre a instituição do sistema de ciclovias nas Rodovias Estaduais, na forma que indica”.	Eliane Novais	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 152/2013 – “Dispõe sobre o repasse no percentual de 50% (cinquenta por cento) das multas de trânsito arrecadadas no Estado do Ceará para investimento na área de educação e de engenharia de trânsito”.	Mirian Sobreira	Gony Arruda	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 155/2013 - “Indica a concessão de isenção do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) na aquisição de veículos novos e dá outras providências”.	Ronaldo Martins	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.

Projeto de Indicação Nº 159/2013 - “Torna obrigatório às empresas privadas e as pertencentes à administração pública direta e indireta que utilizam motocicletas para entregas, atendimentos ou transportes diversos, inscrever o nome, o tipo sanguíneo e o Fator RH nos capacetes de segurança dos funcionários condutores no âmbito do Estado do Ceará”.	Ferreira Aragão	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 160/2013 - “Oriundo do Projeto de Lei n.º 69/12 - veda qualquer discriminação à criança e ao adolescente portador de diabetes mellitus nos estabelecimentos de ensino, creches ou similares, em instituições públicas ou privadas”.	Tin Gomes	Gony Arruda	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 164/2013 - “Oriundo do Projeto de Lei n.º 94/13 - Dispõe sobre a matrícula de alunos portadores de deficiência locomotora nas escolas públicas do Estado e dá outras providências”.	Bethrose	Dr. Sarto	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 165/2013 - “Oriundo do Projeto de Lei N.º 166/13 - Dispõe sobre a divulgação de calendário anual de vacinação para crianças da primeira infância nos estabelecimentos de ensino do Ceará”.	Fernanda Pessoa	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 172/2013 - “Oriundo do Projeto de Lei N.º 50/13 - Cria a campanha de conscientização e preservação dos estádios e praças entre outros equipamentos de esporte e lazer”.	Danniel Oliveira	Gonny Arruda	Favorável	Aprovado em 04/12/2013	15ª R. Ord.
Projeto de Indicação Nº 173/2013 - “Oriundo do Projeto de Lei n.º 127/13 - torna obrigatório a divulgação do serviço Viva Voz 132 do Governo Federal, que orienta e informa a prevenção e o uso de drogas”.	Wellington Landim	Ferreira Aragão	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.

Projeto de Indicação Nº 174/2013 - “Oriundo do Projeto de Lei n.º 130/13 - Dispõe sobre o horário para ligações telefônicas de empresas de telemarketing no Estado do Ceará”.	Fernanda Pessoa	Teo Menezes	Favorável	Aprovado em 20/11/2013	14ª R. Ord.
---	-----------------	-------------	-----------	---------------------------	-------------

Quadro 07 – Relação de Projetos de Indicação deliberados em ordem numérica

3.2.6 – Requerimentos

Requerimento	Deputado(a) Autor(a)	Deliberação da Comissão	Reunião
Requerimento Nº 01/2013 - "Requer a realização de Audiência Pública em alusão ao dia 1º de maio, dia do Trabalhador, envolvendo representantes das Centrais Sindicais (CUT, CTB, CONLUTAS, INTERSINDICAL), do Ministério Público do Trabalho e da Delegacia Regional do Trabalho".	Antônio Carlos	Aprovado em 27/02/2013	1ª R.Ord.
Requerimento Nº 02/2013 - "Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a segurança bancária nos estabelecimentos bancários localizados nos municípios do interior do Estado do Ceará".	Lula Moraes	Aprovado em 20/02/2013	1ª R.Ext.
Requerimento Nº 03/2013 - "Requer realização de Ciclo de Palestras em conjunto com a Association of Business Process Management Profissionais – ABMP, com temática sobre Gestão Pública".	Hermínio Resende	Aprovado em 27/02/2013	1ª R.Ord.
Requerimento Nº 04/2013 - "Requer realização de Audiência Pública para discutir sobre a situação dos Agentes penitenciários do Ceará".	Ferreira Aragão	Aprovado em 27/02/2013	1ª R.Ord.
Requerimento Nº 05/2013 - "Requer que seja realizada Audiência Pública, em conjunto com a Câmara Municipal de Fortaleza, para debater sobre a obrigatoriedade de qualificação profissional dos condutores de motocicletas e motonetas que exercem atividades remuneradas, conforme determinação do CONTRAN".	Dr. Sarto	Aprovado em 27/02/2013	1ª R.Ord.
Requerimento Nº 06/2013 - "Requer a realização de uma Audiência Pública conjunta com a Comissão de Defesa Social, para debater sobre a situação dos profissionais papiloscopistas no Estado do Ceará, na forma que indica".	Ronaldo Martins	Aprovado em 27/02/2013	1ª R.Ord.
Requerimento Nº 07/2013 - "Requer a realização de uma Audiência Pública para discutir os avanços do Plano Estadual de Combate à Miséria no Estado do Ceará".	Mirian Sobreira	Aprovado em 27/02/2013	1ª R.Ord.
Requerimento Nº 08/2013 - "Requer a realização de Audiência Pública para discutir a Mensagem de número 7.471, de 12 de abril de 2013 de autoria do Governo do Estado do Ceará, que visa alterar dispositivos da Lei nº 9.499, de 20 de julho de 1971, que dispõe sobre a criação da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará".	Eliane Novais	Aprovado em 08/05/2013	3ª R.Ord.

Requerimento Nº 09/2013 - "Requer a realização de Audiência Pública para discutir a realização de Audiência Pública para discutir a Valorização do Defensor Público, cujo tema abordará Defensor Público pelo Direito de Recomeçar".	Eliane Novais	Aprovado em 08/05/2013	3ª R.Ord.
Requerimento Nº 10/2013 - "Requer realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Seguridade Social e Saúde para discutir a contratação de serviços de saúde através de terceirização e cooperativas".	Mirian Sobreira	Aprovado em 22/05/2013	5ª R.Ord.
Requerimento Nº 11/2013 - "Requer realização de Audiência Pública conjunta com as Comissões de Ciência, Tecnologia e Educação Superior e de Seguridade Social e Saúde, para discutir a revalidação automática de diplomas oriundos de Instituições de Ensino Superiores Estrangeiras".	Mirian Sobreira	Aprovado em 22/05/2013	5ª R.Ord.
Requerimento Nº 12/2013 - "Requer a realização de audiência pública para tratar sobre o projeto de lei 4.330 e a terceirização no serviço público".	Rachel Marques	Aprovado em 08/08/2013	20ª R.Ext.
Requerimento Nº 13/2013 - "Requer a realização de audiência pública em conjunto com a Câmara Municipal de Fortaleza para tratar sobre os 30 anos da Central Única dos Trabalhadores – CUT".	Rachel Marques	Aprovado em 08/08/2013	20ª R.Ext.
Requerimento Nº 14/2013 - "Requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação da desativação da Ferrovia SUL, que liga Fortaleza à Cidade do Crato, na Região do Cariri".	Mirian Sobreira	Aprovado em 21/08/2013	9ª R.Ord.
Requerimento Nº 15/2013 - "Requer a realização de audiência pública para avaliar o ato médico, nome dado ao projeto de Lei do Senado (PLS) 268/2002 e ao Projeto de Lei (PL) 7.703/2006".	Mirian Sobreira	Aprovado em 13/08/2013	21ª R.Ext.
Requerimento Nº 16/2013 - "Requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com as Comissões de Seguridade Social e Saúde e Infância e Adolescência, com fito de discutir sobre o Projeto de Lei 268/2012".	Bethrose	Cancelado pela Autora	-
Requerimento Nº 17/2013 - "Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o Projeto de Lei Complementar nº 01/2013 (oriundo da mensagem nº 7.460) do Poder Executivo do Estado do Ceará que institui o Regime de Previdência Complementar do Estado do Ceará e dá outras providências".	Mirian Sobreira	Aprovado em 21/08/2013	9ª R.Ord.
Requerimento Nº 18/2013 - "Requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação da Usina de Biodiesel de Quixadá".	Mirian Sobreira	Aprovado em 21/08/2013	9ª R.Ord.

Requerimento Nº 19/2013 - "Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, e Educação Superior para discutir o Processo de Reestruturação da DATAPREV".	Dedé Teixeira	Aprovado em 18/09/2013	10ª R.Ord.
Requerimento Nº 20/2013 - "Requer Audiência Pública conjunta com a Comissão de Defesa Social para debater a Campanha pelo Desarmamento Voluntário de Armas".	Mirian Sobreira	Aprovado em 18/09/2013	10ª R.Ord.
Requerimento Nº 21/2013 - "Requer a realização de Audiência Pública para tratar das condições de trabalho dos trabalhadores dos Correios e apoio a PLC 307 e 308/13".	Rachel Marques	Aprovado em 18/09/2013	10ª R.Ord.
Requerimento Nº 22/2013 - "Requer a realização de Audiência Pública para avaliar a situação dos profissionais enfermeiros do Programa da Saúde da Família".	Mirian Sobreira	Aprovado em 18/09/2013	10ª R.Ord.
Requerimento Nº 23/2013 - "Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o Fator Previdenciário, a PEC 555/2006 e o mesmo índice de reajuste do salário mínimo a quem ganha acima".	Dedé Teixeira	Aprovado em 18/09/2013	10ª R.Ord.
Requerimento Nº 24/2013 - "Requer a realização de Audiência Pública para discutir a PEC 555 e a sua importância para a consolidação da aposentadoria dos servidores públicos".	Eliane Novais	Aprovado em 18/09/2013	10ª R.Ord.
Requerimento Nº 25/2013 - "Requer a realização de Audiência Pública para discutir Projeto de Lei Complementar que institui o Código de Defesa do Contribuinte do Estado do Ceará, oriundo da Mensagem nº 7.519/2013".	Eliane Novais	Retirado de Pauta	11ª R.Ord.
Requerimento Nº 26/2013 - "Requer a realização de Audiência Pública para discutir o calendário de feriados no período da Copa do Mundo de Futebol".	Fernanda Pessoa	Aprovado em 25/09/2013	11ª R.Ord.
Requerimento Nº 27/2013 - "Requer a realização de Audiência Pública para tratar sobre as condições de trabalho dos funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos".	Lula Moraes	Aprovado em 25/09/2013	11ª R.Ord.
Requerimento Nº 28/2013 - "Requer a realização de Audiência Pública para discutir a automedicação no Estado do Ceará."	Mirian Sobreira	Aprovado em 20/11/2013	13ª R.Ord.
Requerimento Nº 29/2013 - "Requer a realização de Audiência Pública para tratar sobre o exercício e as condições de trabalho do profissional de Psicologia nas políticas públicas no âmbito do Estado do Ceará."	Mirian Sobreira	Aprovado em 20/11/2013	14ª R.Ord.
Requerimento Nº 30/2013 - "Requer a realização de Audiência Pública para tratar sobre a Campanha Salarial Unificada dos Trabalhadores (as) Públicos Municipais do Estado do Ceará da Federação dos Trabalhadores Públicos Municipais do Estado (FETAMCE)".	Rachel Marques	Aprovado em 20/11/2013	14ª R.Ord.

Quadro 08 – Relação de Requerimentos deliberados em ordem numérica

3.3 – Documentos científicos

3.3.1 – Ofícios

Ofício	Autoria	Data da ciência	Reunião
Ofício N° 234/2013 – “Informando assinatura do Convênio N° 776048/2012, firmado entre o MTE/SNEC e o Governo do Estado do Ceará/Secretaria das Cidades com o objetivo de promover a inclusão social e produtiva de catadores (as) em Redes Solidárias no Estado do Ceará, com valor global de R\$ 7.778.000,00 (sete milhões setecentos e setenta e oito mil reais).	Ministério do Trabalho e Emprego	Cientificado em 08/05/2013	3ª R.Ord.
Ofício N° 315/2013 - Solicitação de Audiência Pública para tratar sobre as condições de trabalho dos trabalhadores dos Correios e apoio ao PLC 307/2013 e 308/2013	Sindicato dos Trabalhadores dos Correios – CE	Cientificado em 02/10/2013	12ªR. Ord.

Quadro 09 – Relação de Ofícios científicos em ordem numérica

3.3.2 – Relatórios

Relatório	Autoria	Data da ciência	Reunião
Relatório conclusivo da Operação Jornada Legal: Diagnóstico das condições gerais de trabalho no setor do transporte rodoviário brasileiro	Ministério Público do Trabalho	Cientificado em 08/05/2013	3ª R.Ord.

Quadro 10 – Relação de Relatórios científicos em ordem numérica

4 – RESUMO GERAL DAS ATIVIDADES EM 2013

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA CTASP	TOTAL
Reuniões Ordinárias	16
Reuniões Extraordinárias	45
Audiências Públicas	19
Seminários	01
Mensagens Deliberadas	89
Emendas a Mensagens Deliberadas	60
Projetos de Lei Ordinária Deliberados	33
Projetos de Lei Complementar Deliberados	11
Projetos de Indicação Deliberados	168
Requerimentos Deliberados	29
Ofícios Cientificados	02
Relatórios Cientificados	01
Estudos Técnicos Elaborados	78
Estudos Técnicos Apreciados	61

Tabela 05 – Síntese das atividades desenvolvidas pela CTASP em 2013

Dados atualizados até 20/12/2013

REFERÊNCIAS

Agência de Notícias da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Constituição do Estado do Ceará de 1989.

Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Sinopses e Atas das Reuniões Ordinárias (CTASP)

Sinopses e Atas das Reuniões Extraordinárias (CTASP)

<http://www.al.ce.gov.br/index.php/atividades-legislativas/comiss%C3%B5es/50-comissoes/trabalho-administracao-e-servico-publico/220> (Acesso em 29/11/2013).

<http://www.al.ce.gov.br/index.php/atividades-legislativas/comissoes/50-comissoes/trabalho-administracao-e-servico-publico/347> (Acesso em 29/11/2013).

ANEXOS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

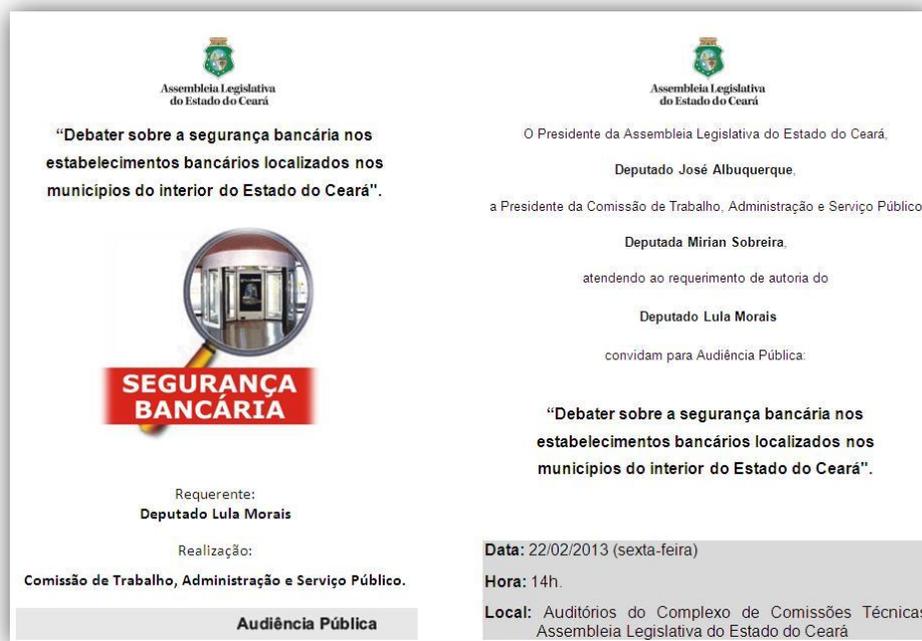
2.4.1 – Audiência Pública sobre Segurança Bancária

Tema: “Debater sobre a segurança bancária nos estabelecimentos bancários localizados nos municípios do interior do Estado do Ceará”.

Autor do Requerimento: Deputado Lula Morais

Data e Horário: 22/02/2013 às 14h

Local: Auditórios Deputados Manoel de Castro e Castelo de Castro



O cartão de convocação para a Audiência Pública sobre Segurança Bancária, organizado pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, apresenta o seguinte conteúdo:

Assunto: “Debater sobre a segurança bancária nos estabelecimentos bancários localizados nos municípios do interior do Estado do Ceará”.

Requerente: Deputado Lula Morais

Realização: Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Convocados: O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado José Albuquerque, a Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Deputada Mirian Sobreira, atendendo ao requerimento de autoria do Deputado Lula Morais.

Local: Auditórios do Complexo de Comissões Técnicas Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Data: 22/02/2013 (sexta-feira)

Hora: 14h.

Evento: Audiência Pública

Composição da Mesa

1. Excelentíssimo Senhor Deputado Lula Morais

Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.

2. Dr. George Lopes Valentim

Coordenador Geral do PROCON do Município de Fortaleza

3. Senhor Carlos Eduardo Bezerra Marques

Presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará

4. Senhor Wil e Silva Pereira

Vice-presidência da executiva estadual da Central Única dos Trabalhadores – CUT

5. Dr. Antônio Carlos Azevedo Costa

Promotor de Justiça – representando Dra. Ann Cely Sampaio Cavalcante – Secretária Executiva do Procon Estadual

6. Senhor Gabriel Mota

Representando a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB

7. Senhor Marcos Aurélio Saraiva Holanda

Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro



O aumento das ações criminosas nas agências bancárias foi o foco da audiência pública que tratou da segurança bancária no Ceará, realizada nesta sexta-feira (22/02) na Assembleia Legislativa. O debate, solicitado pelo deputado Lula Moraes (PCdoB), também comemorou os 80 anos do Sindicato dos Bancários do Ceará.

O deputado comunista destacou a relevância do Sindicato, que “tem uma bonita história de luta pelo direito à democracia, atuando durante duas ditaduras: na Era de Getúlio Vargas e no Golpe de 1964”. Para Lula, a história da entidade, que já foi alvo de duras perseguições, se confunde com a história do Brasil.

O parlamentar também demonstrou preocupação com o crescimento de 60% nas ações criminosas relacionadas a bancos. “É fundamental debater sobre essa questão da violência e garantir o cumprimento do Estatuto Municipal da Segurança Bancária, aprovado pela Câmara Municipal de Fortaleza em 2012. O que devemos fazer agora é ampliar esta legislação para os demais municípios”, defendeu.

Lula Morais citou duas leis de sua autoria, da época em que foi vereador de Fortaleza, para prevenir esse tipo de violência. A primeira determina que os estabelecimentos que prestam serviços similares aos bancários tenham estrutura apropriada, evitando que os usuários fiquem expostos ao sol, à chuva e, principalmente, aos assaltos relâmpagos. A outra obriga a instalação dos caixas de autoatendimento em locais que possuam segurança 24 horas.

O presidente do Sindicato dos Bancários, Carlos Eduardo Bezerra, defendeu um maior investimento das instituições financeiras em segurança. “Os seis maiores bancos do Brasil lucram acima de R\$ 50 bilhões por ano e têm condições de investir em segurança”, afirmou. Ele considera a Lei 9910/12 do Estatuto de Segurança Bancária uma vitória para negociar com os bancos, que já deveriam ter feito a adequação e não fizeram. “Os bancos não têm cumprido essa lei”, reclamou.

Para o promotor de Justiça Antônio Calos Azevedo, o Ministério Público tem a função de exigir o cumprimento das leis e os bancos têm a obrigação de oferecer segurança e serviços de qualidade. Ele sugeriu a instalação de postos da Guarda Municipal próximo às principais agências.

O coordenador geral do Procon Municipal de Fortaleza, George Valentim, disse que o Estatuto da Segurança Bancária suscita grandes desafios. “É um bom momento para propor essa legislação para as outras cidades do interior, pois foi reconhecida a competência do município para gerir sobre essa questão. Agora ficamos mais à vontade para fiscalizar o cumprimento desse Estatuto e dessa lei”, ressaltou.

2.4.2 – Audiência Pública sobre a Qualificação Profissional dos Condutores de Motocicletas

Tema: “Debater a obrigatoriedade da qualificação profissional dos condutores de motocicletas e motonetas que exercem atividades remuneradas, conforme determinação do CONTRAN”.

Autor do Requerimento: Deputado Dr. Sarto

Data e horário: 11/03/2013 às 9h

Local: Plenário 13 de Maio



O cartão de audiência pública contém o seguinte texto:

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

“Debater a obrigatoriedade da qualificação profissional dos condutores de motocicletas e motonetas que exercem atividades remuneradas, conforme determinação do CONTRAN”.



Requerente:
Deputado Dr. Sarto

Realização:
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e a Comissão de Viação, Transporte e Desenvolvimento Urbano.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará,
Deputado José Albuquerque,
a Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
Deputada Mirian Sobreira,
o Presidente da Comissão de Viação, Transporte e Desenvolvimento Urbano
Deputado Heitor Ferrer,
atendendo ao requerimento de autoria do
Deputado Dr. Sarto
convidam para Audiência Pública:

“Debater a obrigatoriedade da qualificação profissional dos condutores de motocicletas e motonetas que exercem atividades remuneradas, conforme determinação do CONTRAN”.

Data: 11/03/2013 (segunda-feira)
Hora: 9h
Local: Plenário 13 de Maio

Audiência Pública

Composição da Mesa

1. Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Sarto

Líder do governo e autor do requerimento.

2. Excelentíssimo Senhor Vereador Carlos Dutra.

Vereador e vice-presidente da Comissão de Viação e Transporte da Câmara Municipal de Fortaleza

3. Excelentíssima Senhora Vereadora Toinha Rocha.

Vereadora do Município de Fortaleza

4. Excelentíssimo Senhor Elpídio Nogueira

Vereador do Município de Fortaleza

5. Excelentíssimo Senhor Leonel Alencar

Vereador do Município de Fortaleza

6. Senhor Vitor Cosmo Neto

Presidente da Autarquia Municipal de Trânsito de Fortaleza AMC

7. Doutor Igor Vasconcelos Pontes

Superintendente do Departamento Estadual de Trânsito do Ceará DETRAN

8. Senhor Antônio Everardo Soares

Diretor de operações e monitoramento ETUFOR

9. Senhor Rogério Pinheiro

Secretário presidente da ETUFOR

10. Senhor José Valteclar Borges Vieira

Presidente do sindicato dos motos taxistas de Fortaleza

11. Senhor Glauberto

Presidente do Sindicato dos Motoboys

A Assembleia Legislativa debateu, em audiência pública da Comissão de Viação, Transporte e Serviço Público, nesta segunda-feira (11/03), o financiamento de curso de capacitação para moto taxistas e moto fretistas. A audiência foi proposta pelo líder do Governo na Casa, deputado José Sarto (PSB), autor do projeto de indicação 07/2013, que sugere ao Executivo criar um programa para custear a qualificação desses profissionais.

O evento foi presidido por José Sarto, e teve a participação do deputado Dedé Teixeira (PT); do superintendente do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Ceará (Detran), Igor Vasconcelos; do presidente da AMC, Vitor Cosmo; do diretor de operações da Etufor, Antônio Everardo Soares; do vice-presidente da comissão de Transportes da Câmara Municipal, vereador Carlos Dutra (PSDB); dos vereadores Toinha Rocha (PSOL), Elpídio Nogueira (PSB) e Leonel Alencar (PTdoB); do presidente do Sindicato dos Mototaxistas, José Vieira e do presidente do Sindicato dos Motoboys, Glauberto Barbosa de Almeida.

De acordo com José Sarto, o curso especializado visa melhorar as condições de segurança desses profissionais nas ruas e faz parte das regras do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) criadas em 2010 e em vigor a partir de fevereiro deste ano. O Detran-CE, contudo, estendeu o prazo por mais 90 dias antes de começar a aplicar multa de R\$ 127,69 por infração grave (5 pontos na CNH).

Pela proposta de Sarto, para serem beneficiados pelo programa, moto taxistas e moto fretistas precisam estar cadastrados no Detran-CE. O líder do Governo sugere que o Detran, a seu critério, faça convênios com Centros de Formação de Condutores (CFCs).

De acordo com Sarto, o governador Cid Gomes já se comprometeu, inicialmente, a oferecer 35 mil vagas. Pela resolução do Contran, o curso deve ter 30 horas, sendo 25 horas de teoria e cinco de aulas práticas, e pode ser realizado tanto de forma presencial quanto por ensino a distância (semipresencial), com o objetivo de facilitar o acesso dos motoristas ao treinamento.

O presidente do Sindicato dos Motoboys, Glauberto Barbosa, declarou que uma das preocupações da categoria é quanto ao início do curso. Segundo ele, os trabalhadores motociclistas devem concluir o treinamento antes de 90 dias, que é o prazo limite dado pelo Detran para que todos estejam devidamente capacitados. Ele quer que, caso não seja possível, seja ampliado o prazo.

O presidente do Sindicato dos Mototaxistas, José Vieira, disse que Fortaleza tem um dos trânsitos mais caóticos do país, e que hoje, 40% por cento das vagas nas UTIs são ocupados por motociclistas. Por isso, o sindicato já vem trabalhando para conscientizar a categoria sobre a importância da capacitação.

O superintendente do Detran afirmou que é necessária a lei para que os cursos possam acontecer através do financiamento público. Segundo ele, logo que o projeto for aprovado, deve haver edital de credenciamento das instituições. “São 45 mil pessoas em todo o Estado que precisam fazer o curso”, frisou.

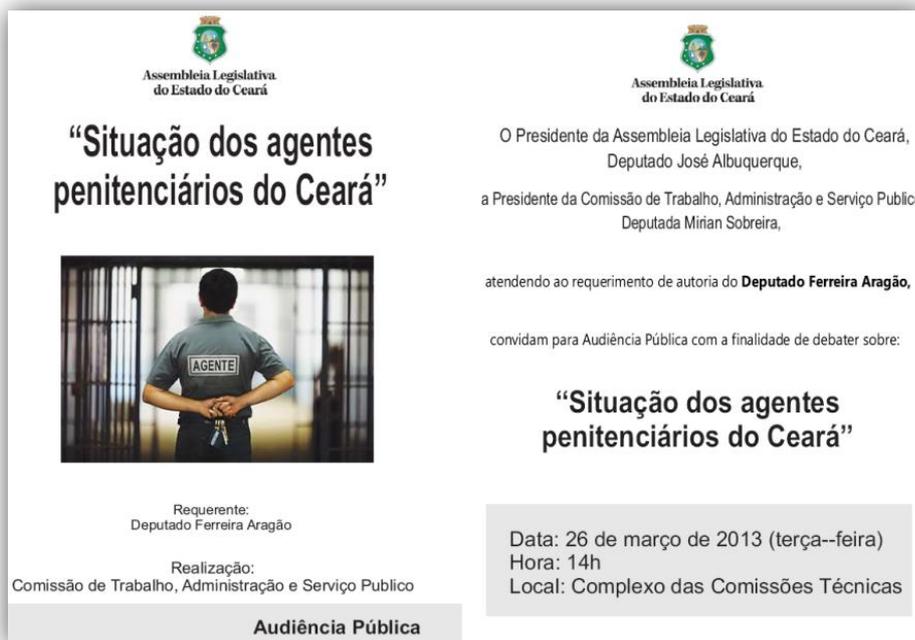
2.4.3 – Audiência Pública sobre a Situação dos Agentes Penitenciários no Estado do Ceará

Tema: “Discutir sobre a situação dos Agentes Penitenciários do Ceará”

Autor do Requerimento: Deputado Ferreira Aragão

Data e Horário: 26/03/2013 às 14h

LOCAL: Auditórios Deputados Manoel de Castro e Castelo de Castro



O cartão de convocação para a Audiência Pública sobre a Situação dos Agentes Penitenciários do Ceará, organizado pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. O texto principal do cartão indica que o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado José Albuquerque, e a Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Deputada Mirian Sobreira, atendendo ao requerimento de autoria do Deputado Ferreira Aragão, convidam para Audiência Pública com a finalidade de debater sobre: “Situação dos agentes penitenciários do Ceará”. O cartão também informa o requerente (Deputado Ferreira Aragão), a realização (Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público), a data (26 de março de 2013, terça-feira), a hora (14h) e o local (Complexo das Comissões Técnicas). Uma imagem central mostra um agente penitenciário de costas, com o nome 'AGENTE' na etiqueta.

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

“Situação dos agentes penitenciários do Ceará”

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado José Albuquerque,

a Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Deputada Mirian Sobreira,

atendendo ao requerimento de autoria do **Deputado Ferreira Aragão**,

convidam para Audiência Pública com a finalidade de debater sobre:

“Situação dos agentes penitenciários do Ceará”

Requerente:
Deputado Ferreira Aragão

Realização:
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

Data: 26 de março de 2013 (terça--feira)
Hora: 14h
Local: Complexo das Comissões Técnicas

Audiência Pública

Composição da Mesa

1. Excelentíssima Senhora Deputada Mirian Sobreira

Presidente da Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público;

2. Excelentíssimo Senhor Deputado Ferreira Aragão

Vice-Presidente da Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público e autor do Requerimento

3. Excelentíssimo Senhor Deputado Leonardo Pinheiro

Presidente da Comissão de Seguridade Social e Saúde;

4. Dr. Sílvio Lúcio Conrado Correia Lima

Promotor de Justiça, representando o Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado, Procurador Geral de Justiça;

5. Dr. Márcio Vitor

Presidente da Comissão de Direito Penitenciário, representando o Dr. Valdetário Andrade, Presidente da Ordem dos Advogados;

6. Senhor Valdemiro Barbosa Lima Júnior

Presidente do Sindicato dos Agentes e Servidores Públicos do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará.



Mais de 200 agentes penitenciários participaram, na tarde desta terça-feira (26/03), de audiência pública na Assembleia Legislativa para cobrar a nomeação dos agentes que foram treinados e capacitados no curso de formação de 2012 e discutir a situação da categoria no Ceará. O debate atendeu a requerimento do deputado Ferreira Aragão (PDT).

O pedetista afirmou que tentará, junto ao Governo do Estado, abrir uma negociação para resolver o problema, que envolve a nomeação de quase mil aprovados no último concurso realizado pelo Estado.

Durante a audiência, a presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia, deputada Mirian Sobreira (PSB), falou sobre a carência de agentes penitenciários no Estado. De acordo com números apresentados por ela, existem atualmente cerca de 1.400 agentes penitenciários no Ceará, para mais de 18 mil detentos.

“A exigência da Organização Internacional do Trabalho defende que para cinco detentos exista um agente. No entanto, no Ceará, essa proporção é de 30 presos para cada agente. A carência é absurda”, enfatizou.

Ainda segundo a deputada, outro fator agrava a situação da violência no Estado: atualmente, cerca de 950 Policiais Militares trabalham como agentes penitenciários, tirando o contingente da rua e contribuindo para o aumento do número da criminalidade.

Já o vice-líder do Governo na AL, deputado Augustinho Moreira (PV), informou que, na última quarta-feira (20/03), o Estado empossou 800 agentes penitenciários. Segundo ele, já foram investidos R\$ 186 milhões na criação de vagas prisionais, com a construção de três novas casas de custódia, um presídio (Pacatuba), uma unidade dedicada aos presos militares, além de 14 cadeias públicas pelo Interior.

Ainda de acordo com Augustinho, hoje o efetivo de agentes penitenciários passa a ser de 1.486 pessoas, sendo que destes, 1.261 foram nomeados na gestão Cid Gomes.

O presidente do Sindicato dos Agentes e Servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará (Sindasp/CE), Valdemiro Barbosa, destacou a violência dentro dos presídios, apontando a morte de 12 detentos em apenas nove dias. Ele falou sobre as diversas funções que os agentes precisam exercer, como vigilância e atendimento, para minimizar a ausência da categoria. “A nomeação desses quase mil novos agentes representa, além de mais segurança, a diminuição das irregularidades dentro dos presídios”, afirmou.

Valdemiro propôs ainda aos deputados uma visita às Casas de Privação Provisória de Liberdade (CPPLs) para que a situação, tanto de falta de efetivo como de infraestrutura, seja presenciada, e um relatório de inspeção sobre o sistema penitenciário do Ceará seja desenvolvido.

Também participou da audiência o promotor de Justiça, Silvio Lúcio Conrado, os deputados Lula Moraes (PCdoB), Leonardo Pinheiro (PSD) e Augustinho Moreira (PV).

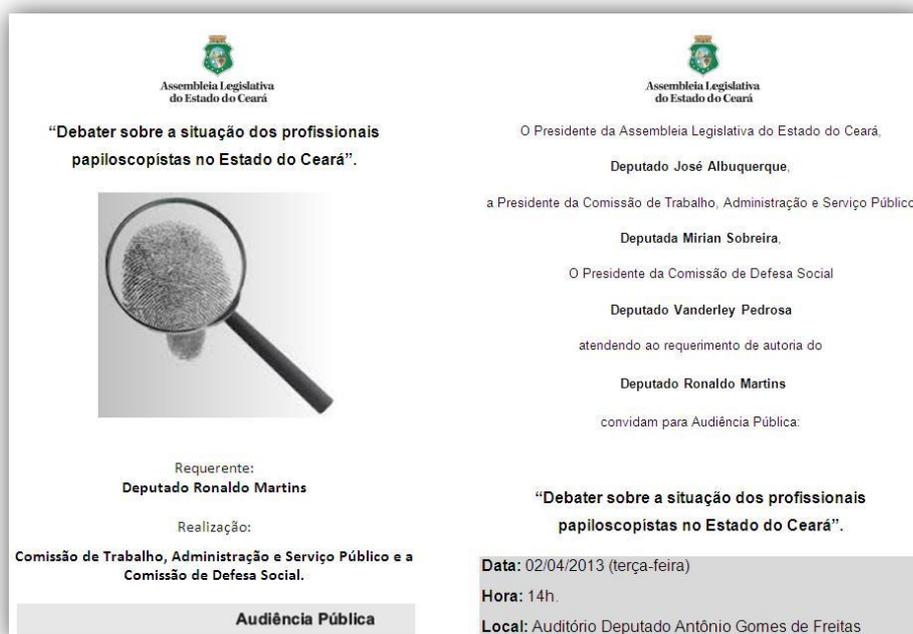
2.4.4 – Audiência Pública sobre a Situação dos Profissionais Papiloscopistas no Estado do Ceará

Tema: “Debater sobre a situação dos profissionais papiloscopistas no Estado do Ceará”

Autor do Requerimento: Deputado Ronaldo Martins

Data e Horário: 02/04/2013 às 14h

Local: Auditório Deputado Antônio Gomes de Freitas



O cartão de convocação é dividido em duas colunas. A coluna da esquerda contém o logo da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, o título da audiência, uma imagem de uma lupa sobre uma impressão digital, o nome do requerente (Deputado Ronaldo Martins), a comissão organizadora (Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e a Comissão de Defesa Social) e o tipo de evento (Audiência Pública). A coluna da direita contém o nome do presidente da Assembleia (Deputado José Albuquerque), o nome do presidente da comissão (Deputada Mirian Sobreira), o nome do requerente (Deputado Ronaldo Martins) e o tema da audiência. Na base do cartão, há um campo cinza com as informações: Data: 02/04/2013 (terça-feira), Hora: 14h e Local: Auditório Deputado Antônio Gomes de Freitas.

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

“Debater sobre a situação dos profissionais papiloscopistas no Estado do Ceará”.



Requerente:
Deputado Ronaldo Martins

Realização:
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e a
Comissão de Defesa Social.

Audiência Pública

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará,
Deputado José Albuquerque,
a Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
Deputada Mirian Sobreira,
O Presidente da Comissão de Defesa Social
Deputado Vanderley Pedrosa
atendendo ao requerimento de autoria do
Deputado Ronaldo Martins
convidam para Audiência Pública:

“Debater sobre a situação dos profissionais papiloscopistas no Estado do Ceará”.

Data: 02/04/2013 (terça-feira)
Hora: 14h.
Local: Auditório Deputado Antônio Gomes de Freitas

Composição da Mesa

1. **Excelentíssimo Senhor Deputado Ronaldo Martins**
Deputado Estadual e autor do Requerimento
2. **Excelentíssimo Senhor Carlos Alberto Dutra da Silva**
Vereador da Câmara Municipal de Fortaleza
3. **Excelentíssimo Senhor Cel. PM Francisco José Bezerra Rodrigues**
Secretário da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social
4. **Excelentíssimo Senhor Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante**
Procurador Geral de Justiça
5. **Senhor Antônio Maciel Aguiar Filho**
Presidente da Federação Nacional dos Papiloscopistas
6. **Excelentíssimo Senhor Fernando Antônio Costa de Oliveira**
Procurador-Geral da Procuradoria Geral do Estado do Ceará

7. **Sr. Maximiano Leite Barbosa Chaves**
Perito-Geral da Perícia Forense do Estado do Ceará – PEFOCE
8. **Dra. Aurimar Barreto Costa**
Coordenadora da Coordenadoria de Identificação Humana e Perícias Biomédicas – CIHPB
9. **Excelentíssimo Senhor Gelson Ferraz de Medeiros**
Vereador da Câmara Municipal de Fortaleza
10. **Sr. Antônio David Ramos de Pinho**
Presidente da Associação dos Profissionais Papiloscopistas do Estado do Ceará – APPECE



A situação dos profissionais de Papiloscopia do Ceará, responsáveis pela identificação de pessoas através da impressão digital, foi discutida durante audiência pública realizada na tarde desta terça-feira (02/04), no Complexo de Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa. Requerida pelo deputado Ronaldo Martins (PRB), a audiência teve o objetivo de reivindicar a denominação adequada aos profissionais, e também de apresentar à sociedade as funções por eles desenvolvidas.

O deputado afirmou que tentará, junto ao Governo do Estado, abrir uma negociação para resolver o problema, que envolve a redenominação do cargo para que os profissionais possam desenvolver suas atribuições devidamente. Atualmente, os papiloscopistas cearenses são chamados de auxiliares de peritos criminais, restringindo, assim, suas atribuições.

Por meio de slides, o papiloscopista Paulo Edson mostrou quais as funções realizadas pelos profissionais da área. “Hoje nós temos 18 auxiliares de perícia que desenvolvem atividades de papiloscopistas, como identificação de corpos, expedição de atestados e identidade civil. O que nós queremos não é apenas usar o nome de papiloscopistas, e sim exercer as funções que nos competem. Somos os profissionais adequados para fazer as apurações criminais” ressaltou.

Já o assessor jurídico da Perícia Forense do Estado do Ceará (Perfoce), Marcondes Rebolcas, explicou que, judicialmente, não é permitida uma nova nomenclatura para os profissionais dessa área, pois existem auxiliares de perícia em outros setores da criminalista, não só na papiloscopia. “Com uma nova denominação, o cargo de auxiliar de perícia teria que ser extinto, o mais adequado a essa situação é a criação de um novo cargo com a denominação de papiloscopista”, frisou.

Já o perito geral da Polícia Forense do Ceará, Maximiliano Leite, destacou os investimentos do Estado na Perícia Forense, como o novo prédio que possui laboratórios de análises laboratoriais, e a importância dos profissionais da papiloscopia na área. “Se há uma vontade política e alternativa jurídica, certamente, vamos chegar a um denominador comum”, finalizou.

Também participaram da audiência o vereador Gerson Marques; o presidente da Associação dos Profissionais Papiloscopistas do Estado do Ceará Antônio David; o promotor de justiça Antônio Iran e o Diretor da Federação Nacional de Profissionais em Papiloscopia e Identificação Edson Fernandes.

2.4.5 – Audiência Pública sobre As Lutas Sociais da Classe Trabalhadora: Avanços e Perspectivas

Tema: 1º de maio, Dia do Trabalhador.

Autor do Requerimento: Deputado Antônio Carlos

Data e Horário: 02/05/2013 às 14h30min

Local: Auditórios Deputados Manoel de Castro e Castelo de Castro



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

“As lutas sociais da Classe Trabalhadora:
Avanços e Perspectivas”



Requerente:
Deputado Antônio Carlos

Realização:
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

Audiência Pública

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará,
Deputado José Albuquerque,

a Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público,
Deputada Mirian Sobreira,

atendendo ao requerimento de autoria do Deputado Antônio Carlos,
convidam para Audiência Pública com a finalidade de debater:

“As lutas sociais da Classe Trabalhadora:
Avanços e Perspectivas”

Data: 02 de maio de 2013 (quinta-feira)
Hora: 14h30min.
Local: Complexo de Comissões Técnicas
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Composição da Mesa

- 1. Excelentíssima Senhora Deputada Mirian Sobreira**
Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
- 2. Excelentíssimo Senhor Deputado Antônio Carlos**
Deputado Estadual e autor do Requerimento
- 3. Dr. Nicodemos Fabrício**
Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho
- 4. Senhor Reginaldo de Aguiar Silva**
Supervisor Técnico do Escritório Regional e Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômica – DIEESE
- 5. Senhora Carmem Silva Ferreira Santiago**
Secretaria de Administração e Finanças da Central Única dos Trabalhadores, representante da senhora Joana D’arc Barbosa Almeida

6. Senhor Eliseu Rodrigues Gomes

Presidente da Federação dos Trabalhadores e Empregados e Empregadas do Comércio e Serviço do Estado do Ceará – Fetrace

7. Dr. Francisco Pontes Ibiapina

Superintendente Regional do Trabalho

8. Senhor José Militão de Almeida Neto

Representando a Fetraece



As principais conquistas e desafios dos trabalhadores foram debatidos na tarde desta quinta-feira (02/05) em audiência pública da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa, em alusão ao dia 1º de maio, Dia do Trabalho. O debate foi conduzido pela presidente do colegiado, deputada Mirian Sobreira (PSB).

A iniciativa foi do deputado Antônio Carlos (PT), que considerou a audiência um momento para se destacar as expectativas dos trabalhadores. “Se faz importante este debate com a presença de representantes dos sindicatos para discutirmos as conquistas e os desafios dos nossos trabalhadores. Com a articulação desses movimentos, poderemos dar mais repercussão às suas demandas”, salientou o petista.

O deputado federal Eudes Xavier (PT-CE) ressaltou que hoje é perceptível a melhora na qualidade de vida dos trabalhadores brasileiros, principalmente na mesa. “Com as políticas

públicas que foram implantadas, o trabalhador está tendo oportunidade de se profissionalizar, aumentando sua renda. Hoje a gente vê o azeite na mesa do trabalhador, o que antes era impensável”, comparou o parlamentar.

Avaliando a história dos trabalhadores, o procurador chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região, Nicodemos Fabrício Maia, lembrou que foram alcançadas muitas conquistas para a classe, mas que ainda há muito o que melhorar. “Tivemos conquistas históricas, como a PEC das domésticas, mas ainda temos que lutar contra o trabalho escravo, que se faz presente em muitas cidades do nosso País”, considerou.

Representando os trabalhadores do Estado, a secretária executiva da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Carmem Silva, levantou algumas causas que vem sendo debatidas entres sindicatos, empresas e poder público, como a redução da carga horária para 40 horas semanais.

“Os empresários querem alegar que com a carga horária reduzida, o País sofrerá consequências. Isso não é verdade, já fizemos um levantamento e vimos que com a redução, o trabalhador poderá se capacitar sem sacrificar seu horário de descanso. Sendo assim, sua produção irá aumentar”, avaliou Carmem.

Estiveram presentes o superintendente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos do Ceará (Dieese-CE), Reginaldo de Aguiar; o presidente da Federação dos Trabalhadores Empregados e Empregadas no Comércio e Serviços do Estado do Ceará, José Militão; e o superintendente regional do Trabalho, Francisco José Pontes.

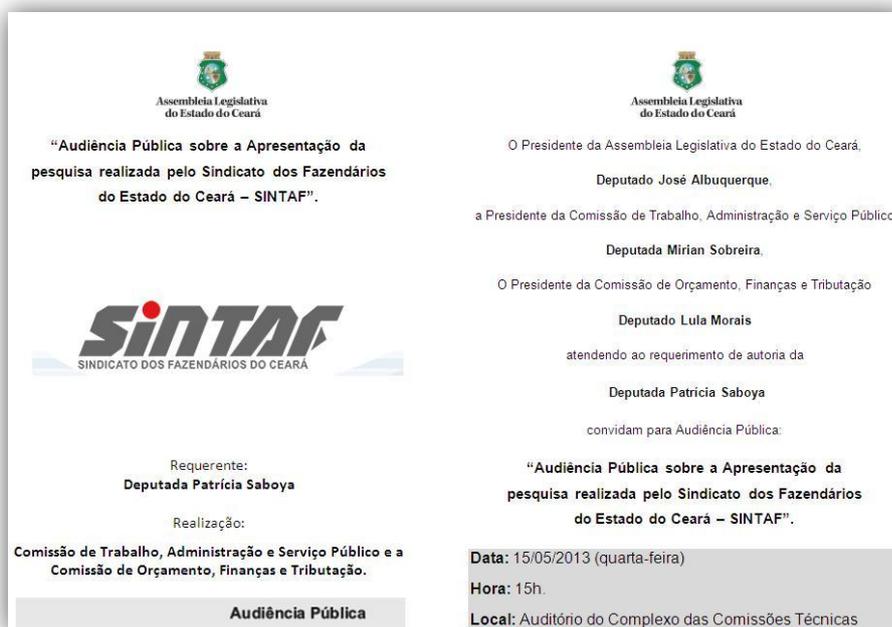
2.4.6 – Audiência Pública sobre a Apresentação da pesquisa realizada pelo Sindicato dos Fazendários do Estado do Ceará – SINTAF

Tema: “Apresentação da pesquisa realizada pelo Sindicato dos Fazendários do Estado do Ceará – SINTAF em parceria com a Universidade Federal do Ceará – UFC para demonstração da relação entre pobreza e ausência de administração tributária nos municípios, dentre outros assuntos relacionados ao tema”.

Autora do Requerimento: Deputada Patrícia Saboya, subscrito pela Deputada Mirian Sobreira.

Data e Horário: 15/05/2013 às 15 horas

Local: Auditório do Complexo das Comissões Técnicas



O cartão de Audiência Pública contém as seguintes informações:

- Assunto:** “Audiência Pública sobre a Apresentação da pesquisa realizada pelo Sindicato dos Fazendários do Estado do Ceará – SINTAF”.
- Requerente:** Deputada Patrícia Saboya.
- Realização:** Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.
- Local:** Auditório do Complexo das Comissões Técnicas.
- Data:** 15/05/2013 (quarta-feira).
- Hora:** 15h.

Os membros convidados para a audiência são:

- O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado José Albuquerque, a Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Deputada Mirian Sobreira, O Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, Deputado Lula Moraes, atendendo ao requerimento de autoria da Deputada Patrícia Saboya, convidam para Audiência Pública:

Assunto: “Audiência Pública sobre a Apresentação da pesquisa realizada pelo Sindicato dos Fazendários do Estado do Ceará – SINTAF”.

Composição da Mesa

- 1. Excelentíssima Senhora Deputada Patrícia Saboya**
Deputada Estadual e autora do Requerimento
- 2. Excelentíssimo Senhor Francisco Nilson Alves Dinis**
Prefeito do Município de Cedro;
- 3. Excelentíssimo Senhor Francisco Claudio Pinho**
Prefeito do Município São Gonçalo do Amarante;
- 4. Senhor Nilson Fernandes**
Diretor do SINTAF
- 5. Senhor Carlos Eduardo dos Santos Marinho**
Presidente do Conselho Curador da fundação SINTAF

6. Senhora Elenilda dos Santos

Diretora Geral da Fundação SINTAF;

7. Professor Doutor João Mario de França

Coordenador Executivo do laboratório de estudos da pobreza da Univ. Federal do Ceará;

8. Professor Chico Marcelo

Auditor fiscal do tesouro estadual

9. Doutor Flavio Ataliba Barreto

Diretor Geral do IPECE

10. Doutor Jurandir Gurgel

Secretario de finanças de Fortaleza



A pesquisa elaborada pelo Laboratório de Estudos da Pobreza da Universidade Federal do Ceará (LEP), que mostra a relação entre a pobreza e a ausência de administração tributária em municípios do Ceará, foi debatida em audiência pública realizada na tarde desta quarta-feira (15/05) na Assembleia Legislativa. Para uma das proponentes do encontro, a deputada Patrícia Saboya (PDT), o momento é de capacitar e buscar qualificação para os gestores públicos e todos que militam na área das finanças públicas dos 184 municípios cearenses.

“Precisamos dar condições aos gestores municipais para que se estruturarem de forma cada vez mais adequada, não só para que as prefeituras arrecadem mais, mas ao mesmo tempo gastem melhor os seus recursos, melhorando assim o nível de vida de cada cearense”, pontuou a parlamentar.

Para o coordenador executivo do LEP, João Mário de França, a ideia inicial do estudo era tentar fazer um link entre a eficiência da administração tributária e a redução da pobreza nos municípios cearenses, tendo como objetivo entender qual o efeito do incremento da eficiência técnica da arrecadação dos impostos municipais na proporção de pobres do município.

“O estudo verificou que muitos municípios cearenses dependem exclusivamente de transferências tanto da União quanto dos estados, ficando, portanto, com a fonte de receita própria muito baixa, uma parcela muito insignificante”, afirmou João Mário.

O diretor do Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf), Nilson Fernandes, destacou que precisam ser dadas respostas que ajudem a modificar o quadro de 1,5 milhão de pobres e miseráveis no Ceará. Segundo Nilson, alguns dados mostram que existe um quadro em que os municípios que têm o maior número de pobres no Estado são aqueles que não têm organizações administrativas tributárias bem estruturadas.

O diretor do Sintaf aproveitou a ocasião para anunciar o lançamento do curso de Gestão Pública Municipal, que terá início em junho, uma parceria entre a Fundação Sintaf e a Universidade do Parlamento Cearense (Unipace).

Também estiveram presentes ao evento, os prefeitos das cidades do Cedro e de São Gonçalo do Amarante, Francisco Nilson Alves Dinis e Francisco Cláudio Pinho, respectivamente; o diretor do Sintaf, Carlos Eduardo dos Santos Marino; a presidente do Conselho Curador da Fundação Sintaf, Elenilda dos Santos; o diretor geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Flávio Ataliba Barreto; dentre outros.

2.4.7 – Audiência Pública para discutir a valorização dos Defensores Públicos

Tema: “Discutir a valorização do Defensor Público”.

Autora do Requerimento: Deputada Eliane Novais

Data e Horário: 22/05/2013 às 14h30min

Local: Auditórios Deputados Manoel de Castro e Castelo de Castro



Cartão de convocação para Audiência Pública. O cartão contém o logo da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará no topo de cada lado. O título principal é "Defensores Públicos: pelo direito de recomeçar". À esquerda, há uma imagem de uma mão segurando uma moeda, com o texto "DEFENSORES PÚBLICOS: pelo direito de recomeçar" sobreposta. À direita, o texto indica que o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado José Albuquerque, e a Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Deputada Mirian Sobreira, atendendo ao requerimento de autoria da Deputada Eliane Novais, convidam para Audiência Pública sobre o tema: "Defensores Públicos: pelo direito de recomeçar". Na parte inferior esquerda, são listados o requerente (Deputada Eliane Novais) e a realização (Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público). Na parte inferior direita, são fornecidas as informações de data (22 de maio de 2013, quarta-feira), hora (14h30min) e local (Complexo de Comissões Técnicas, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará). No rodapé central, está escrito "Audiência Pública".

Composição da Mesa

1. Excelentíssima Senhora Deputada Eliane Novais

Deputada Estadual e Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania.

2. Dra. Sandra Moura Sá

Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará;

3. Dr. Carlos Eduardo Barbosa Paz

Defensor Público da União e membro do Conselho Superior da Defensoria Pública da União;

4. Dr. Francisco Rubens de Lima Júnior

Defensor Público, representando a Defensora Geral do Estado, Dra. Andréa Maria Alves Coelho;

5. Dra. Vera Maria Bezerra de Menezes

Presidente da Comissão de Acesso à Justiça da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Ceará, representando o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Ceará, Dr. Valdetário Andrade Monteiro;

6. Dra. Ana Virgínia Ferreira Carmo

Ouvidora Geral;

7. Dr. Bruno Gonçalves Neves

Supervisor do Núcleo de Atendimento ao Preso Provisório e às Vítimas da Violência – Nuapp;

8. Dr. Carlos Alberto Mendonça

Supervisor do Núcleo Forense Criminal



Em alusão ao Dia Nacional da Defensoria Pública, celebrado em 19 de maio, a campanha “Defensor Público: o direito de recomeçar” foi apresentada durante audiência pública na tarde desta quarta-feira (22/05), no Complexo de Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Ceará.

Requerida pela deputada Eliane Novais (PSB), a audiência faz parte da agenda nacional da campanha e teve o objetivo de discutir o papel do defensor público, não só na ressocialização dos egressos do sistema penitenciário, mas também durante o pagamento de sua pena. “Queremos ajudar na criação de mecanismos educacionais e profissionalizantes para contribuir na ressocialização de pessoas privadas de liberdade”, acrescentou a Deputada.

Sobre a campanha, a presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará (ADPEC), Sandra Sá, explicou que a mobilização busca mostrar a importância da atuação do defensor público na área de Execução Penal, de forma a garantir os direitos previstos na legislação. Entre eles, a promoção da elevação da escolaridade, assistência a apenados e egressos, assim como a profissionalização, integração ao mercado de trabalho e geração de renda.

Através de um vídeo institucional, a ADPEC mostrou que atualmente o Brasil possui 500 mil apenados superlotando o sistema penitenciário. Destes, 94% são homens com idade inferior a 40 anos. Apenas 94.816 presos trabalham, dos quais 79.030 realizam atividades dentro dos estabelecimentos penais e 15.786 atuam externamente. Somente 8% das pessoas presas estudam.

Para a presidente da Comissão de Acesso à Justiça da OAB Ceará, Verá Bezerra de Menezes, existe uma preocupação com as mulheres, pois o que se percebe é um preconceito maior em relação aos 7% da população carcerária feminina. “As mulheres precisam de uma atenção maior, pois é comum vermos as mães de detentos lotando filas de visitas durante as semanas, mas não vimos os maridos, esposos, namorados enfrentando essas mesmas filas para dar apoio. Como isso, elas acabam se revoltando e saindo mais violentas do sistema”, retrucou.

O supervisor do Núcleo de Atendimento ao Preso Provisório e às Vítimas da Violência (NUAPP), Bruno Gonçalves, destacou que as más condições das delegacias dificultam na ressocialização dos detentos. “Dentro das delegacias, eles [detentos] não têm acompanhamento nenhum, tendo o tempo ocioso, o que contribui para que saiam mais revoltados, aumentando os índices de violências, que estão alarmantes no Estado. Por isso, somos a favor da extinção das delegacias”, disse.

Também participaram da audiência a ouvidora geral da Defensoria Pública, Ana Virginia Ferreira; o defensor público Francisco Rubens Júnior e o defensor público da União, Carlos Eduardo Barbosa.

2.4.8 – Audiência Pública para discutir a Revalidação Automática de diplomas de graduação em medicina de instituições estrangeiras

Tema: “Discutir a revalidação automática de diplomas de graduação em medicina oriundos de instituições de ensino superiores estrangeiras”.

Autor do Requerimento: Deputada Mirian Sobreira.

Data e Horário: 13/06/2013 às 14h30min

Local: Auditórios Deputados Manoel de Castro e Castelo de Castro



Cartão de convocação para Audiência Pública. O cartão contém o logo da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, o título da audiência, o nome do requerente (Deputada Mirian Sobreira), as comissões responsáveis pela realização, o nome do presidente da Assembleia (Deputado José Albuquerque), o nome da presidente da comissão de Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Deputada Rachel Marques), e o nome da autora do requerimento (Deputada Mirian Sobreira). Também são indicadas a data (13 de junho de 2013), a hora (14h30min) e o local (Complexo de Comissões Técnicas, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará).

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

“Discutir a revalidação automática de diplomas
de graduação em Medicina oriundos de Instituições
de Ensino Superior Estrangeiras”



Requerente:
Deputada Mirian Sobreira

Realização:
Comissão de Ciência, Tecnologia e Educação Superior
Comissão de Seguridade Social e Saúde
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará,
Deputado José Albuquerque,

a Presidente da Comissão de Ciência Tecnologia e Educação Superior,
Deputada Rachel Marques,

e a Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público,
Presidente em exercício da Comissão de Seguridade Social e Saúde e autora
do requerimento, Deputada Mirian Sobreira,

convidam para a Audiência Pública:

“Discutir a revalidação automática de diplomas
de graduação em Medicina oriundos de Instituições
de Ensino Superior Estrangeiras”

Data: 13 de junho de 2013 (quinta-feira)
Hora: 14h30min
Local: Complexo de Comissões Técnicas
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Audiência Pública

Composição da Mesa

1. Excelentíssima Senhora Deputada Mirian Sobreira

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e autora do Requerimento

2. Excelentíssima Senhora Deputada Dra. Silvana

Deputada Estadual

3. Excelentíssimo Senhor Deputado Heitor Férrer

Deputado Estadual

4. Excelentíssimo Senhor Deputado Carlomano Marques

Deputado Estadual

5. Dr. Florentino Cardoso

Presidente da Associação Médica Brasileira;

6. Dr. José Maria Pontes

Presidente do Sindicato dos Médicos;

7. Dr. Ricardo César Vieira Medeiros

Presidente da Comissão de Saúde da OAB-CE (Ordem dos Advogados do Brasil);

8. Dr. Dalgimar Bezerra de Menezes

Representante do Conselho Regional de Medicina;

9. Dr. Vinícius Madeira

Representante a UECE (Universidade Estadual do Ceará);

10. Dr. Antônio Tadeu Uchoa Filho

Coordenador da Assessoria Jurídica da Procuradoria da Justiça;

11. Dr. José Luciano Bezerra

Diretor da Faculdade de Medicina da UFC (Universidade Federal do Ceará).

12. Dr. Vicente de Paula Teixeira

Diretor do curso da UFC de Sobral.



A aplicação do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos, o Revalida, em profissionais estrangeiros que pretendem exercer a profissão no Brasil foi discutida em audiência pública, na tarde desta quinta-feira (13/05), no Complexo de Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa.

A deputada Mirian Sobreira (PSB), que solicitou o debate, pediu mais atenção e valorização dos profissionais de medicina do Brasil, além de exigir a aplicação do exame a médicos de outras nacionalidades.

Segundo a deputada, uma decisão da presidente, Dilma Rousseff, pode liberar a entrada de cerca de seis mil médicos, entre cubanos, espanhóis e portugueses, para suprir a carência no País. Além de exercer a Medicina sem o Revalida, esses profissionais só poderão atuar em cidades do interior e na periferia. “Essa decisão nos fez questionar a capacidade desses médicos. É como se a vida das pessoas mais humildes não valesse. O objetivo é exigir das autoridades que esses profissionais respeitem a legislação brasileira, passando pela avaliação do Ministério da Saúde”, observou.

O presidente do Sindicato dos Médicos do Ceará, doutor José Maria Pontes, afirmou que o problema não é a ausência de médicos, mas sim a falta de estrutura, apoio dos governantes e direitos trabalhistas dignos para que esses profissionais possam exercer a Medicina. “Atualmente o Brasil possui quase 400 mil médicos. O problema não é ausência de profissionais e sim a falta de valorização”, explicou.

José Maria também informou que o sindicato possui 137 ações de médicos contra prefeituras de cidades do Ceará. “Esses profissionais saem para trabalhar no interior e os gestores atrasam salários, não pagam horas extras, entre outros direitos. Caso essa situação continue, não vai existir médico para suprir as necessidades dos municípios.”

O presidente da Associação Médica Brasileira, Florentino Cardoso, afirmou que o objetivo do Governo Federal é desviar o foco da atual crise da saúde pública no Brasil. “O que vai acontecer é a chegada de profissionais que não sabemos se possuem capacidade para desenvolver o trabalho”, disse.

O representante do Conselho de Medicina do Estado, Dalgimar Bezerra de Menezes, afirmou que não é contra a medida. “O que está sendo questionado é a capacidade para desenvolver a profissão. Queremos apenas que a lei seja cumprida. Se eles são bons, então têm capacidade de passar no Revalida e, assim, atender a população brasileira”, pontuou.

2.4.9 – Audiência Pública para avaliar o Ato Médico

Tema: “Avaliar o Ato Médico, nome dado ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 268/2002 e ao Projeto de Lei (PL) 7703/2006”.

Autores do Requerimento:

Deputados: Dedé Teixeira e Augustinho Moreira.

Deputadas: Bethrose, Fernanda Pessoa, Rachel Marques, Eliane Novais e Mirian Sobreira.

Data e Horário: 19/08/2013 às 14h

Local: Auditório Murilo Aguiar



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

**“Avaliar o Ato Médico oriundo do Projeto de Lei
do Senado (PLS) 268/2002 e do Projeto
de Lei (PL) 7703/2006”**

ATO MÉDICO

Deputados requerentes:
Bethrose, Dedé Teixeira, Fernanda Pessoa, Rachel Marques,
Eliane Novais, Augustinho Moreira e Mirian Sobreira.

Realização:
Comissão de Seguridade Social e Saúde
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
Comissão de Direitos Humanos e Cidadania

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará,
Deputado José Albuquerque,

a Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
e Presidente em exercício da Comissão de Seguridade Social e Saúde,
Deputada Mirian Sobreira,

a Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania,
Deputada Eliane Novais,

atendendo ao requerimento dos Deputados:
Bethrose, Dedé Teixeira, Fernanda Pessoa, Rachel Marques,
Eliane Novais, Augustinho Moreira e Mirian Sobreira.

convidam para a Audiência Pública:

**“Avaliar o Ato Médico oriundo do Projeto de Lei
do Senado (PLS) 268/2002 e do Projeto
de Lei (PL) 7703/2006”**

Data: 19 de agosto de 2013 (segunda-feira)
Hora: 14h
Local: Auditório Murilo Aguiar
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Audiência Pública

Composição da Mesa

1. Excelentíssima Senhora Deputada Mirian Sobreira

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e autora do Requerimento.

2. Excelentíssimo Senhor Deputado Dedé Teixeira

Deputado Estadual e autor do Requerimento

3. Excelentíssima Senhora Deputada Bethrose

Deputada Estadual e autora do Requerimento

4. Excelentíssima Senhora Deputada Fernanda Pessoa

Deputada Estadual e autora do Requerimento

5. Excelentíssima Senhora Deputada Rachel Marques

Deputada Estadual e autora do Requerimento

6. Senhor Francisco Pereira de Alencar

Representante da Secretaria de Saúde do Município;

7. Doutor Ricardo César Vieira Madeira

Presidente da Comissão de Saúde da OAB;

8. Doutora Celiane Maria Lopes Muniz

Presidente do Conselho de Enfermagem;

9. Doutor Ricardo Araújo

Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional;

10. Doutor Eugênio Simão Filho

Sindicato dos Fisioterapeutas;

11. João Marques

Presidente do Conselho Estadual de Saúde;

12. Luiz Henrique Cintra

Vice-Presidente da APRECE;

13. Doutor Ricardo Lotif Araújo

Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional;

14. Doutor Lineu Jucá

Representante a Secretaria de Saúde do Estado



Os deputados estaduais cearenses se posicionaram, na tarde desta segunda-feira (19/08), a favor dos vetos presidenciais à lei 12.842/2013, conhecida por Lei do Ato Médico, durante audiência pública que discutiu o tema. O debate ocorreu no Complexo de Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa, por iniciativa dos deputados Dedé Teixeira

(PT), Augustinho Moreira (PV), Bethrose (PRP), Fernanda Pessoa (PR), Rachel Marques (PT), Mirian Sobreira (PSB) e Eliane Novais (PSB).

O debate foi conduzido pela presidente da Comissão de Saúde e Seguridade Social da Assembleia, a deputada e enfermeira Mirian Sobreira. “Nós, profissionais não-médicos, entendemos que o sistema de saúde funciona em equipe”, apontou Mirian. Para a parlamentar, os vetos presidenciais demonstraram a importância de cada profissão na área da saúde.

A deputada e fisioterapeuta Bethrose também defendeu a permanência dos vetos. “É um retrocesso muito grande se não dissermos um sim para esses vetos da presidente Dilma”, pontuou. “Alguns artigos vetados impediriam a garantia ao atendimento integral”, ressaltou a deputada Rachel Marques, que é também psicóloga. Na avaliação da petista, a saúde funciona dentro de uma ação integrada e multidisciplinar.

A permanência dos vetos foi ainda defendida pelos deputados Dedé Teixeira, Eliane Novais e Fernanda Pessoa. “Esse projeto fere as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)”, considerou Eliane. Dedé, por sua vez, ressaltou a importância de se discutir também a questão do financiamento para a saúde, e defendeu mais recursos para a área. “Acho que nós precisamos de todos os profissionais da saúde”, considerou Fernanda Pessoa.

A presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará (Coren-CE), enfermeira Celiane Lopes Muniz, salientou que a Lei do Ato Médico, sem os vetos, “fere a base principal deste País: o SUS”. Segundo ela, o Coren trabalha com a interdisciplinaridade. “Não só a saúde pública, mas o atendimento hospitalar estaria em risco”, alertou.

Para o médico Lineu Jucá, representante da Secretaria de Saúde do Estado, o debate sobre os vetos à Lei do Ato Médico está provocando uma “animosidade” entre os profissionais médicos e não-médicos. Na opinião de Jucá, o assunto que deve ser prioritariamente debatido se refere aos investimentos para o setor da saúde. “Falta dinheiro do Governo Federal para as ações do SUS”, constatou. Sobre o Ato Médico, Jucá ressaltou que cada profissional “deve fazer o que estudou para fazer bem. Se você estudou bem, que faça”, opinou. Também participaram da audiência pública representantes das categorias de fonoaudiologia, fisioterapia e terapia ocupacional, e psicologia.

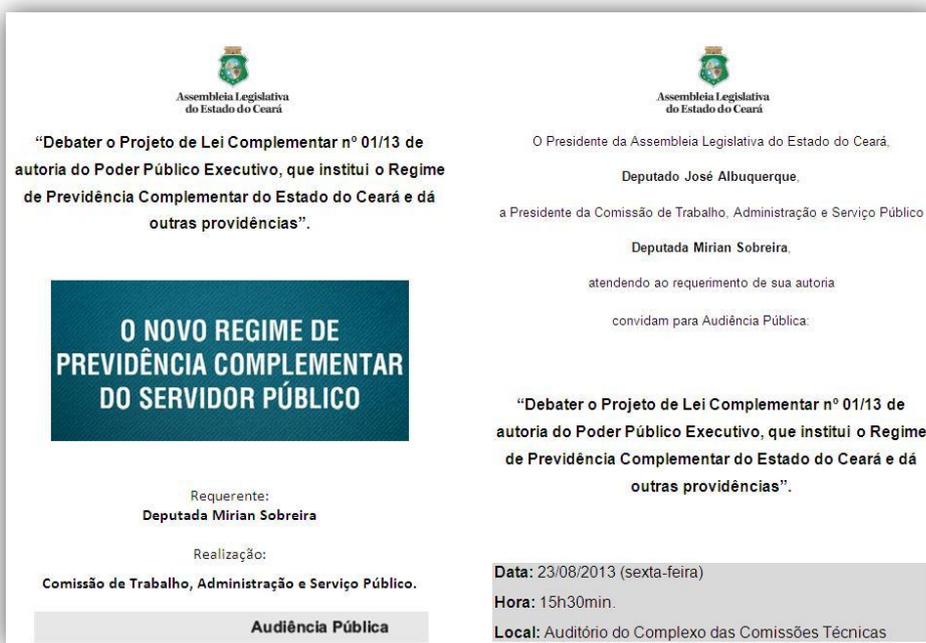
2.4.10 – Audiência Pública para debater o Projeto de Lei Complementar nº 01/13 de autoria do Poder Público Executivo.

Tema: “Debater o Projeto de Lei Complementar nº 01/13 de autoria do Poder Público Executivo, que institui o Regime de Previdência Complementar do Estado do Ceará e dá outras providências”.

Autora do Requerimento: Deputada Mirian Sobreira

Data e Horário: 23/08/2013 às 15h30min

Local: Auditórios Deputados Manoel de Castro e Castelo de Castro



O cartão de convocação para a Audiência Pública contém o seguinte texto:

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

“Debater o Projeto de Lei Complementar nº 01/13 de autoria do Poder Público Executivo, que institui o Regime de Previdência Complementar do Estado do Ceará e dá outras providências”.

O NOVO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO

Requerente:
Deputada Mirian Sobreira

Realização:
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Audiência Pública

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará,
Deputado José Albuquerque,
a Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
Deputada Mirian Sobreira,
atendendo ao requerimento de sua autoria
convidam para Audiência Pública:

“Debater o Projeto de Lei Complementar nº 01/13 de autoria do Poder Público Executivo, que institui o Regime de Previdência Complementar do Estado do Ceará e dá outras providências”.

Data: 23/08/2013 (sexta-feira)
Hora: 15h30min.
Local: Auditório do Complexo das Comissões Técnicas

Composição da Mesa

1. Excelentíssima Senhora Deputada Miriam Sobreira

Deputada Estadual e Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público;

2. Eduardo Diogo de Siqueira Filho

Secretário de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, Seplag;

3. Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Sarto

Deputado Dr. Sarto, Líder do Governo;

4 Excelentíssima Senhora Deputada Dra. Silvana

Deputada Estadual do Ceará;

5. Excelentíssima Senhora Deputada Eliane Novais

Deputada Estadual do Ceará;

6. Senhora Jerusa Feitosa de Matos

Representante do Sind. dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual do Ceará, Mova-se.

7. Senhora Ana Maria Ferreira da Cunha

Representante do Fórum Unificado das Associações e Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais do Ceará

8. Senhor Francisco Ângelo de Araújo

Presidente do Sindicato dos Fazendários do Estado do Ceará, Sintaf

9. Senhor Robson Fontoura

Coordenador da Coordenadoria de Previdência



2.4.11 – Audiência Pública em conjunto com a Câmara Municipal de Fortaleza para tratar sobre os 30 anos da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Tema: “Tratar sobre os 30 anos da Central Única dos Trabalhadores – CUT”.

Autora do Requerimento: Deputada Mirian Sobreira

Data e Horário: 29/08/2013 às 16h

Local: Sede da Central Única dos Trabalhadores - CUT



Composição da Mesa

1. Excelentíssima Senhora Rachel Marques

Deputada Estadual e autora do Requerimento

2. Excelentíssimo Senhor Acrísio Sena

Vereador - Câmara Municipal de Fortaleza

3. Sra. Joana D’Arc Barbosa Almeida

Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT /Ceará

4 Antônio Ortins Monteiro Dias

Homenageado

5. Maria do Socorro dos Santos

Homenageada



A Central Única dos Trabalhadores (CUT), maior central sindical brasileira, completou 30 anos de fundação e, para homenageá-la, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa do Ceará promoveu audiência pública, na tarde desta quinta-feira (29/08), na sede da própria CUT.

Proposta pela deputada Rachel Marques (PT), a audiência foi marcada pelas principais conquistas da Central e sua história na luta pela democracia. “É uma justa homenagem que a AL presta a CUT. São 30 anos de uma organização que trabalha e luta pelos trabalhadores do Brasil, colecionando grandes conquistas e o fortalecimento da democracia”, destacou a petista.

A presidente da CUT-CE, Joana Almeida, destacou a valorização do salário mínimo como uma das conquistas da classe trabalhadora. “Nós sabemos o quanto as bandeiras levantadas pela CUT fazem diferença na vida dos brasileiros. Temos uma história de respaldo pela legitimidade das nossas reivindicações”, afirmou a presidente.

Durante o evento, receberam placas comemorativas o ex-presidente da Central, Antônio Ortins e a funcionária Socorro Santos, que tem mais de 20 anos de serviço na CUT-Ceará.

2.4.12 – Audiência Pública para discutir a situação da Usina Biodiesel de Quixadá.

Tema: “Discutir a situação da Usina Biodiesel de Quixadá”.

Autora do Requerimento: Deputada Mirian Sobreira

Data e Horário: 24/09/2013 às 14h30min

Local: Auditório deputado Antônio Gomes de Freitas



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

“A situação da Usina de Biodiesel de Quixadá”



Requerente:
Deputada Mirian Sobreira

Realização:
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará,
Deputado José Albuquerque,

a Presidente da Comissão de Ciência Tecnologia e Ensino Superior,
Deputada Rachel Marques,

e a Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público,
Deputada Mirian Sobreira,

atendendo ao requerimento de sua autoria,

convidam para a Audiência Pública sobre o tema:

“A situação da Usina de Biodiesel de Quixadá”

Data: 24 de setembro de 2013 (terça-feira)
Hora: 14h30min
Local: Complexo de Comissões Técnicas
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Audiência Pública

Composição da Mesa

1. Excelentíssima Senhora Deputada Mirian Sobreira

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público - CTASP

2. Excelentíssima Senhora Deputada Rachel Marques

Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior – CCTES

3. Sr. Roberto Virgínio

Coordenador da Área de Biodiesel – Sec. de Desenv. Agrário do Estado do Ceará (SDA)

4. Dr. Osvaldo Segundo

Engenheiro de Pesca e Orientador de Células da Coordenadoria de Ordenamento, Registro e Controle - Secretaria da Pesca e Agricultura do Estado do Ceará (SPA)

5. Sra. Edilene Oliveira

Coordenadora de Políticas Ambientais – Secretária de Urbanismo e Meio Ambiente do Município de Fortaleza (SEUMA)

6. Dra. Ana Luíza Maia

Diretora de Empreend.e Negócios – Fund. Núcleo de Tecnol. Indust. do Ceará (NUTEC)

7. Dr. José Tarcísio Costa Filho

Coordenador do Projeto BIOPEIXE da Fundação NUTEC

8. Dr. Marco Aurélio Delmondes Bonfim

Pesquisador da EMBRAPA Caprinos e Ovinos

9. Dr. João Augusto Araújo Paiva

Diretor de Suprimento Agrícola - Petrobrás Biocombustível

10. Sr. José Maria Marques de Carvalho

Gerente de Produtos e Serviços do Banco do Nordeste

11. Sr. Orismar Holanda

Presid. do Sindicato dos Trab. na Ind. Petróleo Estados do Ceará/Piauí – SINDPETRO CE/PI

12. Sr. José Militão

Secretário de Políticas Agrárias da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE)

13. Dr. José Sérgio Fontenele de Azevedo

Superintendente do Departamento de Estradas e Rodovias - DER



A estiagem no Ceará obrigou a busca por alternativas para uma convivência com a seca e meios para diminuir o sofrimento do povo. A afirmação é da deputada Mirian Sobreira (PSB), e foi feita durante a audiência pública que discutiu, na tarde desta terça-feira (24/09) na AL, a situação da Usina de Biodiesel de Quixadá.

Para a parlamentar, é importante que a usina possa contribuir para o desenvolvimento do Ceará e seja útil para atender às necessidades da população que sofre com a estiagem. “O grande patrimônio e o legado que vamos ter dessa estiagem é a busca por meios para aprendermos a conviver com a falta de chuvas, e entre uma das muitas alternativas está a usina, que vejo como um projeto que nasceu com o objetivo principal de promover a inclusão social e o desenvolvimento do semiárido”, salientou Mirian.

A deputada Rachel Marques (PT) pontuou os impactos que a usina traz para a região. “Compreendo esta usina como de grande importância, não só do ponto de vista ambiental, mas como um passo revolucionário que a Petrobras está dando ao estimular a geração de energia a partir das oleaginosas no semiárido nordestino”, ressaltou Rachel.

Segundo o diretor de Suprimento Agrícola da Petrobras Biocombustível, João Augusto Araújo Paiva, a Usina de Biodiesel de Quixadá foi instalada com a missão de produzir biocombustível no semiárido, buscando a estruturação de cadeias produtivas agrícolas de suprimento. Ainda para o diretor da Petrobras, a usina é uma das mais versáteis em operação no País e corresponde a quase todo o biodiesel demandado no Ceará.

“Ela faz biodiesel de praticamente qualquer matéria prima, seja óleo de peixe, óleo de gordura residual, entre outros. Também é importante frisar que enquanto outros estados do Nordeste importam biodiesel, nós não precisamos fazer isso porque somos fornecedores deste material”, enalteceu João Augusto Araújo.

Também esteve presentes à audiência, o coordenador da Área de Biodiesel da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, Roberto Virgínio; a coordenadora de Políticas Ambientais da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza, Edilene Oliveira; o coordenador do Projeto Biopeixe da Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (Nutec), José Tarcísio Costa Filho; a diretora de Empreendedorismo e Negócios da Nutec, Ana Luiza Maia; dentre outras autoridades.

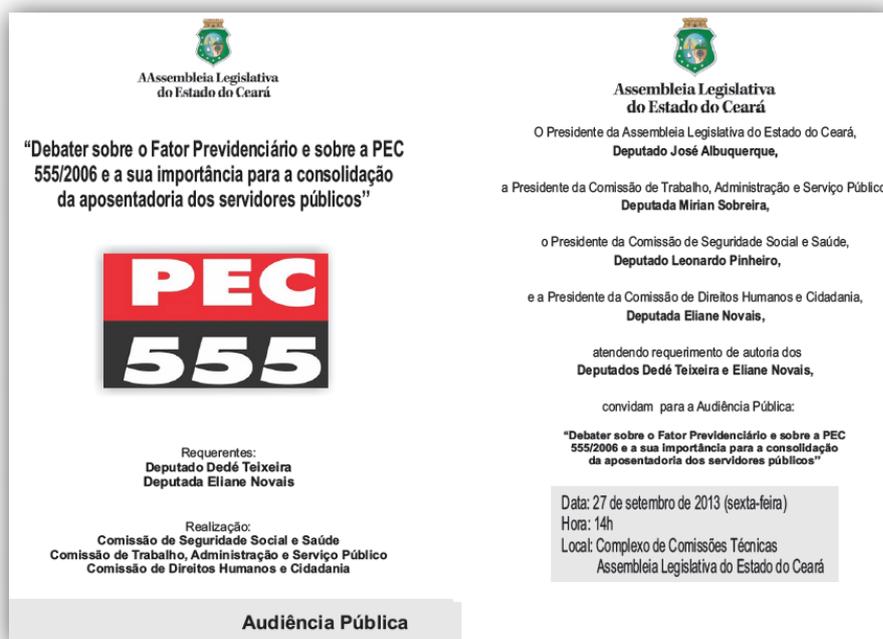
2.4.13 – Audiência Pública para debater sobre o Fator Previdenciário, PEC 555/2006

TEMA: “Debater sobre o Fator Previdenciário, PEC 555/2006 e o mesmo índice de reajuste do salário mínimo a quem ganha acima”.

Autores do Requerimento: Deputado Dedé Teixeira e Deputada Eliane Novais

Data e Horário: 27/09/2013 às 14h

Local: Auditórios: Manoel Castro e Castelo de Castro



Cartão de convocação para a Audiência Pública. O texto no cartão é o seguinte:

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

“Debater sobre o Fator Previdenciário e sobre a PEC 555/2006 e a sua importância para a consolidação da aposentadoria dos servidores públicos”

PEC 555

Requerentes:
Deputado Dedé Teixeira
Deputada Eliane Novais

Realização:
Comissão de Segurança Social e Saúde
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
Comissão de Direitos Humanos e Cidadania

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará,
Deputado José Albuquerque,

a Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público,
Deputada Mirian Sobreira,

o Presidente da Comissão de Segurança Social e Saúde,
Deputado Leonardo Pinheiro,

e a Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania,
Deputada Eliane Novais,

atendendo requerimento de autoria dos
Deputados Dedé Teixeira e Eliane Novais,

convidam para a Audiência Pública:

“Debater sobre o Fator Previdenciário e sobre a PEC 555/2006 e a sua importância para a consolidação da aposentadoria dos servidores públicos”

Data: 27 de setembro de 2013 (sexta-feira)
Hora: 14h
Local: Complexo de Comissões Técnicas
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Audiência Pública

Composição da Mesa

1. Excelentíssima Senhora Deputada Eliane Novais

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania – CDHC

2. Excelentíssimo Senhor Deputado Dedé Teixeira

4ª Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

3. Excelentíssimo Senhor Deputado Lula Moraes

Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Ceará

4. Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Chico Lopes

Deputado Federal.

5. Sr. Edson Guilherme Haubert

Presidente do Instituto Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas – Mosap

6. Sra. Rita de Cássia Gomes Araújo

Presidente da Associação dos Servidores da Secretaria da Educação do Estado do Ceará – ASSEEC e Diretora do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual do Ceará – MOVA-SE.

7. Senhora Rita Josino Feitosa da Silva

Presidente da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste

8. Senhor Miguel Nóbrega

Presidente da Associação dos Aposentados do Banco do Nordeste do Brasil.

9. Senhor. Tomaz de Aquino e Silva Filho

Diretor do Sindicato dos Bancários e Coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do Banco do Nordeste

10. Senhora Margarida Lopes Araújo

Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

11. Doutor João da Silva dos Santos

Diretor de Assuntos Parlamentares do SINDIFISCO Nacional

12. Senhor Givanildo Aquino da Silva

Presidente da Associação Cearense dos Auditores da Receita Federal do Brasil

13. Senhor Marcelo Oliveira Maciel

Presidente da Delegacia Sindical Ceará do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

14. Senhor Luís Paes de Castro

Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central

15. Senhor Marcelo Lettieri Siqueira

Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil

16. Doutor Clovis Barroso Veras

Presidente da AAFEC (Associação dos Aposentados Fazendários).

17. Excelentíssimo Senhor Deputado Raimundo Gomes de Matos

Deputado Federal

18. Senhor Luciano Simplício

Representante da CTB

19. Excelentíssimo Senhor Deputado Dep. Mauro Benevides

Deputado Federal



A proposta de emenda constitucional (PEC) 555 que visa extinguir a contribuição previdenciária dos inativos do serviço público foi debatida em audiência pública na tarde desta sexta-feira (27/09), na Assembleia Legislativa. Uma das proponentes do debate, a deputada Eliane Novais (PSB), destacou que o objetivo do encontro é prestar solidariedade aos interesses dos servidores que se sentem afetados pela contribuição.

“Estamos nos associando à luta dos servidores públicos que têm agregado esforços e forças na luta pela aprovação desta PEC, que apesar de ter um texto que não atende completamente aos interesses e reivindicações plenas destes servidores, conjuga da vontade de extinguir essa cobrança”, salientou a parlamentar.

O deputado Dedé Teixeira (PT), que subscreveu o requerimento da audiência, ressaltou que a mobilização sobre a matéria não se trata de uma discussão contra o Governo. “Mesmo sendo representante do partido que está no governo, quero que o debate seja engrandecido, e apoio esta discussão efetiva e coerente que busca alcançar um resultado positivo para a categoria”, pontuou o petista.

O representante da bancada cearense no Congresso Nacional, deputado federal Chico Lopes (PCdoB), informou que integra uma comissão na Câmara dos Deputados que defende a aprovação da PEC na Casa.

“Estou à disposição de todos os servidores e entidades de aposentados que estejam insatisfeitos para receber sugestões, e reforço que país nenhum no mundo cobra previdência de aposentado, exceto o Brasil, e não vejo vantagem de um aposentado pagar a previdência se ele não poderá se aposentar novamente”, defendeu Chico Lopes.

A presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, Margarida Lopes Araújo, criticou o posicionamento do PT em relação à causa previdenciária.

“Nos governos anteriores, o PT era o nosso aliado em causas como esta, era aliado dos servidores públicos, e assim que chegou ao poder, contribuições como esta foram criadas. Já conseguimos 351 assinaturas de deputados federais à favor da aprovação da PEC, incluindo os líderes de governo, menos a do líder do PT, deputado José Guimarães, que não está aqui para debater a questão”, lamentou Margarida Lopes.

Também estiveram presentes à audiência, o deputado Lula Moraes (PCdoB), os deputados federais Artur Bruno (PT/CE) e Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE); o presidente do Instituto Movimenta Servidores Aposentados e Pensionistas, Edson Guilherme; a presidente da Associação dos Servidores da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Rita de Cássia Gomes de Araújo; a presidente da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste, Rita Josino Feitosa da Silva; dentre outras autoridades.

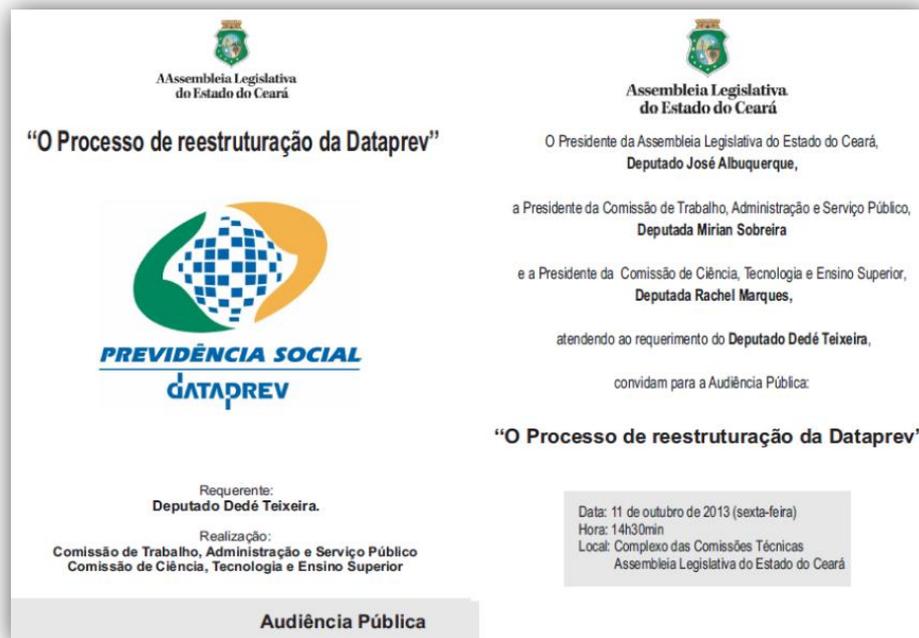
2.4.14 – Audiência Pública para discutir o processo de reestruturação da DATAPREV.

TEMA: “Discutir o processo de reestruturação da DATAPREV”.

Autor do Requerimento: Deputado Dedé Teixeira

Data e Horário: 11/10/2013 às 14h30min

Local: Auditórios Manoel de Castro e Castelo de Castro



Composição da Mesa

1. Excelentíssimo Senhor Deputado Dedé Teixeira

Autor do Requerimento

2. Sra. Joana D’arc Barbosa Almeida

Presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e Chefe de Gab. Senador José Pimentel

3. Sr. José Bartolomeu Cavalcante

Assessor Parlamentar

4. Sr. Roberto Carneiro

Ger. Reg. da Unid. do Ceará da Empresa de Tec. e Informações da Previdência – Dataprev

5. Sra. Maria do Perpétuo Socorro

Coordenadora Nacional da Campanha da DATAPREV

6. Senhor João Maria Lopes

Superintendente do INSS – Regional Nordeste

7.Senhor Ronaldo dos Santos Alves

Vice-Diretor da Assoc. Nac. dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social ANASPS-CE

8.Senhora Telma Dantas

Vice-Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Segurança e Similares - FENADADOS

9.Senhor José Valmir Braz

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado do Ceará – SINDPD-CE

10.Senhor Paulo Mendonça Júnior

Membro da Coordenação do Setorial Nacional de Ciência e Tecnologia da Informação e Comunicação do Partido dos Trabalhadores (PT-CE)

11.Senhor Wagner Freitas de Moraes

Presidente da CUT Nacional



O processo de reestruturação da Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social) foi debatido em audiência pública, na tarde desta sexta-feira (11/10) na Assembleia Legislativa, por representantes de sindicatos e da empresa. A principal questão levantada foi a possível demissão em massa dos funcionários de suas regionais.

O deputado Dedé Teixeira (PT), responsável pela audiência, lembrou que o momento seria para informar a sociedade os detalhes desta reestruturação. “Estamos aqui pra trazer informações para os funcionários da Dataprev e esperamos que este processo não traga prejuízos para a corporação da empresa”, disse o petista.

A vice-presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Processamento e Dados, Serviço de Segurança e Similares (Fenadados), Telma Dantas, criticou a forma como a reestruturação está acontecendo. De acordo com ela, sem diálogo interno. “Nós não sabemos sequer o motivo desta descentralização, pois não há diálogo dentro da empresa. O que existe aqui é um total descaso com o corpo funcional”, reclamou Telma.

Representando o Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado do Ceará (SINDPD-CE), Valmir Braz, ressaltou a importância do diálogo com as regionais, para que o processo seja feito de forma clara. “Não somos contra a reestruturação, só queremos entender os critérios desse processo e o que ele implicará”, defendeu.

O gerente regional da unidade cearense da Dataprev, Roberto Carneiro, explicou que o processo está acontecendo desde o ano passado e alguns setores estão sendo modificados, realocando seus funcionários. “Não haverá demissões em massa, algumas podem acontecer, mas a maioria será capacitada para novas funções que surgirão com esta reestruturação”, garantiu.

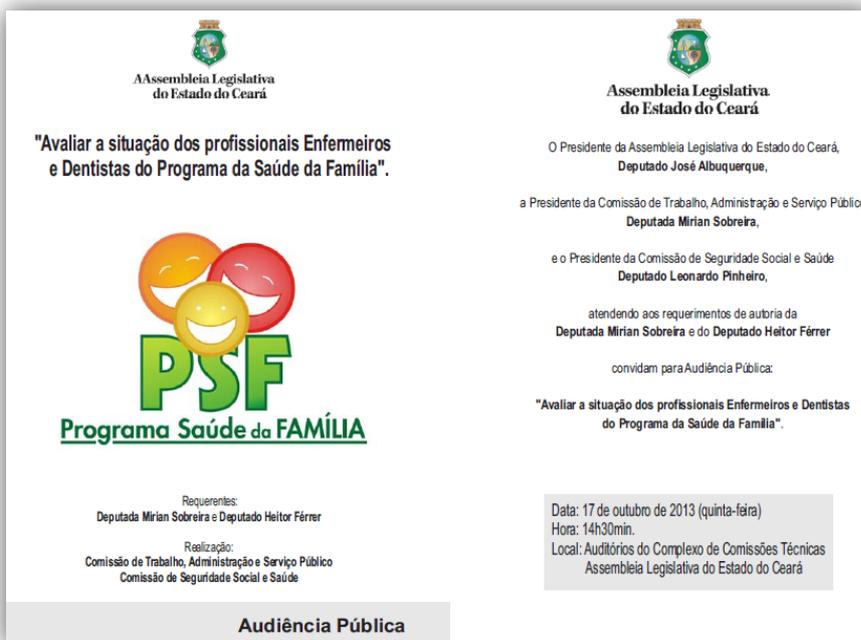
2.4.15 – Audiência Pública para avaliar a situação dos profissionais enfermeiros do Programa Saúde da Família.

Tema: “Avaliar a situação dos profissionais enfermeiros do Programa Saúde da Família”.

Autor do Requerimento: Deputado Heitor Férrer e Deputada Mirian Sobreira

Data e Horário: 17/10/2013 às 14h30min

Local: Auditórios Manoel de Castro e Castelo de Castro



O cartão de audiência pública contém o seguinte texto:

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

"Avaliar a situação dos profissionais Enfermeiros e Dentistas do Programa da Saúde da Família".


Programa Saúde da FAMÍLIA

Requerentes:
Deputada Mirian Sobreira e Deputado Heitor Férrer

Realização:
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
Comissão de Seguridade Social e Saúde

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará,
Deputado José Albuquerque,

a Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
Deputada Mirian Sobreira,

e o Presidente da Comissão de Seguridade Social e Saúde
Deputado Leonardo Pinheiro,

atendendo aos requerimentos de autoria da
Deputada Mirian Sobreira e do Deputado Heitor Férrer

convidam para Audiência Pública:

"Avaliar a situação dos profissionais Enfermeiros e Dentistas do Programa da Saúde da Família".

Data: 17 de outubro de 2013 (quinta-feira)
Hora: 14h30min.
Local: Auditórios do Complexo de Comissões Técnicas
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Audiência Pública

Composição da Mesa

- 1. Excelentíssima Senhora Deputada Mirian Sobreira**
Presid. Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) e Autora do Requerimento.
- 2. Excelentíssimo Senhor Deputado Heitor Férrer**
Autor do Requerimento
- 3. Dr. Antônio Tadeu Uchoa Filho**
Coordenador de Assessoria da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública – MP-CE
- 4. Sr. Ricardo Babo**
Representando o Dr. Edmilson Pereira – Presid. do Conselho Municipal de Saúde de Fortaleza
- 5. Dra. Celiane Maria Lopes Muniz**
Presidente do Conselho Regional de Enfermagem – COREN-CE

6. Sra. Euclea Gomes Vale

Representando **Dra. Samya Coutinho de Oliveira** - Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem – Seção Ceará – ABEn-CE

7. Sra. Anísia Ferreira de Lima

Vice-Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Ceará – SENECE

8. Sr. Cláudio Ferreira do Nascimento

Presidente do Sindicato dos Odontologistas do Estado do Ceará – SINDIODONTO-CE

9. Dr. Robson Soares de Araújo

Presidente da Cooperativa dos Profissionais de Saúde do Estado do Ceará – COOSAÚDE



A valorização dos enfermeiros e dentistas do Programa Saúde da Família (PSF) foi tema de audiência pública, na tarde desta quinta-feira (17/10), na Assembleia Legislativa. Requerida pelos deputados Mirian Sobreira (Pros) e Heitor Férrer (PDT), o encontro teve o objetivo de buscar canais de negociação entre as principais entidades de classe com a Prefeitura e o Estado.

De acordo com Mirian Sobreira, o encontro serviu para a população, assim como os parlamentares, ficarem cientes das reivindicações da categoria. Ainda segundo a parlamentar, um documento com os anseios dos enfermeiros e dentistas será elaborado para ser apresentado aos órgãos competentes. “Estamos lutando para igualar os direitos desses

profissionais. Vamos servir de ponte para as negociações com o Governo do Estado”, afirmou.

A presidente do Conselho Regional de Enfermagem (Coren), Celiane Maria Lopes, frisou que o encontro serviu para discutir com o Governo e a Prefeitura os pontos de reivindicações das categorias, que vão desde as questões salariais, a redução da carga-horária de 40 para 32 horas, até a falta de infraestrutura dos locais de trabalho.

Celiane apresentou um relatório sobre as condições dos postos de saúde das seis regionais. “Saímos de uma greve no dia 12 de setembro e após um mês de suspensão da paralisação pontos da pauta foram acatados. Estamos aqui apenas para lutar pelos nossos direitos” destacou.

O presidente do Sindicato dos Odontologistas do Estado do Ceará (Sindiodonto), Cláudio Ferreira, lembrou que a categoria continua em estado de greve, e que suspendeu a greve por 40 dias para esperar proposta do Município em relação à incorporação de gratificação, que é uma das principais reivindicações das classes.

Cláudio também lembrou que após inúmeras rodadas de negociações, a categoria acatou a readequação da carga-horária, que disponibilizará oito horas para cursos profissionalizantes. “Essas demandas vêm se estendendo desde 2008, queremos apenas uma segurança jurídica para uma aposentadoria mais tranquila. Estamos aqui para cobrar o cumprimento das promessas feitas à categoria”, destacou.

Após escutar todas as reivindicações, a coordenadora de Gestão do Trabalho e da Educação do Estado, que representou o secretário da Saúde, Ciro Gomes, destacou os inúmeros investimentos do Estado no atendimento primário, como as Upas 24 horas e os centros especializados de odontologia (CEO). “Sabemos das dificuldades da categoria, mas temos que nos mobilizar para fazer um bom trabalho. Temos consciência da importância de investir na infraestrutura, mas o desafio está em investir no trabalhador. Estamos abertos para receber qualquer reivindicação”, finalizou.

Participaram da audiência o deputado Heitor Férrer (PDT); a vice-presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Ceará, Anísia Ferreira; o presidente da Cooperativa dos Profissionais de Saúde do Estado, Robson Soares e o coordenador de Assessoria da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública, Antônio Tadeu Uchoa

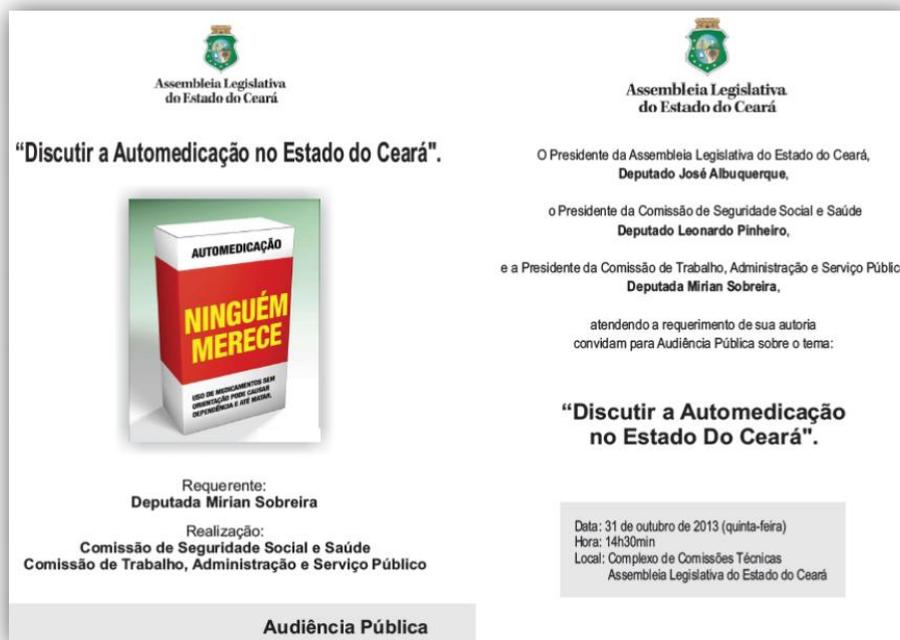
2.4.16 – Audiência Pública para discutir a automedicação no Estado do Ceará.

Tema: “A automedicação no Estado do Ceará”.

Autor do Requerimento: Deputada Mirian Sobreira

Data e Horário: 31/10/2013 às 14h30min

Local: Auditórios Manoel de Castro e Castelo de Castro



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

“Discutir a Automedicação no Estado do Ceará”.

AUTOMEDICAÇÃO
NINGUÉM MERECE
USO DE MEDICAMENTOS SEM
ORIENTAÇÃO POR CARIÓTIPO
DEFINIÇÃO E AUSENCIA

Requerente:
Deputada Mirian Sobreira

Realização:
Comissão de Segurança Social e Saúde
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará,
Deputado José Albuquerque,

o Presidente da Comissão de Segurança Social e Saúde
Deputado Leonardo Pinheiro,

e a Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
Deputada Mirian Sobreira,

atendendo a requerimento de sua autoria
convidam para Audiência Pública sobre o tema:

**“Discutir a Automedicação
no Estado Do Ceará”.**

Data: 31 de outubro de 2013 (quinta-feira)
Hora: 14h30min
Local: Complexo de Comissões Técnicas
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Audiência Pública

Composição da Mesa

1. Excelentíssima Senhora Deputada Mirian Sobreira

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e Autora do Requerimento.

1. Dr. Alisson Menezes Araújo Lima

Presidente em exercício do Conselho Regional de Farmácia – CRF-CE

2. Dr. Paulo Sérgio Arrais

Professor do Curso de Farmácia da Universidade Federal do Ceará – UFC

3. Dr. Expedito Rogildo Cordeiro

Coordenador do Curso de Farmácia da Universidade de Fortaleza – UNIFOR

4. Dr. Luis Cláudio Mapurunga da Frota

Presidente da Associação Cearense dos Farmacêuticos – ACEFARMA

6. Dr. Paulo Roque Medeiros da Costa

Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Ceará - SINFARCE

7. Dr. Marco Aurélio Ribeiro

Coordenador de Assistência Farmacêutica – SESA

8. Dra. Ivna Barreto Costa Cidrão

Gerente da Célula da Vigilância Sanitária do Município de Fortaleza



Os riscos da automedicação e a aprovação do projeto de lei do Conselho Federal de Farmácia, que regulamenta a prescrição farmacêutica foram discutidos na tarde desta quinta-feira (31/10) na Assembleia Legislativa do Ceará. O debate foi proposto pela deputada Mirian Sobreira (Pros). Ela afirmou que o objetivo do debate é alertar a população sobre os riscos da automedicação, além de apresentar à sociedade o referido projeto.

“Queremos contribuir para que o número de casos de automedicação diminua. Vamos trabalhar também para esclarecer os pontos desse projeto. As pessoas precisam entender que remédio também pode ser um veneno para a saúde, caso seja usado sem orientação”, destacou a deputada.

Durante o debate, o professor de Farmácia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e membro do Grupo de Prevenção ao Uso Indevido de Medicamentos da UFC, Paulo Sérgio

Arais, afirmou que as intoxicações causadas pela automedicação ficaram em primeiro lugar nos atendimentos realizados pelo Centro de Assistência Toxicológica do Instituto Doutor José Frota (IJF) nos últimos dois anos.

“De acordo com os dados colhidos no IJF, 28% das pessoas atendidas por intoxicação ingeriram medicamentos de forma errada, exagerando na dosagem. Os dados também apresentam seis óbitos causados pela automedicação”, destacou.

Paulo Sérgio também afirmou que as cargas de medicamentos são as segundas mais roubadas no Estado, ficando atrás apenas dos eletrodomésticos, e que esses remédios, inclusive os controlados e de tarja preta, são vendidos por um preço abaixo do mercado e sem precisão médica em locais públicos da cidade. “Nosso medo é com essas vendas clandestinas sem nenhuma orientação. Com a aprovação do projeto de regulamentação da prescrição farmacêutica, essa procura clandestina tende a diminuir e campanhas de conscientização ganharão força”, esclareceu.

O presidente da Associação dos Farmacêuticos do Estado, Luis Cláudio Mapurunga, esclareceu que, pela proposta, a prescrição farmacêutica deve acontecer pela seleção de terapias farmacológicas e não farmacológicas, além de outras intervenções relativas ao cuidado do paciente. As terapias farmacológicas incluem os medicamentos isentos de prescrição médica, as plantas medicinais, as drogas vegetais e os fitoterápicos também isentos de prescrição. “Vinte e cinco mil pessoas morreram no Brasil por intoxicação com automedicação, temos que trabalhar para diminuir esse número”, frisou.

Para o diretor executivo do Conselho Regional de Farmácia, Jacó Albuquerque, para que o projeto seja implantado em sua totalidade, os órgãos competentes precisam se preocupar com a especialização dos profissionais, desde a faculdade até o mercado de trabalho, e uma fiscalização mais rigorosa.

Também participaram do debate a gerente de Assistência Farmacêutica da SMS, Bianca Moreira; o coordenador do curso de Farmácia da Unifor, Expedito Regildo e o diretor do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado, Ielano Vasconcelos.

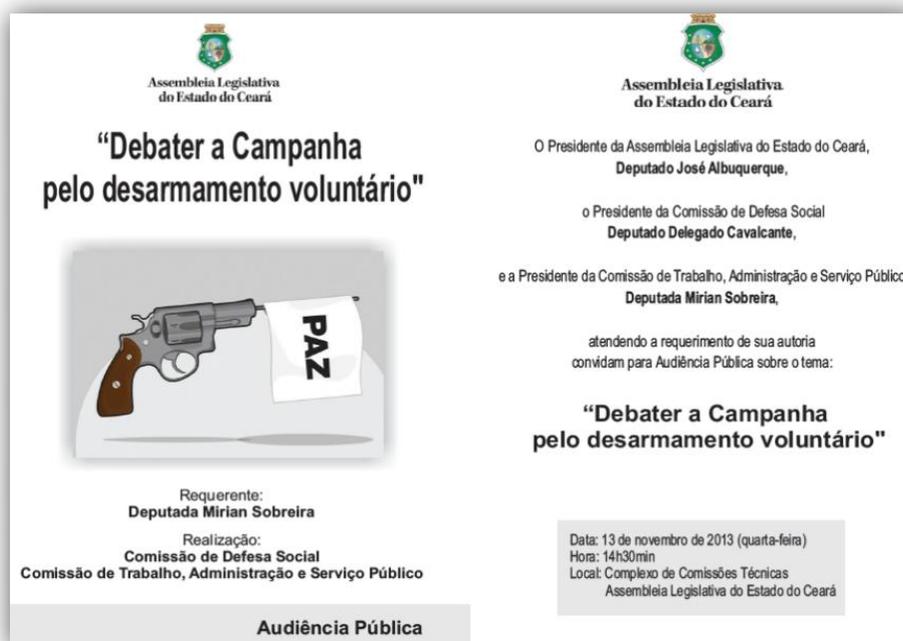
2.4.17 – Audiência Pública para debater a campanha pelo desarmamento voluntário de armas.

Tema: “Debater a campanha pelo desarmamento voluntário de armas”.

Autor do Requerimento: Deputada Mirian Sobreira

Data e Horário: 13/11/2013 às 14h30min

Local: Auditórios Manoel de Castro e Castelo de Castro



O cartão de audiência pública apresenta o seguinte conteúdo:

- Assunto:** “Debater a Campanha pelo desarmamento voluntário”
- Requerente:** Deputada Mirian Sobreira
- Realização:** Comissão de Defesa Social e Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
- Local:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
- Data:** 13 de novembro de 2013 (quarta-feira)
- Hora:** 14h30min
- Local:** Complexo de Comissões Técnicas

Além disso, o cartão menciona a presença de: O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado José Albuquerque; o Presidente da Comissão de Defesa Social, Deputado Delegado Cavalcante; e a Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Deputada Mirian Sobreira, atendendo a requerimento de sua autoria convidam para Audiência Pública sobre o tema: “Debater a Campanha pelo desarmamento voluntário”.

Composição da Mesa

1. Excelentíssima Senhora Deputada Mirian Sobreira

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) e Autora do Requerimento.

2. Sr. Clóvis Nunes

Coordenador Nacional do Movimento Internacional Pela Paz e Não Violência (MOVPAZ)

3. Dr. Amisterdan de Lima Ximenes

Promotor de Justiça do Estado do Ceará (MP-CE)

4. Dr. Lúcio Ponte Torres

Delegado Titular do Departamento Técnico Operacional da Polícia Civil do Estado do Ceará (PC-CE)

5. Dr. João César Bertosi

Presidente da Comissão de Segurança Pública da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará (OAB-CE)

6.Dr. Cândido Albuquerque

Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC)

7.Dr. Antonio Azevedo Vieira Filho

Diretor da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza (GMDCF)

8.Sr. Paulo Josimar Dias Simões

Orientador da Coordenadoria de Saúde e Assistência Social da Polícia Militar do Estado do Ceará (PM-CE)



O crescimento da violência e da criminalidade no Brasil tem sido motivo de preocupação constante da população. Pensando nisso, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa discutiu, na tarde desta quarta-feira (13/11), a campanha pelo desarmamento voluntário. A iniciativa partiu da deputada Mirian Sobreira (Pros).

A parlamentar acredita que o tráfico ilegal de armas de fogo contribui para esse aumento. Segundo ela, só a efetiva aplicação do Estatuto do Desarmamento ajudaria a coibir a prática ilegal e a comercialização do uso desses equipamentos, além de possibilitar aos cidadãos maior segurança. “A paz com que tanto sonhamos se faz necessária, para erguermos uma sociedade mais pacífica e duradoura”, frisou a deputada.

Mirian Sobreira também defendeu o desarmamento voluntário e o fortalecimento da campanha em Fortaleza e no Ceará. Conforme a parlamentar, o Ceará ainda não formalizou a criação do Comitê de Desarmamento e conta com apenas três postos de recolhimento de armas.

O diretor da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, Antônio Azevedo, ressaltou a necessidade de mais investimentos em segurança. “Segurança pública custa caro. A criminalidade é crescente por conta do tráfico de drogas, este tem que ser tratado como crime financeiro”, disse, informando que a Guarda Municipal conta com 1.400 homens.

De acordo com o coordenador nacional do MovPaz e membro do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), Clóvis Nunes, hoje, no Ceará, são mais de R\$ 250 milhões de armas em circulação. “É um mito achar que quem mata no Brasil é o bandido. Arma em casa não protege. Cientificamente está provado que a arma é um excelente instrumento de ataque, mas um péssimo mecanismo de defesa”. Segundo Clóvis Nunes, o objetivo da Casa da Paz é diminuir os índices de homicídio no Ceará a exemplo da cidade de Feira de Santana, na Bahia, onde o trabalho de recolhimento voluntário de armas do Movimento foi responsável pela redução de 51% no índice de homicídios.

A campanha de desarmamento é uma iniciativa do Governo Federal, Ministério da Justiça e da sociedade civil, representada por ONGs, como Instituto Sou da Paz e Viva Rio, que compõem a Rede Desarma Brasil e Casa da Paz, em Fortaleza. As armas entregues são imediatamente danificadas na frente do portador, para que se afaste qualquer possibilidade de reutilização da mesma. Quem tem a iniciativa, tem direito a indenização que pode chegar a R\$ 450,00 – conforme o tipo da arma –, além do anonimato, que é estabelecido pela Campanha.

Participou do debate o deputado Manoel Duca (Pros); o orientador da coordenação de Saúde e Assistência Social da Polícia Militar, Paulo Simões; o delegado titular do Desarmamento Técnico Operacional, Lúcio Ponte Torres; o presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB-CE, João César Bertosi. Além do procurador de Justiça do Ministério Público do Ceará, Amisterdan de Lima Ximenes e o diretor da Faculdade de Direito, Cândido Albuquerque.

2.4.18 – Audiência Pública para tratar sobre o Projeto de Lei 4330 e a Terceirização no Serviço Público.

Tema: “Tratar sobre o projeto de Lei 4330 e a terceirização no serviço público”.

Autor do Requerimento: Deputada Rachel Marques

Data e Horário: 14/11/2013 às 14h30min

Local: Auditórios Manoel de Castro e Castelo de Castro



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

**“Discutir o Projeto de Lei nº 4.330
e a Terceirização no Serviço Público”.**



Requerente:
Deputada Rachel Marques

Realização:
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
em parceria com a Federação dos Trabalhadores no Serviço
Público Municipal do Estado do Ceará – FETAMCE

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará,
Deputado José Albuquerque,

e a Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
Deputada Mirian Sobreira,

atendendo a requerimento de autoria da

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Educação Superior
Deputada Rachel Marques,

em parceria com a Federação dos Trabalhadores no Serviço Público
Municipal do Estado do Ceará – FETAMCE

convidam para Audiência Pública com a finalidade de discutir o:

**“Projeto de Lei nº 4.330
e a Terceirização no Serviço Público”.**

Data: 14 de novembro de 2013 (quinta-feira)
Hora: 14h30min
Local: Complexo de Comissões Técnicas
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Audiência Pública

Composição da Mesa

1. Excelentíssima Senhora Deputada Rachel Marques

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Educação Superior (CCTES) e Autora do Requerimento.

2. Excelentíssimo Senhor Deputado Artur Bruno

Deputado Federal – Câmara dos Deputados

3. Dr. Antônio de Oliveira Lima

Procurador Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) – 7ª Região

4. Dr. Ricardo Machado

Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará (MPE-CE)

5. Dr. Katianne Wirna Aragão

Presidente da Comissão de Direito do Trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Ceará (OAB/CE)

6. Sra. Maria das Graças Costa

Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores – CUT Nacional

7. Sra. Enedina Soares da Silva

Presidente da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará - FETAMCE

8. Sra. Carmem Silva Ferreira Santiago

Secretária de Administração e Finanças da Central Única dos Trabalhadores – CUT/CE

9. Sra. Vilanir de Sousa Oliveira

Presidente da CONFETAM



A Assembleia Legislativa realizou, na tarde desta quinta-feira (14/11), audiência sobre o Projeto de Lei 4.330/2004, em tramitação na Câmara dos Deputados, que trata da terceirização do serviço público. A solicitação foi da deputada Rachel Marques (PT) por uma reivindicação da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado (Fetamce), entidade representativa dos servidores do Ceará, e a promoção da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Casa.

A parlamentar afirmou que o projeto de lei, de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes é prejudicial para os trabalhadores. “Especialmente neste momento em que buscamos a regularização e o trabalho decente”, afirmou. De acordo com Rachel, o

objetivo da audiência foi alcançado. “O mais importante é a mobilização dos agentes envolvidos”, declarou.

Para o deputado federal Artur Bruno (PT), que também participou da audiência, o trabalhador terceirizado sofre com salários menores e relações mais frágeis com os empregadores. “Há uma precarização do trabalho com a tercerização”, afirmou.

O debate contou ainda com a presença do procurador chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª região, Antônio Lima; da presidente de Comissão de Direito do Trabalho OAB/C, Katianne Aragão; da presidente da Confetam, Vilani de Sousa Oliveira; da secretária de Relações de Trabalho da CUT-Nacional, Maria das Graças Costa; da presidente da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal – Fetamce, Enedina Soares; e da secretária de Administração e Finanças da CUT-CE, Carmem Silva Santiago.

2.4.19 – Audiência Pública para tratar da Campanha Salarial dos Trabalhadores Públicos Municipais do Estado do Ceará

Tema: “Tratar sobre a Campanha Salarial Unificada dos Trabalhadores (as) Públicos Municipais do Estado do Ceará da Federação dos Trabalhadores Públicos Municipais do Estado (FETAMCE)”.

Autor do Requerimento: Deputada Rachel Marques

Data e Horário: 10/12/2013 às 14h30min

Local: Auditórios Deputado Manuel de Castro e Deputado Castelo de Castro.



O cartão de audiência pública contém o seguinte texto:

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

“Campanha Salarial Unificada dos Trabalhadores (as) Públicos Municipais do Estado do Ceará da Federação dos Trabalhadores Públicos Municipais do Estado (FETAMCE)”.



Requerente:
Deputada Rachel Marques

Realização:
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público em parceria com a Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará – FETAMCE

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará,
Deputado José Albuquerque,
e a Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
Deputada Mirian Sobreira,
atendendo a requerimento de autoria da
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Educação Superior
Deputada Rachel Marques
em parceria com a Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará – FETAMCE
convidam para Audiência Pública com a finalidade de tratar sobre a:

“Campanha Salarial Unificada dos Trabalhadores (as) Públicos Municipais do Estado do Ceará da Federação dos Trabalhadores Públicos Municipais do Estado (FETAMCE)”.

Data: 10/12/2013 (terça-feira)
Hora: 14h30min.
Local: Auditórios do Complexo de Comissões Técnicas Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Audiência Pública

Composição da Mesa

1. Excelentíssima Senhora Deputada Rachel Marques

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Educação Superior (CCTES) e Autora do Requerimento.

2. Sra. Enedina Soares da Silva

Presidente da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará – FETAMCE

3. Sra. Vilanir de Sousa Oliveira

Presidente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal – CONFETAM

4. Sra. Rosilene Cruz

Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

5. Sra. Maria Ozaneide

Secretária de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores – CUT/CE



Lançada durante audiência pública na tarde desta terça-feira (10/12) na Assembleia Legislativa, a Campanha Salarial Unificada dos Trabalhadores Públicos Municipais do Estado do Ceará. A campanha é promovida pela Federação dos Trabalhadores Públicos Municipais do Estado do Ceará (Fetamce). Proponente do encontro, a deputada Rachel Marques (PT) destacou que o objetivo da audiência é ampliar o alcance das organizações e dos movimentos dos servidores municipais para que possam avançar em seus direitos e em suas proposições.

“Precisamos lutar para que não haja nenhum retrocesso quanto à garantia dos direitos assegurados dos servidores públicos e avançar em outros, e reafirmar que haja sempre um clima de respeito para com estes servidores, bem como o cumprimento das leis e o compromisso dos gestores”, ressaltou a parlamentar.

A presidente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam), Vilani de Sousa Oliveira, apresentou as principais demandas da pauta dos servidores, como o plano de cargos e carreiras e piso para todas as categorias, o fim do assédio moral, a questão do ganho real de salário, entre outros pontos.

A técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Rosilene Cruz, questionou a argumentação de gestores municipais e secretários de

Governo, para não atenderem as demandas dos servidores públicos. “Sabemos da dificuldade no processo de negociação coletiva em que os gestores vêm com informações de que reajustar o piso dos servidores profissionais do magistério vai comprometer a folha do município, vai extrapolar os limites de responsabilidade fiscal, que não dá para reajustar o salário mínimo, o mesmo discurso de sempre, que o Dieese já confirmou que dá para reajustar o piso sem comprometer a lei de responsabilidade fiscal e a receita dos municípios”, salientou Rosilene Cruz.

Também estiveram presentes à audiência a representante da Central Única dos Trabalhadores no Ceará (CUT/CE), Maria Ozaneide; a presidente da Fetamce, Enedina Soares; dentre outras autoridades.

SEMINÁRIOS

2.5.1 – Seminário sobre Gerenciamento de Processos de Negócio na Gestão Pública

Tema: “Seminário sobre Gerenciamento de Processos de Negócio na Gestão Pública”.

Autor do Requerimento: Deputado Hermínio Resende

Data e Horário: 11/04/2013 às 08h

Local: Auditório João Frederico Ferreira Gomes



Composição da Mesa

1. Excelentíssimo Senhor Deputado Hermínio Resende

Presidente da Comissão de Agropecuária e Recursos Hídricos e Minerais (CARHM) e Autor do Requerimento.

2. Sr. Alexandre Sousa

Gestor Regional da Associação de Profissionais de Gerenciamento de Processos de Negócio – ABPMP

3. Sra. Lena Neiva

Diretora da Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará

4. Sr. Fernando Carvalho

Presidente da Empresa de Tecnologia de Informação do Ceará – ETICE

Palestrantes



Casos de sucesso de BPM na gestão pública

Agregando valor a sociedade
Dia 11 de Abril, Fortaleza-CE
LOCAL: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Anexo II)
Auditório: João Frederico Ferreira Gomes

Realização
ABPMP Brasil

Organização
Exultar

Patrocínio
BPM School
vti
Portfolia

Apoio
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará
CRA-CE

Seja também patrocinador ou apoiador do evento

INSCRIÇÕES GRATUITAS PELO SITE:
www.abmp-br.org

INFORMAÇÕES ADICIONAIS
bpmpdayceara@abmp-br.org

 <p>Alexandre Sousa, CBPP Gestor Regional da ABPMP</p> <p>▶ Abertura - com participação de autoridades do Estado do Ceará.</p>	 <p>Gart Capote, CBPP Presidente da ABPMP Brasil.</p> <p>▶ Palestra 1 - O Cenário atual de BPM no Brasil e no Mundo</p>
 <p>Nicir Chaves, CBPP Ministério da Previdência Social - Assessora de Gestão Estratégica e Inovação Institucional</p> <p>▶ Palestra 2 - Iniciativas de BPM no Ministério da Previdência Social</p>	 <p>Adelnei Félix Gestor da Unidade de Processos de Negócios do Governo de Pernambuco (ATI-PE)</p> <p>▶ Palestra 3 - Estruturação de Escritório de Processos para o Governo de Pernambuco</p>
 <p>Débora Arôxa, CBPP SEPLAG -SE - Superintendente de Modernização da Gestão e do Atendimento ao Cidadão</p> <p>▶ Palestra 4 - Iniciativas de BPM para Modernização da Gestão e Atendimento ao Cidadão de SERGIPE</p>	 <p>Pedro Mourão Promotor de Justiça e Secretário de TIC do Ministério Público do Rio de Janeiro.</p> <p>▶ Palestra 5 - Iniciativas de BPM no PLID - Programa de Localização de Indivíduos Desaparecidos</p>
 <p>Luiz Carlos da Ibiapaba Secretário de Educação de Vitória da Conquista - BA</p> <p>▶ Palestra 6 - Iniciativas de BPM para Modernização da Educação em Vitória da Conquista.</p>	 <p>Anderson Oliveira, CBPP SERPRO DF - Gestor de Processos de Aquisição e Contratações.</p> <p>▶ Palestra 7 - Iniciativas de BPM para Modernização do Processo de Aquisições e Contratos do SERPRO.</p>



O Seminário BPM Day Ceará Gestão Pública realizado no dia 11 de Abril de 2013 ofereceu a empresários e gestores cearenses a oportunidade de adquirir e melhorar seus conhecimentos na área de gerenciamento de processos.

O evento reuniu grandes nomes do BPM (Business Process Management) sendo realizado pela ABPMP Brasil (Association of Business Process Management Professionals) em parceria com a BPM School. O BPM é um conceito com foco na otimização dos resultados das organizações, através da melhoria dos processos de negócios e tem como um dos seus princípios a entrega de valor ao cliente.

Segundo Gart Capote, presidente da ABPMP Brasil, BPM é a mais verdadeira insatisfação do cliente estruturada e traduzida em conceitos, técnicas, tecnologias e ações para transformação social e organizacional.

“Neste sentido, um caso de sucesso de BPM na gestão pública significa a entrega de valor à sociedade e, conseqüentemente, aos cidadãos que a compõem”, explica Alexandre Sousa, gestor regional da entidade e organizador do evento.

O seminário teve como tema o ‘Gerenciamento de Processos de Negócio’, no qual os participantes assistiram a casos práticos de implementação em algumas organizações e puderam ver a importância da utilização do conceito na melhoria dos resultados das empresas ou dos órgãos públicos que representam. No fim da tarde foram abertos os debates com o público e os participantes sobre todos os temas abordados durante o seminário.